

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

“Caem os Muros, Caem as Vontades?” – A reconfiguração da esquerda revolucionária em Portugal: o caso do Partido Comunista Português (Reconstruído) (1974-1995)

Pedro Manuel Barreto da Costa

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Carlos Manuel Maurício, Professor Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



Departamento de História

“Caem os Muros, Caem as Vontades?” - A reconfiguração da esquerda revolucionária em Portugal: o caso do Partido Comunista Português (Reconstruído) (1974-1995)

Pedro Manuel Barreto da Costa

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Carlos Manuel Maurício, Professor Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



## **Agradecimentos**

“O caminho faz-se caminhando” foi-me dito durante o processo de escrita desta tese mais vezes do que teria vontade de admitir, mas ainda bem.

Aos meus pais, Maria Isabel Barreto e Maximiano Costa, que zelaram sempre pelo meu bem-estar, sem nunca terem dúvidas de que ia conseguir (apesar de tremerem de vez em quando). À minha irmã, Alexandra Costa, por não me ter deixado ir abaixo. Às minhas primas, Maria Fernanda Fernandes, por me ter acolhido durante tanto tempo, e Ana Catarina Rodrigues, por me ter ouvido e aconselhado sempre. À minha grande companheira de Mestrado, Rebecca Dias, por ter partilhado do meu sofrimento sempre com palavras mansas. Ao incansável e sempre prestável Professor Carlos Maurício, pela sua paciência e por nunca ter desistido de mim. Um especial obrigado ao Engenheiro Eduardo Pires, pela grande disponibilidade em falar comigo e o conhecimento que proveu. A todos aqueles que durante todo este processo me foram dando mais um empurrãozinho, mais uma motivação, mais uma razão para continuar. Um grande agradecimento ao ISCTE e à Biblioteca Nacional de Portugal pela disponibilização dos meios para a realização deste trabalho.

A todas estas pessoas o meu mais sincero e profundo Obrigado, por tudo.



## Resumo

A autodesignada esquerda revolucionária teve um papel significativo na vida política, social e cultural portuguesa entre meados da década de 60 e o início dos anos 80. Um conjunto significativo de estudos existe já sobre estes movimentos para o período que vai de 1964 ao 25 de Abril. Todavia, o percurso posterior encontra-se inteiramente por estudar. Após o P.R.E.C., esta esquerda entrou num processo de reconfiguração, em que muitos partidos se vão extinguir e apenas três estarão ativos quando cai o Muro de Berlim. Esta dissertação irá centrar-se no Partido Comunista Português (Reconstruído), formado nos finais de 1975, um produto diferido da cisão sino-soviética, em Portugal, e um produto direto da cisão sino-albanesa. Com efeito, este partido, que procurou permanentemente na demarcação com o que considerava ser o “revisionismo” do Partido Comunista Português a sua razão de existir, criticou sistematicamente o modelo de construção do socialismo na União Soviética e na Europa de Leste, acabando por se afastar da China para ficar alinhado com a Albânia Socialista. O meu objetivo é analisar o modo como o partido foi reagindo a uma situação cada vez mais adversa tanto no plano doméstico, como no internacional, com o ascenso do neoliberalismo, e com os partidos comunistas e as suas dissidências marxistas-leninistas / maoístas a ficarem debaixo de fogo. Depois de abordar as duas cisões no MCI, resumo o que me parece ser mais relevante, na perspetiva da tese, sobre a evolução dos grupos M-L em Portugal até à formação do PCP(R), onde vários grupos confluíram. Em seguida, acompanharei a existência do partido, destacando as suas linhas programáticas, os seus êxitos e fraquezas e as cisões que o atravessaram. Terminarei analisando o impacto, sobre o PCP(R), da queda do Muro de Berlim, do desmoronamento do “socialismo real” e do colapso da Albânia Socialista. Um lugar autónomo será concedido a uma das originalidades deste partido: a existência de uma frente eleitoral – a União Democrática Popular – cuja espinha dorsal era formada pelos militantes M-L. Criada em 1974, a UDP antecedeu o partido e acabou por lhe servir de “casa” quando ele passou a associação política, em 1992.

**Palavras-Chave:** Esquerda revolucionária; Extrema-esquerda; Partido Comunista Português (Reconstruído); União Democrática Popular; Maoísmo.





## Abstract

The self-designated revolutionary left played a significant role in Portuguese political, social and cultural life between the mid-1960s and the beginning of the 1980s. A significant body of studies already exists on these movements for the period from 1964 to the 25th of April. However, the subsequent route is entirely to be studied. After the P.R.E.C., this Left entered a process of reconfiguration, in which many parties were extinguished and only three were active when the Berlin Wall fell. This dissertation will focus on the Portuguese Communist Party (Reconstructed), formed in late 1975, a deferred product of the Sino-Soviet split in Portugal and a direct product of the Sino-Albanian split. In effect, this party, which permanently sought to demarcate with what it considered to be the “revisionism” of the Portuguese Communist Party, being its reason for existing, systematically criticized the model of building socialism in the Soviet Union and in Eastern Europe, ending up moving away from China to align with Socialist Albania. My objective is to analyze how the party was reacting to an increasingly adverse situation both domestically and internationally, with the rise of neoliberalism, and with the communist parties and their Marxist-Leninist / Maoist dissidents coming under fire. After addressing the two splits in the MCI, I summarize what seems to me to be most relevant, from the perspective of the dissertation, about the evolution of the M-L groups in Portugal until the formation of the PCP(R), where several groups converged. Then, I will follow the existence of the party, highlighting its programmatic lines, its successes and weaknesses and the divisions that crossed it. I will end by analyzing the impact on the PCP(R) of the fall of the Berlin Wall, the collapse of “real socialism” and the collapse of Socialist Albania. An autonomous place will be given to one of the originalities of this party: the existence of an electoral front – the Popular Democratic Union – whose backbone was formed by the M-L militants. Created in 1974, the UDP preceded the party and ended up serving as its “home” when it became a political association in 1992.

**Keywords:** Revolutionary left; Far-left; Portuguese Communist Party (Reconstructed); People's Democratic Union; Maoism.



# Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	v
Introdução .....	5
Capítulo 1- “Drama na Família” .....	15
1.1. – <i>A cisão sino-soviética</i> .....	15
1.2. – <i>A cisão sino-albanesa</i> .....	19
Capítulo 2 – Rebeldes com Causa(s) .....	25
2.1. – <i>O um dividiu-se em muitos</i> .....	25
2.2. – <i>Da hidra ao feixe de vimes</i> .....	29
2.3. – <i>A União faz a força</i> .....	33
Capítulo 3 - “Houve aqui alguém que se enganou” .....	66
3.1. – <i>Das resistências ao início da tímida renovação</i> .....	67
3.2. – <i>Os irredutíveis marxistas</i> .....	82
Conclusão.....	98
Glossário.....	104
Fontes e Bibliografia .....	106
1. <i>Estudos</i> .....	106
2. <i>Fontes</i> .....	110
4. <i>Entrevista</i> .....	121
Anexos .....	126

## Introdução

O projeto comunista durante o século XX foi provavelmente um dos mais importantes movimentos sociais, políticos e económicos da História. Nascido das chamas da Revolução de Outubro e cimentado nos escombros da Segunda Guerra Mundial, não seguiria exatamente o caminho fraterno e unitário que os seus ideólogos e dirigentes queriam que seguisse.

Aos olhos do cidadão comum, o grande farol do socialismo no mundo seria sempre identificado com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas, a partir dos anos 60, se fosse perguntado a um comunista, ou a um cidadão bem informado, quem estava à frente do Movimento Comunista Internacional (MCI), as respostas seriam muito provavelmente diferentes e talvez até acesas. A grande cisão entre a República Popular da China (RPC) e a URSS foi um evento que se arrastou durante a década de 60, com vários níveis de conflitos que se foram sucedendo até ao quase confronto militar, em 1969. As divisões verificadas entre estes dois colossos foram repercutindo um pouco por todo o mundo. Se no Sudoeste Asiático e Pacífico a tendência foi para os partidos comunistas se manterem na órbita de Pequim, no resto do globo a grande maioria dos partidos comunistas, embora sofrendo cisões pró-chinesas, mantiveram-se na órbita de Moscovo. Exceções ocidentais: o Partido do Trabalho da Albânia (PTA) alinhou com Pequim, enquanto o Partido Comunista Jugoslavo, logo depois de 1948, seguiu um caminho muito próprio.

Em 1991, aquando da dissolução da URSS, o mundo nascido da cisão sino-soviética iria sofrer uma enorme mudança, particularmente, no Ocidente. Os partidos comunistas do bloco de Leste não sobreviveram aos novos “ventos da história”, alterando a designação ou simplesmente extinguindo-se, quer por vontade própria quer por serem ilegalizados. Apenas na República Checa o partido comunista se manteve até hoje. No resto da Europa, também os “ventos de leste” conduziram alguns partidos comunistas à extinção, como foi o caso do italiano, outros à transformação em partidos social-democratas, como foi o caso do PTA. Alguns mantiveram-se, variando entre a irrelevância – caso do Partido Comunista Francês –, e a renovação regular, embora decrescente, dos assentos parlamentares – como é o caso do Partido Comunista Português (PCP) ou do Partido Comunista da Grécia (KKE)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De entre os diversos estudos comparativos sobre os partidos comunistas pós-1989, destaco: Uwe Backes & Patrick Moreau (eds.) (2008), *Communist and Post-Communist Parties in Europe*; Patrick

No entanto, no clima de anticomunismo que se seguiu à desagregação da URSS, com obras como *O Livro Negro do Comunismo* (1997), traduzida em mais de 25 línguas, a tornarem-se muito populares enquanto narrativas públicas, muitos partidos tiveram de reformular a sua mensagem ou principiar a reclamar outro perfil ideológico, revendo, muitas vezes, a narrativa que durante décadas reproduziram na abordagem da URSS e do seu papel na história.

Sucedem que no seio da galáxia antirrevisionista, tanto na vertente pró-chinesa como na pró-albanesa, as ondas de choque pós-1989 também se fizeram sentir. As dissidências no maoísmo internacional tinham começado antes, com início quer na prisão do Bando dos Quatro (em 1976), quer na ascensão de Deng Xiaoping ao poder (em 1978), quer ainda no Massacre da Praça Tiananmen, ocorrido em 4.07.1989 (Alexander, 2001: 4-5, 30-31, 94, 108). Na “pequena internacional” gravitando em torno do PTA, as reações ao colapso da República Popular Socialista da Albânia foram também diversificadas. Se o Partido Comunista Português (Reconstruído) e o Partido Comunista de Espanha-ML (PCE-ML) se dissolveram, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sobreviveu, sendo, neste século, um apoiante dos governos do Partido do Trabalhadores, de Lula da Silva (cf. 3.2.). De um modo geral, os partidos antirrevisionistas que assistiram aos acontecimentos de 1989 começaram por ver neles um desenvolvimento lógico do “pecado original” remontando ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Alguns anos bastaram para perceberem que o abalo era muito mais sério, a implicar uma mudança profunda.

Esta tese nasce de uma constatação relativamente a Portugal: o triénio 1989-91 não abalou apenas o PCP. Sobre as mudanças neste partido, alguns artigos e uma tese de mestrado foram já produzidos<sup>2</sup>. Pensamos, porém, que chegou a hora de examinar o impacto dessas ruturas – não mais cisões – no MCI, no seio da extrema-esquerda portuguesa. Esta tese representará assim uma mais-valia, pois nada existe ainda neste domínio.

A extrema-esquerda portuguesa foi um fenómeno importante na paisagem política das décadas de 60 e 70. Pela primeira vez na sua história, o PCP viu-se confrontado com uma pluralidade de organizações à sua esquerda, levando Álvaro Cunhal (2013 [1971]) a redigir *O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, que teve duas edições clandestinas, antes

---

Moreau & Stéphane Courtois (dir.) (2014), *Communisme. En Europe, l'éternel retour des communistes, 1989-2014*.

<sup>2</sup> Cf. Maria Teresa Patrício & Alan David Stoleroff (1994), “The Portuguese Communist Party: Perestroika and its aftermath”; Carlos Cunha (2008), “Few, but pure and good members, are preferred to a mass party. The Portuguese Communist Party’s continued orthodoxy”; Pedro Pinto (2018), *O PCP e a Desagregação da URSS (1985-2007)*.

do 25 de Abril. Essa área – que gostava de se designar por “esquerda revolucionária” para se demarcar do PCP, por ela considerado “reformista” ou “revisionista” – era, todavia, uma área plural. Com ligações ao MCI só existiam os marxistas-leninistas, os maoístas e os trotskistas. Os marxistas-leninistas e os maoístas eram, porém, muitas vezes difíceis de diferenciar. Uma primeira vaga de cisões no MCI designava-se marxista-leninista. A partir da Revolução Cultural Chinesa, os partidos já formados, e outros que se constituíram então, receberam um maior ou menor influxo dos escritos de Mao Tsé-Tung<sup>3</sup>. Muitos passaram a reivindicar-se do “marxismo-leninismo-Pensamento Mao Zedong”. Contudo, após a cisão sino-albanesa, alguns desses partidos, repudiando o maoísmo, passaram a reivindicar-se apenas do marxismo-leninismo. Foi este o caso do partido que está no centro desta tese: o PCP(R).

\* \* \*

Enunciado o objetivo desta dissertação, e existindo dois partidos M-L / maoístas portugueses ainda ativos quando ocorre a queda do Muro de Berlim, é necessário justificar por que razão este estudo de caso escolheu o PCP(R), e não o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).

Essa decisão baseou-se em seis fatores:

- (a) Não obstante o MRPP ter sido o partido maoísta português mais importante na primeira metade dos anos 70, na segunda metade da década, o PCP(R) adquiriu progressivamente a supremacia. Entre 1976 e 1992, realizou seis congressos e sete conferências nacionais (cf. Cronologia, em anexo), enquanto o PCTP/MRPP celebrou apenas dois congressos (em dezembro de 1976 e junho de 1980). O terceiro só ocorreria em abril de 2000 (Marujo, 2018: 158). Esse facto mostra que o PCP(R) manteve uma atividade regular ao longo de todo o período, o que permite acompanhar e compreender melhor a sua evolução.
- (b) Em termos de documentação disponível também a balança se inclina para o PCP(R). Não obstante o MRPP ter sido o único partido maoísta português a conseguir a proeza de ter publicado um jornal diário (entre 28.06.1975 e 12.03.1977) – o *Luta Popular* –, após esse feito, o jornal passou a quinzenário e depois a mensal, deixando sequer de assegurar essa periodicidade a partir de janeiro de 1984. Tanto na Biblioteca Nacional de Portugal, como na Hemeroteca de Lisboa, a coleção do *Luta Popular* tem muitas

---

<sup>3</sup> Madeira (2004), “As oposições de esquerda”, p.128-131; Pereira (2008), *O “Um Dividiu-se em Dois”*, p. 65-119, 180; Pereira (2019), “Arnaldo Matos”

lacunas. Em comparação, o órgão central do PCP(R) – o *Bandeira Vermelha* – manteve uma regular publicação semanal até entrado o ano de 1989<sup>4</sup>. E quase tudo está disponível nas citadas bibliotecas.

- (c) O PCP(R) tem ainda outra característica distintiva que, para o objetivo desta dissertação, nos interessa. É o facto de ter na sua órbita uma frente eleitoral – a União Democrática Popular (UDP) – que, sendo organicamente distinta dele, viveu sempre na sua dependência, formando ambos um mesmo campo político, como veremos no ponto 2.5. A existência da UDP facilitou, como se verá no ponto 3.2, a solução adotada em 1992.
- (d) Um quarto fator distintivo reside no facto de o PCP(R) se encontrar fortemente integrado numa rede internacional de partidos M-L, gravitando em torno do PTA. Isso permitirá, como escrevemos acima, comparar o destino do PCP(R) com os dois partidos (fora do poder) mais próximos dele: o PCdoB e o PCE-ML. Por seu lado, o MRPP nunca foi oficialmente reconhecido nem pelo Partido Comunista Chinês (PCC), nem pelo PTA, nem se lhe conhecem ligações internacionais assinaláveis.
- (e) Um quinto fator a pesar na decisão, foi o facto de o MRPP recusar, desde o seu início, a existência em Portugal de um verdadeiro partido comunista (cf. 2.1.). Ao contrário, o PCP(R) – mas também o Partido Comunista de Portugal (m-l) (PCP (m-l))<sup>5</sup> – reivindicou-se sempre como o verdadeiro continuador do PCP. Assim sendo, não obstante a enorme disparidade em termos de militância, implantação, peso político e património histórico e simbólico, uma comparação entre o modo como o PCP(R) e o PCP emergiram do colapso do socialismo nos seus modelos a Leste, poderá ser interessante.
- (f) O último fator a determinar a escolha do PCP(R), foi o facto de este ter sofrido grandes transformações a partir de 1989, nomeadamente, em 1992 e 1995. Não obstante, a inexistência de estudos académicos sobre a vida do PCTP/MRPP, podemos afirmar que os acontecimentos ocorridos no MCI e no mundo, entre 1989 e 1991, não provocaram neste partido modificações da mesma magnitude. Veja-se como ainda hoje continua em atividade com a mesma designação e o mesmo símbolo.

---

<sup>4</sup> Retomada a publicação, em julho desse ano, saíram apenas mais 14 números até 1992. O boletim mensal da UDP, *Unir o Povo* (1984-1995), torna-se então um fonte indispensável.

<sup>5</sup> O congresso em que o CMLP decide a passagem a PCP-ML intitula-se “V Congresso (Reconstitutivo)” para reivindicar desse modo a história do PCP, cujo V Congresso tivera lugar já após o XX Congresso do PCUS. Cf. Miguel Cardina (2010), *O Maoísmo em Portugal*, p. 83.

No domínio dos estudos confrontei-me com situações díspares. O período que vai de 1964 a 1974 dispõe já de um conjunto importante de estudos para os movimentos marxistas-leninistas (M-L), mais conhecidos como maoístas. Esta área começou a ser trabalhada ainda no final do século passado, resultando desse esforço um conjunto de entradas em dicionários históricos, donde cabe destacar os verbetes da autoria de José Manuel Lopes Cordeiro, para o *Dicionário de História de Portugal* e mais tarde para esse precioso acervo de imprensa online que é o blogue "1969 - Revolução - Ressaca". Já neste século, a tese de doutoramento de Miguel Cardina (2010), *Margem de Certa Maneira: o Maoísmo em Portugal: 1964-1974*, foi um marco fundamental nos estudos sobre o campo, abrangendo desde a sua formação até ao 25 de Abril. O estudo *O "Um Dividiu-se em Dois"*, de José Pacheco Pereira (2008) e o seu dicionário, *As Armas de Papel... 1963-74*, vieram enriquecer a compreensão dos contornos da cisão sino-soviética em Portugal e inventariar a imprensa clandestina cuja publicação constituía uma parte importante da atividade destes grupos. De notar que foi este autor quem introduziu o tema da "esquerda revolucionária" no domínio académico ao publicar em Espanha, em 1988, um artigo em torno da coexistência não-pacífica entre o PCP e essa área (Pereira, 1988). Sobre o PCP(R) existe, felizmente, o estudo de João Madeira (2020), intitulado "Em frente pela reconstrução do Partido!" – A unificação dos grupos 'marxistas-leninistas' e o processo revolucionário em Portugal", detalhando a unificação de diversas organizações, que culminou no congresso de fundação, em finais de 1975. Para além dele, importa referir o artigo, de João Mesquita (2005), sobre a UDP, que se baseia num amplo conjunto de entrevistas a dirigentes ativos na última fase desse partido. A UDP, como teremos ocasião de verificar no ponto 2.5., foi uma frente eleitoral que precedeu a formação do PCP(R), serviu durante toda a sua existência como "correia de transmissão" e veio a ter um papel fundamental no seu pós-vida.

A ausência de mais estudos sobre o PCP(R) obrigou-me a mergulhar nas fontes – na imprensa partidária e nas resoluções dos congressos –, através da seleção das datas mais relevantes. Os textos memorialísticos deixados por antigos militantes também se revelaram muito úteis. Baseado nas pistas apontadas por estes escritos e na consulta seletiva do BV pude delinear a largos traços a evolução do partido. Também a entrevista com o antigo 1º-secretário, Eduardo Pires (2023), permitiu-me aprofundar o conhecimento da fase final do PC(R) e das transformações porque passou a organização dos militantes comunistas entre o VI Congresso



do PC(R)<sup>6</sup> em 1992, e o XVI Congresso da UDP, em 2005. Tudo isto são matérias sobre as quais a produção partidária praticamente não existe, pelo menos nas bibliotecas e arquivos. Já a ausência de monografias académicas sobre o PCTP/MRPP ou o PCP (m-l)) impediu-me de introduzir uma dimensão relacional nesta investigação. Procedi, no entanto, a alguma pesquisa sobre fontes. Estou ciente de que uma história ótima dos pequenos partidos M-L / maoístas implicaria o conhecimento das relações de profunda rivalidade que existiram entre eles. Conhecer essa relação necessitaria, porém, de uma disponibilidade temporal que eu não possuí. Para piorar a situação, a pandemia impossibilitou, durante alguns meses, a frequência da Biblioteca Nacional de Portugal.

Procurei ultrapassar os condicionalismos resultantes da centragem da pesquisa na leitura exclusiva do órgão central do partido: o *Bandeira Vermelha* (BV). Para isso, recorri a *O Jornal*, um importante semanário publicado entre 1975 e 1992, tido em 1975 como próximo do Grupo dos Nove. Este jornal situava-se na área da esquerda democrática, mas era muito lido entre a esquerda revolucionária, que às suas páginas tinha bastante acesso. Fiz ainda um uso seletivo do *Diário de Lisboa*. Quanto ao semanário de massas, *Voz do Povo*, porta-voz não-oficial das posições da UDP, recorri a ele sobretudo no ano de 1979, quando a primeira cisão no PCP(R) o subtraiu ao controlo do partido. Para além disto, consultei o *Unir o Povo*, boletim mensal da UDP, que se publicou de 1984 a 1995.

Algumas das fontes consultadas encontram-se em arquivos. O Arquivo de História Social, sedado no Instituto de Ciências Sociais, revelou-se muito útil para o período 1974-75. Do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, utilizei algum material que me foi facultado pelo meu orientador. Também ele colocou à minha disposição alguma da informação contida nos processos existentes no Tribunal Constitucional, relativos ao UDP e ao PC(R). Estes dados permitiram-me aumentar o conhecimento sobretudo acerca da UDP. Finalmente, dois arquivos on-line revelaram-se bastante proveitosos. O *1969 Revolução Ressaca* (<https://1969revolucaoressaca.blogspot.com/>) e o arquivo pessoal de José Pacheco Pereira, *Ephemer* (<https://ephemerajpp.com/>).

Dos estudos internacionais, de natureza teórica, comparativa, ou centrados num quadro nacional, destaco as obras sobre as cisões sino-soviética e sino-albanesa, os estudos sobre os destinos do MCI após-1989, a literatura produzida em ciência política sobre a esquerda radical e, por fim, os trabalhos sobre o PCdoB e o PCE-ML. O partido brasileiro foi um dos dois

---

<sup>6</sup> Para efeitos de legalização junto do Supremo Tribunal de Justiça, o partido foi obrigado a alterar a sua designação, a sigla e o símbolo no início de 1981.

partidos que inspirou e tutelou o PCP(R) na cena internacional – sendo o outro, obviamente, o PTA. Quanto ao partido espanhol, ele manteve uma relação de proximidade com a Organização para a Reconstrução do Partido ML (ORPC-ML), no ano de 1975<sup>7</sup>, e depois durante toda a vida do PCP(R), inclusive no período pós-Perestroika.

\* \* \*

Justificada a opção por este partido e elencadas as principais fontes manuseadas na realização da tese, torna-se necessário justificar agora as balizas cronológicas adotadas: 1974 e 1995. A primeira remete tanto para o derrube da ditadura, como para o ano em que alguns grupos M-L iniciaram conversações visando a sua unificação e a reconstrução do "verdadeiro partido comunista", em substituição do PCP, que consideravam ter-se tornado um partido "revisionista". A segunda data remete para a fusão dos Comunistas pela Democracia e o Progresso (CDP) – associação política que herdara a ideologia e a estrutura do PCP(R) – na UDP e, acessoriamente, para as eleições legislativas desse ano, onde o MRPP ultrapassa o PSR e a UDP pela primeira vez.

Entre 1975 e 1991, o PCP(R) evolui dentro dos parâmetros da extrema-esquerda. Para essa catalogação contribui o facto de se definir enquanto partido de vanguarda da classe operária; defender a passagem à sociedade socialista através da via insurrecional; conceber o socialismo enquanto regime de ditadura do proletariado, com imbricação entre partido e Estado; apresentar a República Popular Socialista da Albânia como o modelo mais perfeito (e, a partir de 1977, o único) de uma sociedade socialista na Terra e guiar-se pelo centralismo democrático. A partir de 1991, com o colapso da Albânia socialista, o campo político PCP(R)/UDP inicia uma lenta transição para a área da esquerda radical, de que o primeiro sinal é a troca do estatuto jurídico de partido pelo de associação política, com mudança de nome (CDP) e símbolo (desaparecendo a foice e martelo). Em 1995, a CDP funde-se com a UDP, após a segunda ter abandonado a sua matriz democrata-popular e adotado a matriz comunista. A dissertação termina aqui a sua viagem. Tem, porém, consciência de que a transição deste campo político para a esquerda radical não estará completa senão no século XXI, com a formação do BE (1999), de que a UDP será um dos pilares constitutivos, e com a passagem da UDP a associação política (2005).

---

<sup>7</sup> Recorde-se o assalto à Embaixada de Espanha seguido de incêndio, em setembro de 1975, em protesto contra a execução de cinco militantes da ETA e da Frente Revolucionario Antifascista y Patriota, frente guerrilheira dirigida pelo partido M-L espanhol, no qual a UDP esteve implicada.

A tese encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro começa por descrever a cisão sino-soviética, da qual deriva todo o movimento antirrevisionista a partir dos anos 60. A esta segue-se a cisão sino-albanesa, na década de 70. As duas dividiram o MCI em três blocos muito desiguais, em prestígio, força e disseminação mundial. A compreensão dessas cisões é fundamental pois se o PCP(R) é um produto indireto da primeira, ele é o único partido, em Portugal, que opta por ficar do lado da Albânia, logo no segundo ano da sua existência. Essa escolha – praticamente inevitável, atendendo ao facto de o PCP-ML deter já a "franchise" chinesa, desde 1975, e de a ORPC-ML ter sido reconhecida, pela mesma data, pelo PTA – irá condicionar duradouramente o destino do PCP(R). Na cisão sino-soviética estava presente a rivalidade entre os dois colossos, quer pela supremacia no mundo comunista quer no Terceiro Mundo. Pelo menos até 1991, a RPC falhou em ambos os domínios. Mas, nos anos 60, as posições chinesas apareciam também – e foi esse um dos fatores a atrair a simpatia dos dissidentes do comunismo soviético pós-1956 – como um regresso às origens do M-L, nomeadamente ao legado de Stáline, o qual, nas palavras de Mao, estaria 70% certo e apenas 30% errado<sup>8</sup>. A segunda cisão pode surpreender, dado que China e a Albânia tinham sido outrora aliadas na luta contra o "revisionismo soviético". O afastamento ocorreu, de forma progressiva, nos anos 70 por iniciativa albanesa, com a Albânia a recriminar a China por não a consultar em questões decisivas para a unidade do movimento M-L, e pela sua reiterada falta de auxílio económico e militar ao seu parceiro europeu. Ao mesmo tempo, verificamos que a Albânia chamou decididamente a si o papel de guardião da pureza do marxismo-leninismo – papel que ela entendia estar a ser abandonado pela China.

O segundo capítulo conduz-nos ao plano nacional. Principia por fornecer o contexto onde o PCP(R) é criado, fazendo uso, no essencial, dos estudos já publicados (cf. 2.1). Prossegue depois com o que poderemos chamar o "lado apolíneo" do partido (cf. 2.2 e 2.3). Dele fazem parte a integração da OCMLP, encerrando o processo de unificação iniciado quase dois anos antes, ou o envolvimento do partido na campanha presidencial de Otelo, donde resultou a crença otimista numa revolução a curto prazo, que perdurou por alguns anos. O reconhecimento pelo Partido do Trabalho da Albânia, ocorrido em 1975, condicionou fortemente o alinhamento do jovem partido com a Albânia, na dissidência que a opôs à China, após a morte de Mao Tsé-Tung. O capítulo segundo irá terminar explorando a noção de "campo político PCP(R) / UDP", enquanto instrumento analítico útil para lidar com um fenómeno que

---

<sup>8</sup> "Stalin was 70 percent a Marxist, 30 percent not a Marxist. [He] was 30 percent bourgeois, 70 percent Marxist" in *The Secret Speeches of Chairman Mao: From the Hundred Flowers to the Great Leap Forward*, ed. by Roderick MacFarquhar, Harvard University Press, 1989, p. 173.

foi uma realidade muito própria deste partido no panorama do movimento M-L internacional. A UDP, que chegou a aspirar ser embrião de uma frente popular, foi o rosto mais visível do partido, sobrevivendo-lhe por mais de uma década (cf. 2.5). O terceiro capítulo decorre, em boa parte, paralelo ao segundo. Começa por examinar as divergências e cisões que atravessaram a vida partidária entre 1978/79 e 1984 (cf. 3.1). A partir de 1985, o PCP(R) vai alcançar uma certa pacificação, que a queda do Muro de Berlim não irá perturbar. O choque abrupto só acontece com o fim da República Popular Socialista da Albânia. A partir de 1991, o campo político PCP(R)/UDP atravessa duas metamorfoses. Em 1995, os comunistas integram-se na UDP. E já no século XXI, a UDP irá afirmar que o marxismo e a causa da revolução tinham sido pervertidos pela fusão dos partidos comunistas no poder com os respetivos aparelhos de Estado. Esta transformação, verificada tanto na União Soviética, como na Europa de Leste, na China como na Albânia, teria levado esses partidos a guiar-se pelos interesses nacionais e não mais pelos interesses do proletariado e dos trabalhadores. Continuando a ter o marxismo e o pensamento de Lenine como bússolas, a UDP abandona por fim o centralismo democrático (cf. 3.2).



## Capítulo 1- “Drama na Família”

Após a Revolução Bolchevique (1917), o MCI conheceu momentos de grande tensão e atravessou, pelo menos, três cisões. A primeira foi a dissidência trotskista, donde iria resultar a IV Internacional, no final dos anos 30. A designação adotada destinava-se a vincar bem a oposição à III Internacional (Comintern), fundada por Lenine, mas dirigida por Stáline após a sua morte, em 1924. Nenhum partido desta corrente alcançou jamais o poder, por isso essa cisão não ostenta nomes de países. A cisão sino-soviética foi assim, a mais séria que ocorreu no seio do MCI. Estudada por Sergey Radchenko (2009) numa obra com o sugestivo título de *Two Suns in the Heavens: the Sino-Soviet Struggle for Supremacy*, ela opôs dois colossos reclamando-se do marxismo-leninismo, recriminando-se publicamente e procurando cada um arregimentar um conjunto de partidos fiéis para alcançar a supremacia no MCI. Porém, com exceção do sudoeste asiático (e de um pequeno país nos Balcãs), os partidos comunistas alinhados por Moscovo foram sempre mais importantes nos seus respetivos países do que os seus rivais M-L ou maoístas. Esta cisão não foi, porém, a última. Na segunda metade da década de 70, a República Popular Socialista da Albânia, governada pelo Partido do Trabalho da Albânia, dirigido com pulso férreo por Enver Hoxha, esteve na origem de uma terceira. Ela separou dois estados socialistas que tinham combatidos juntos contra os efeitos do XX Congresso do PCUS e tinham sido fortes aliados no sistema internacional. Neste capítulo estudaremos sucessivamente as duas cisões.

### 1.1. – A cisão sino-soviética

Em outubro de 1949, Mao Zedong e o Exército Vermelho emergem como os vencedores da Revolução Chinesa e proclamam a República Popular da China, substituindo a URSS como o maior estado socialista no mundo, com mais de 500 milhões de habitantes. Seria de esperar que a RPC e a URSS tivessem sido sempre aliados próximos durante a Guerra Fria, tentando construir o comunismo nos seus próprios países e contribuindo para a sua expansão à escala mundial. Afinal, ambas eram guiadas pela ideologia marxista-leninista, pelos princípios do internacionalismo proletário, ambas possuíam grandes populações e extensos territórios, tinham atravessado revoluções violentas e experimentavam transições difíceis para o socialismo. Ambas também tinham sido elevadas a inimigos estratégicos dos EUA, achando-

se cercadas e confrontadas pela oposição ocidental e alianças militares (OTAN na Europa, SEATO na Ásia-Pacífico). Contudo, a relação entre a China comunista e a União Soviética foi complexa e volátil. Na década de 1960, as duas potências começaram a afastar-se – e no final de 1968 beiraram mesmo o conflito armado. A cisão sino-soviética, como ficou conhecida, foi um desenvolvimento crítico na Guerra Fria e na trajetória dos partidos e movimentos marxistas-leninistas ao redor do globo.

As ligações entre comunistas chineses e russos datam de 1919 e da formação da Internacional Comunista, ou Comintern. Esta agência, sediada em Moscovo, foi formada para promover, apoiar e oferecer orientação aos revolucionários socialistas em todo o mundo. O Comintern desempenhou um papel importante na formação e orientação do PCC<sup>9</sup>. À luz da teoria marxista, a maioria dos membros do Comintern acreditava que a China não estava ainda pronta para uma revolução socialista, na medida em que era uma sociedade predominantemente formada por camponeses, com muitas sobrevivências feudais e semifeudais. Durante a década de 1920, a organização, ideologia e metodologia do PCC seguiram as instruções e conselhos de Moscovo, que tinha começado por uma situação semelhante. Mas quando Mao Zedong ganhou o controle do PCC, em meados da década de 1930, rejeitou as diretivas do Comintern, afirmando que o caminho a seguir na construção do socialismo na China passava pela instauração prévia da Nova Democracia (Mao, 1940), distinta da clássica instauração da ditadura do proletariado, imagem de marca da leninista revolução de Outubro. Guiada pelo PCC, a Nova Democracia admitia um desenvolvimento limitado do capitalismo, numa frente comum, reunindo o proletariado com outras classes, contra a ordem feudal e o colonialismo japonês. A ascensão de Mao, o seu conceito de Nova Democracia e a ideologia do “socialismo camponês” lançaram as sementes da divisão entre comunistas chineses e soviéticos.

Quando Mao Tsé-Tung assumiu o controle da China em 1949, os regimes socialistas detinham o poder em um quinto do globo e governavam uma população combinada de quase 800 milhões de pessoas. Uma relação amigável e produtiva entre Moscovo e Pequim foi considerada vital para o avanço do socialismo mundial. No final de 1949, Mao deslocou-se a Moscovo para conhecer Stáline pela primeira vez. Reconhecendo a necessidade de unidade, Stáline e Mao assinaram um tratado bilateral – o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua (Lüthi, 2008: 31-32). Incluía uma aliança militar que exigia que um ajudasse o outro se fossem atacados. Mais decisivos para a China foram, contudo, os benefícios económicos do tratado, que incluía um empréstimo de 300 milhões de dólares e o fornecimento de consultores

---

<sup>9</sup> *Dictionary of Wars*, Third Edition (2007), p. 121.

técnicos soviéticos. Durante a década de 1950, milhares de cientistas, especialistas da indústria e engenheiros soviéticos viveram e trabalharam na China, desempenhando um papel importante na industrialização do país com a sua liderança e especializações técnicas. Seguindo o conselho dos estrategas económicos soviéticos, Pequim comprometeu-se com os modelos estalinistas de desenvolvimento, crescimento e coletivização agrícola.

Após a morte de Stáline, em 1953, a liderança do PCUS passou para Nikita Khrushchev, uma autoridade do partido que havia mostrado lealdade inabalável a Stáline. Isso mudou em fevereiro de 1956, quando, no XX Congresso do PCUS, Khrushchev pronunciou o controverso “Discurso Secreto”, ou “Sobre o culto da personalidade e suas consequências”, no qual condenou esse culto, o despotismo, as purgas, os julgamentos de fachada e a violência ocorrida sob o estalinismo. A crítica de Khrushchev a Stáline colocou Mao numa situação delicada. Mao tinha elogiado Stáline como um brilhante líder socialista, replicando o seu culto da personalidade na China. Para Mao, o "Discurso Secreto" de Khrushchev foi uma traição ao legado de Stáline. Os comunistas chineses responderam desenvolvendo a sua própria interpretação de Stáline, articulada por Mao (1956) no oficial *Diário do Povo*, no dia 8 de abril:

*“Algumas pessoas consideram que Stáline errou em tudo. Este é um grave equívoco. Stáline foi um grande marxista-leninista, mas ao mesmo tempo um marxista-leninista que cometeu vários erros grosseiros sem perceber que eram erros. Devemos ver Stáline de um ponto de vista histórico, fazer uma análise adequada e completa para ver onde ele estava certo e onde estava errado e tirar lições úteis disso. Tanto as coisas que ele fez certo quanto as coisas que ele fez errado foram fenómenos do movimento comunista internacional e trouxeram as marcas da época. Considerado como um todo, o movimento comunista internacional tem apenas pouco mais de cem anos e se passaram apenas trinta e nove anos desde a vitória da Revolução de Outubro; a experiência em muitos campos do trabalho revolucionário ainda é inadequada. Grandes conquistas foram feitas, mas ainda existem lacunas e erros...”*

Em outubro de 1957, a União Soviética e a China assinaram um novo acordo de defesa, em que Moscovo concordava compartilhar tecnologias militares, incluindo protótipos de armas nucleares, inserindo-se numa série de acordos entre 1955 e 1958 (Lewis, 1988: 62-63). Mas as relações sino-soviéticas começaram a deteriorar-se pouco depois, em parte devido à política mais moderada do dirigente do Kremlin em relação ao Ocidente (o chamado “degelo khrushcheviano”). Khrushchev, que dispunha de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, detinha armamento nuclear e estava ciente das suas responsabilidades em



matéria de manutenção da paz mundial, considerava que a “coexistência pacífica” com os EUA era possível. Isto contrariava o belicismo de Mao, que via na nova orientação de Moscovo uma perigosa cedência ao imperialismo americano, comprometendo a luta pelo triunfo mundial da ideologia comunista. Este "purismo" doutrinário de Mao, a que não seria alheio o isolamento internacional da China, viria a ser demonstrado posteriormente nas suas várias conversas com outros líderes comunistas (Lüthi, 2008, pág.74-77; Pereira, 2008:pág.16-17). Khrushchev visitou a China mais duas vezes, sempre com resultados negativos, ao ponto de começar a retirar os especialistas soviéticos do território chinês.

Finalmente, em 1960, a União Soviética retirou todos os consultores técnicos que ainda permaneciam na China, deixando grandes projetos de infraestrutura inacabados. Moscovo repudiava assim os termos da aliança militar de 1949. Quanto ao Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, este estava praticamente morto. Numa carta confidencial, os soviéticos enumeravam as razões para este procedimento, incluindo o desprezo chinês pelos especialistas enviados, a crítica ao seu trabalho e ainda a propaganda anti-PCUS por parte do PCC (Brown, 2002: pág.374). As tensões aumentaram com o fim do comércio entre a China e a URSS, a divulgação de propaganda chinesa no interior da União Soviética e a expulsão de diplomatas e cidadãos chineses da URSS. No mesmo mês em que essa expulsão se registou, o conflito tornou-se público. Até então – Junho de 1963 – tudo acontecia de forma discreta, nunca trazido à luz do dia (Alexander, 2001: pág.3).

A 14 de Julho, o *Pravda*, principal jornal soviético, publicou em carta aberta a resposta do Comité Central do PCUS às propostas apresentadas pelos chineses um mês antes. Os chineses atacavam já abertamente o revisionismo soviético, e podemos apontar os anos de 1963-64 como os da definitiva divisão de águas no MCI entre as duas potências. O comunismo enquanto conceito e ideologia que unia revolucionários e anti-imperialistas globalmente sofreu um golpe do qual jamais se viria a recuperar. A liderança soviética procurou manter a unidade do campo comunista, sem nunca fazer concessões ideológicas aos chineses. Mao não se importou de manter a polémica em andamento, usando-a também para “limpar” as dissidências internas no PCC.

Quando Khrushchev foi afastado do poder, em outubro de 1964, por um breve período as duas potências acreditaram que poderia haver um entendimento. Mao, porém, esperava que o PCUS tivesse aceite as suas críticas a Khrushchev, ao passo que a liderança soviética via Mao como uma indesejável parte do problema. A disputa era muito mais do que pessoal. Estavam em jogo questões políticas e ideológicas muito profundas que não seriam facilmente resolvidas.

Assim, o monolítico mundo comunista estava separado em dois e esta cisão teve profundas repercussões em praticamente todos os partidos comunistas que não estavam no poder nos seus países. Em muitos partidos ocorreram fundos debates entre a parte maioritária das respetivas direções, quase sempre alinhadas por Moscovo, e as minorias dissidentes, adeptas das teses chinesas. Portugal não foi exceção, tendo a extrema-esquerda portuguesa, de obediência marxista-leninista, tido o seu ano de nascimento em 1964. Existiu, todavia, uma outra cisão, que igualmente abalou o universo dos partidos então genericamente designados por maoístas, com repercussões também em Portugal. Trata-se da cisão sino-albanesa. Como o partido sobre que esta tese incide foi o único, em Portugal, a seguir o PTA no cisma com o PCC, será necessário debruçarmo-nos em detalhe sobre esta nova cisão no MCI.

## **1.2. – A cisão sino-albanesa**

Durante a II Guerra Mundial, a Albânia viu-se ocupada pelo exército nazi. A vitória do movimento de resistência, comandado pelo PTA, sobre os ocupantes, levou os comunistas ao poder em Tirana, em 1945. A partir daí, contudo, o país viu-se subordinado aos interesses económicos da Jugoslávia, dirigida por Tito. Durante os primeiros tempos do Cominform (que substituiu o Comintern), a Albânia era inclusive aí representada pelo Partido Comunista da Jugoslávia. Quanto a Stáline, este chegou mesmo a encarar com bons olhos a anexação do pequeno estado pelo seu vizinho a norte. Tirana pôde enfim respirar de alívio, quando Stáline cortou relações com Tito, em 1948. Talvez a Albânia pudesse ser o bastião socialista no Adriático e Mediterrâneo. No entanto, com a ascensão de Khrushchev ao poder a situação complicou-se. O “Discurso Secreto” foi visto com revolta por Enver Hoxha, que se manteve sempre um convicto estalinista. Hoxha sentiu que tal retórica era um ataque ao seu poder, modelado em Stáline. Para piorar a situação, a URSS promove então uma reaproximação à Jugoslávia, por ver nela a sua melhor hipótese de controlar o Adriático. Ora, tal reaproximação tirava centralidade à Albânia. A maneira como Khrushchev lidou com a Revolução Húngara, de 1956, também não caiu bem a Hoxha. Não pelos métodos usados, mas por o líder soviético ter negociado com Tito sem nunca ter consultado o líder albanês. Isto fez Hoxha recear que os jugoslavos pudessem tentar algo de parecido com a Albânia. De acordo com os dirigentes albaneses, "as abordagens do grupo Khrushchev aos revisionistas jugoslavos e sua difamação aberta de Stáline foram as primeiras distorções abertas de carácter ideológico e político, às quais o PTA se opôs" (Omari, 1988: pág.153-154).

A China surge então como a alternativa. Considerando o “revisionismo” krushevita um caminho para sabotar a revolução, Mao surge como o grande defensor da pureza dos princípios do marxismo-leninismo aos olhos de Hoxha. Também para a China, a posição albanesa surge como ideal para criar disrupção na Europa e desafiar a URSS. As afinidades ideológicas foram um fator essencial no alinhamento sino-albanês e para a liquidação das relações entre a Albânia e a URSS. Mas a disponibilidade chinesa para ajudar economicamente a Albânia foi também muito importante (Biberaj, 1986: pág. 60-61), dado que a visão industrialista de Hoxha colidia com as diretivas mais agrárias de Khrushchev. A assistência econômica e militar, no entanto, não explica tudo. Para Hoxha a questão ideológica ocupava um lugar central e, desde o XX congresso do PCUS, ele via uma URSS cada vez mais fraca ideologicamente, o que a tornava volátil. Em contrapartida, a China demonstrava um enorme zelo pela ideologia marxista-leninista, e ao jogar a carta ideológica Hoxha assegurava o apoio chinês. A distância física também era vista como uma vantagem. Enquanto a URSS estava a menos de 1.000 Km de distância, a China ficava do outro lado da massa continental, o que diminuía as pretensões a nível geopolítico.

No entanto, a aliança sino-albanesa não começou tão suavemente como se poderia pensar, existindo desde a sua gênese uma camada de atrito (Marku, 2017:pág.104-105). Na perspectiva albanesa era importante que o PCC percebesse que o cerne da questão não era somente um conflito com Moscovo, mas sim uma luta por ideais maiores, exemplificada no apoio do PTA às posições de Mao e do PCC. O PTA também não esperava que a China voltasse a aproximar-se da URSS e manifestava-se veementemente contra qualquer tentativa de reaproximação com o bloco soviético. Pelo seu lado, Pequim nunca estabeleceu um pacto de defesa com Tirana, demonstrando claramente que a assistência iria ser limitada. A China via, contudo, neste seu pequeno aliado dos Balcãs um bom arauto para a sua reivindicação da liderança do Mundo comunista, sobretudo porque a Albânia estava situada na Europa, mais acessível aos grupos pró-chineses que se começavam a formar no Velho Continente.

Entre 1962 e 1970 decorreu o período mais fecundo desta aliança. A mudança de liderança soviética, quando Brezhnev tomou o lugar de Khrushchev, assistiu a uma tentativa de restabelecimento de comunicações por parte da China, apesar da oposição albanesa. No entanto as políticas de Brezhnev e a Revolução Cultural Chinesa impediram tal aproximação, o que tranquilizou o regime albanês, que, entretanto, tinha começado a capturar alguns grupos de esquerda da linha chinesa (Marku, 2017: pág. 228-230).

A Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976) coincidiu com um período de intensificação da revolução ideológica e cultural que Hoxha liderava na Albânia. Mas aqui, por

razões domésticas, essa revolução era entendida como uma continuação de esforços anteriores e não como uma rutura abrupta. De facto, Hoxha não precisava de adotar as práticas da Revolução Cultural. Tendo já purgado os revisionistas e rivais, ele detinha praticamente o domínio total do partido, enquanto dentro do PCC a luta ideológica era acérrima. De facto, um dos grandes motores da convulsão chinesa foi o desejo de Mao em voltar a ter o poder total na China, depois de ter estado marginalizado no seguimento dos fracassos do Grande Salto em Frente. Inicialmente, a liderança albanesa não pareceu saber como reagir às radicais transformações na China. Não aceitou a revisão do dogma estalinista e a inclusão do pensamento maoísta no “cânone” foi vista com ceticismo. No entanto soube encontrar uma base comum no antirrevisionismo. A Albânia começa então claramente a defender na arena internacional a República Popular da China como legítima alternativa à República da China, sediada em Taiwan (Formosa à época). Promove também o PCC como o verdadeiro líder do MCI, em lugar do PCUS. Por sua vez, a China de Mao aumentou o apoio económico à Albânia, até em detrimento próprio. Durante este período, a ajuda económica chinesa disparou e a industrialização e construção de infraestruturas na Albânia explodiram. Também foi enviado bastante armamento, apesar de nunca ter sido estabelecida uma aliança militar. Pequim não encontrava na Albânia nenhum interesse estratégico, apenas político, mas estava disposta a defendê-la (Marku, 2017: pág. 228-230).

A mudança de década, de 60 para 70, foi, porém, cheia de consequências na China. O confronto fronteiriço sino-soviético, em 1969, e a situação interna quando a poeira da Revolução Cultural começou a assentar alteraram a disposição chinesa. Com o poder assegurado, Mao já não precisava de tanto radicalismo e mobilização de massas, e a retórica da revolução mundial parecia cada vez mais desajustada face ao formato que a descolonização estava a conhecer ao redor do globo, na qual Pequim não obtivera a influência desejada. O conflito fronteiriço também demonstrou que a URSS era uma ameaça à soberania chinesa. A URSS passa então a ser considerada o inimigo número um de Pequim, sendo o “social-imperialismo” soviético o alvo principal a abater, antes até do imperialismo americano. De facto, os líderes chineses compreenderam que não poderiam enfrentar dois poderosos inimigos ao mesmo tempo. Hoxha foi apanhado de surpresa por esta mudança na geopolítica chinesa. Até então, tinha defendido que a China passara a ser o líder da luta mundial contra o imperialismo americano, mas com a visita de Kissinger (1971), seguida da de Nixon (1972), a Pequim, essa imagem ficou destruída. O PTA enviou uma carta agressiva a protestar contra a visita do presidente americano a Pequim. A China não respondeu, mas mais tarde enviou uma carta informando de uma diminuição no apoio económico.

Entre 1971 e 1974 existe uma degradação das relações. Em 1971, o PCC não envia uma delegação ao VI Congresso do PTA, onde Hoxha vai criticar indiretamente os chineses. Em 1973 as trocas comerciais decrescem significativamente (Biberaj, 1986: pág.187-188). No período de 1973-75 são presos vários membros do PTA, acusados de tentativa de golpe. Hoxha (1979) viria a dizer:

*"Os chineses fazem amizade com qualquer estado, qualquer pessoa, seja trotskista, titoísta ou um homem de Chiang Kai-shek, se ele disser: 'Sou contra os soviéticos'. Nós opomo-nos a esse princípio.... É claro que os chineses não gostam destas e de outras posições nossas, porque destroem o disfarce marxista-leninista que querem manter, por isso estão a exercer pressão sobre nós. Esta pressão é económica, porque política e ideologicamente nunca nos fizeram ceder e nunca serão capazes de nos fazer ceder.... Esta pressão não é imaginária, mas concretizou-se na conspiração militar e económica encabeçada por Beqir Balluku, Petrit Dume, Hito Çako, Abdyl Këllezhi, Koço Theodhosi, Lipe Nashi, etc.."*

Em 1974, o novo vice-primeiro-ministro da RPC, Deng Xiaoping, enuncia o que viria a ser conhecido como a Teoria dos Três Mundos, na ONU, o que causa uma acesa resposta por parte dos albaneses<sup>10</sup>. Enquanto Mao foi vivo, Hoxha ainda manteve a esperança que a China voltasse a entrar no caminho do marxismo-leninismo. Mas após a sua morte (Setembro de 1976) e a deposição do Grupo dos Quatro (um mês depois), considerados por Hoxha como os últimos maoístas, era claro, para ele, que a China tinha caído no revisionismo. Logo em novembro seguinte, no VII Congresso do PTA – onde o PCC, mais uma vez, não se fez representar – Hoxha esboçava as primeiras críticas à Teoria dos Três Mundos, embora não a associasse ainda a Mao.

De finais de 1976 até 1978, verifica-se a destruição gradual das relações sino-albanesas. Hoxha começa a criticar e a desacreditar sucessivamente o pensamento de Mao. Em 1977, Tito faz uma primeira visita a Pequim, o que constitui uma grande afronta para Tirana. No ano seguinte, a China cessa o seu apoio económico e militar à Albânia. A culminação viria com *O Imperialismo e a Revolução* (1979), publicado em Portugal pelas edições Bandeira Vermelha, onde Hoxha descreve Mao como um “Krushchev chinês”, e declara que o seu pensamento nada tinha de comum com o marxismo-leninismo. Mas já antes, numa carta ao CC do PCC, o CC do PTA afirmava (*Letter of the CC*, 1978):

---

<sup>10</sup> As principais peças foram publicadas, em 1978, pelo Institute of Chinese Studies, em Delhi: “The Three Worlds Concept: Chinese and Albanian Versions”

*“A Albânia nunca curvou as costas ou a cabeça, seja no passado ou hoje, nem nunca o vai fazer no futuro. A liderança chinesa vai cair tanto nos seus sermões como nas suas intrigas. O ato reacionário que cometeu contra a Albânia é revoltante para a consciência de cada homem e mulher honestos no mundo. Apesar de cercada, a Albânia socialista não está isolada, pois goza do respeito e do amor do proletariado mundial, dos povos amantes da liberdade e dos homens e mulheres honestos de todo o mundo. Este respeito e amor vai crescer ainda mais no futuro. A nossa causa é justa! A Albânia socialista triunfará!”*



## Capítulo 2 – Rebeldes com Causa(s)

Este capítulo abarca a evolução do movimento M-L /maoísta em Portugal desde a sua fundação, em 1964, até ao final dos anos 80. Com o duro golpe sofrido, no início de 1966, no interior do país, pelo CMLP, o movimento M-L entra numa fase de desorganização, seguida de uma lenta reorganização, feita no plural. O CMLP transforma-se em PCP (m-l), em 1970, contudo, essa proclamação não colhe o apoio das outras organizações que estavam em formação por volta de 1969-70 (Cardina, 2010: 83-84.). No dia 25 de Abril de 1974, existiam pelo menos nove grupos M-L com estruturação e atividade<sup>11</sup>. Cinco desses grupos encetam então um moroso processo de unificação, do qual resultou o PCP(R), em finais de 1975. Em 1980, com a dissolução do PCP (m-l) de “Vilar”, sobrevivem apenas o PCP(R) e o MRPP, já que a OCMLP, reorganizada em finais de 1976, iria manter sempre uma atividade residual, vindo a dissolver-se em 1987. Daí que a maior parte deste capítulo se vá debruçar sobre a vida do PCP(R) até às vésperas da queda do Muro de Berlim.

### 2.1. – O um dividiu-se em muitos

A cisão sino-soviética, abordada no capítulo anterior, teve repercussões em todos os países desenvolvidos onde, nos partidos comunistas alinhados por Moscovo – incontestada sede do MCI – se verificaram cisões, umas mais significativas, como foi o caso belga (Alexander, 2001: 59-61), outras menos, como foi o caso português. Com efeito, em Portugal, a dissidência “pró-chinesa” ficou circunscrita a apenas um membro da Comissão Executiva do PCP – Francisco Martins Rodrigues – que agregou a si alguns quadros exilados em Argel (como Rui d’Espiney e João Pulido Valente) e algumas dezenas de militantes e simpatizantes. Estes dissidentes fundaram, em Paris, a Frente de Ação Popular e o Comité Marxista-Leninista Português (FAP/CMLP)<sup>12</sup>. A exiguidade deste núcleo, agravada pelas duras condições da clandestinidade e pelo erro da transferência da direção para o interior do país, sem estarem reunidas as necessárias condições de segurança, tornou o grupo muito vulnerável a qualquer arremetida

---

<sup>11</sup> Eram eles: O Bolchevista, CARP-ML, CCRML, MRPP, PCP (m-l) “Vilar”, PCP (m-l) “Mendes”, OCMLP, UCML e URML. Veja-se o organigrama das organizações M-L em Portugal, entre 1964 e 1976, elaborado por Miguel Cardina e disponível em: <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/11/24/notas-sobre-o-maoismo-em-portugal-1964-1974/>

<sup>12</sup> Miguel Cardina, 2010: 53-54; José Pacheco Pereira, 2008: 127-180.



policial. E esta veio a suceder após a execução de um informador da PIDE infiltrado no CMLP. Perante essa execução, a polícia política reagiu com rapidez e extraordinária violência. No início de 1966, após a prisão de Francisco Martins Rodrigues e de Rui d’Espiney, o CMLP em Portugal colapsava, só sobrevivendo em Paris.

Todavia, o legado teórico deixado pelos escritos de Martins Rodrigues e pela revista *Revolução Popular* foi fundamental para estruturar o movimento M-L. Deste legado fazia parte o corte organizativo (dotado embora de reduzida expressão) com o “revisão” em Portugal; o desmascaramento da solução pacifista avançada pelo PCP enquanto saída para a ditadura; a afirmação da necessidade de constituição de uma força popular armada (de que a FAP se propunha ser o embrião); a primazia da aliança operária-camponesa sobre a aliança preferencial do proletariado com a burguesia liberal (com a inevitável subalternização do primeiro à segunda); a importância da ligação entre a luta do povo português e a luta dos povos das colónias e a contraposição da Revolução Democrática Popular à Revolução Democrática Nacional, teorizada por Álvaro Cunhal. As cinco tarefas desta revolução, definidas pelo CMLP (Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência) foram sendo adotadas, com algumas variações, pelos restantes grupos M-L / Maoístas<sup>13</sup>. Como escreve Miguel Cardina (2010: 59), acerca do significado da rutura dos marxistas-leninistas com o PCP, em 1964/65: “no fundo, tratava-se de dar primazia não à dicotomia fascismo-democracia, mas à contradição capitalismo-socialismo.”

A partir desta rutura, ao insistir num programa unitário antifascista, apontando à instauração de um regime democrático, à liquidação dos monopólios, à realização de uma reforma agrária e à emancipação do país da tutela do imperialismo americano, mas deixando para plano secundário o combate à guerra colonial, o PCP foi sendo crescentemente contestado pela esquerda revolucionária, que afirmava uma perspetiva simultaneamente anticapitalista e anticolonial (Madeira, 2004: 128-131). Quando os M-L contrapunham à Revolução Democrática Nacional do PCP a sua Revolução Democrática Popular não estavam a estabelecer uma simples distinção formal. Todos os grupos M-L estavam convictos de que o derrube do Estado Novo não daria lugar a uma estável democracia burguesa, mas sim a uma revolução popular – debaixo, naturalmente, da sua direção. Ainda em agosto de 1975 – ou seja, numa conjuntura totalmente distinta – num comício do MRPP, na Amadora, Arnaldo Matos lembrava que não podia haver transição pacífica para o socialismo. Poderia existir, eventualmente,

---

<sup>13</sup> Por exemplo, o MRPP introduzia ainda a Democracia. Cf. Miguel Cardina, 2010: 120. “Paz, Terra e Pão” fora o conhecido slogan de Lenine na Revolução de Outubro.

“transição pacífica do fascismo para o social-fascismo, mas não pode haver transição pacífica do fascismo para o socialismo.” (Matos, 1975: 85.)

O desmantelamento do CMLP no interior iniciou um período de refluxo neste grupo que durou até 1969. Subsistindo apenas na emigração, o CMLP estava particularmente alheado do movimento de massas em Portugal. A sua transformação em Partido Comunista de Portugal (m-l) (PCP (m-l)), em 1970, serviu sobretudo para mascarar a sua extrema debilidade e prevenir a disputa de território que já começara a despontar no ano anterior, com o nascimento dos Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCRML) a partir de uma cisão no exterior (Cardina, 2010: 83-86).

Com efeito, a evolução da conjuntura internacional – Maio de 68, a Revolução Cultural Chinesa, a Tricontinental e os efeitos prolongados da revolução cubana, a invasão da Checoslováquia e as experiências guerrilheiras latino-americanas – e da conjuntura nacional – o agravamento da guerra colonial, a tímida abertura marcelista (materializada na campanha eleitoral de 1969 e no surgimento de um sindicalismo à margem do modelo corporativo) e a radicalização entre os católicos – alimentou a ressurgência dos grupos M-L. A militância destes grupos era quase sempre composta por jovens, a faixa etária diretamente ameaçada pela mobilização para a guerra colonial. Todavia, não era esta a principal explicação para a juventude do movimento, pois ela também acontecia nos outros países do Ocidente. Significativamente, Julia Lovell (2019: Chap. 8) intitula o seu capítulo dedicado ao Maoísmo na Europa e nos EUA – “You are Old, We are Young, Mao Zedong!” – a partir do slogan de uma manifestação de estudantes em Berlim frente à sede do Partido Social-Democrata, em 1969. Como, mais tarde, confessaria Saldanha Sanches, ante a desilusão representada pelo PCP, o maoísmo aparecia a muitos como “uma espécie de *upgrade* do marxismo soviético. Era como passar do Windows XP para o Windows Vista” (Moura: 2009). Principiaram, pois, a surgir novos grupos, sem ligações com o antigo CMLP, como o MRPP (1970), a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML) (1970) ou a OCMLP (resultante da fusão, em 1972, entre O Comunista – formado na emigração – e o Grito do Povo – o único grupo originário do Norte do país). Estes movimentos, segundo João Madeira (2020: pág.42), reuniam quatro características em comum:

(1ª) Não resultavam de cisões com o PCP ou de prolongamentos da FAP/CMLP.

(2ª) Não se apoiavam no legado da FAP/CML, principalmente nos escritos de Francisco Martins Rodrigues.

(3ª) Emergem durante ou após a campanha eleitoral de 1969, tomando como alvos quer a "farsa das eleições" marcelistas, quer a CDE, impulsionada pelo PCP. Não

rejeitavam, porém, desenvolver atividade no seio da CDE, desde que dirigida à denúncia das eleições. (4<sup>a</sup>) Estruturaram-se dentro do país, sem núcleos no estrangeiro. Em continuidade, porém, com o passado recente, todos eles combatiam o PCP, abominavam o XX Congresso do PCUS e liam e divulgavam as posições do PCC e do PTA.

Grupos como os CCRML, a URML ou a OCMLP procuravam penetrar nos meios operários. Os primeiros na Margem Sul e em Lisboa, o segundo no eixo Porto-Aveiro. Operavam na clandestinidade, com um modelo apropriado do PCP e as suas ações eram estrangidas pela repressão do regime, sendo que muitos dos seus membros passaram pelas prisões e pela tortura. Já o MRPP não seguia à risca os cuidados conspirativos dos outros grupos. Pelo seu número de militantes, o seu ativismo e a tiragem do seu órgão central – o *Luta Popular* –, ele era a organização mais conhecida antes da queda do regime e continuou a sê-lo durante o P.R.E.C. No ato da sua constituição, em 1970, o MRPP teria já cerca de 50 pessoas (Cardina, 2010: 102.). E ao examinar as tiragens da imprensa clandestina, Pacheco Pereira (2013: 63) calcula um máximo de 13.000 exemplares para o jornal do MRPP, 3.000 exemplares para o jornal do PCP (m-l), o *Unidade Popular*, 2.500 para *O Bolchevista* e 2.000 para *O Grito do Povo*, da OCMLP.

Entretanto em Peniche, afastados da luta de massas, os dirigentes históricos do CMLP procuravam acompanhar o movimento M-L, sugerindo alguns caminhos. Foi por inspiração de Rui d’Espiney que António Bento Vintém criou O Bolchevista, em 1970. Desentendimentos entre Bento Vintém e a família d’Espiney terão conduzido, mais tarde, ao lançamento do Comité de Apoio à Reconstrução do Partido M-L (CARP-ML), onde militavam dois irmãos de Rui d’Espiney (Cardina, 2010: 164-167, 180). Os dois grupos tinham como objetivo declarado contribuir para a fundação do "verdadeiro partido comunista", por considerarem que o lançamento do PCP (m-l) tinha sido uma manobra oportunista.

Verdade seja dita que quase todos os grupos M-L colocavam no seu horizonte a reconstituição do Partido Comunista, nos moldes do modelo leninista. Em seu entender, o XX Congresso do PCUS, em 1956, fora o início de uma profunda transformação no MCI, em que a Revolução Socialista e a luta contra o imperialismo americano fora cedendo o lugar à “coexistência pacífica” entre os dois regimes e os dois países. Ao mesmo tempo, defendiam que o velho partido de Lenine e Stáline se fora transformando em “partido revisionista”. Todavia, antes do 25 de Abril, tal tarefa de reconstrução do partido não passava de uma declaração de intenções, ou, se cometida (como em 1970), logo denunciada como oportunista pelas restantes organizações. É o derrube da ditadura, com a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados, que conduz a uma “aceleração da história” entre os grupos M-L. Uma vez em liberdade, os fundadores da FAP/CMLP irão juntar-se ao CARP-ML, cuja formação tinham acompanhado desde Peniche. Mas o processo de unificação-para-a-reconstrução, que haveria de conhecer muitos avanços e recuos, iria demorar quase dois anos. E – Mais importante – nem todos os grupos M-L iriam aderir a tal projeto, ou ser aceites pelos seus dinamizadores.

Com efeito, esta tarefa de reconstrução era claramente rejeitada por duas organizações desde antes do 25 de Abril. Uma delas era o MRPP, onde no ato da fundação

se digladiaram duas visões: a do antigo militante do PCP, Fernando Rosas, e a do incontestado secretário-geral, Arnaldo Matos, que, durante a sua estadia em Macau, travara conhecimento com o pensamento de Mao Tsé-Tung, não tendo contactos anteriores com o movimento comunista. Venceu a segunda visão e, por isso, o MRPP (apesar de contraditoriamente se designar "Movimento Reorganizativo") rapidamente passou a considerar jamais ter existido em Portugal um partido comunista digno desse nome. A tentativa do PCP de romper “com a direção pequeno-burguesa do movimento operário (...) desde o seu início se frustrou, [o] que nunca possibilitou o enraizamento de um verdadeiro controle marxista-leninista.” Coerentemente, o MRPP rotulava os restantes grupos, que se reclamavam do M-L, de “confraria neorrevisionista”<sup>14</sup>. Esta autossuficiência explica-se não só pelo facto de o MRPP ser então o grupo mais ativo e mais notório no universo da esquerda revolucionária, mas também pela evolução experimentada pelo antirrevisionismo. Como já vimos, a uma primeira vaga de partidos M-L, estalinistas e pró-chineses, sucedeu rapidamente uma outra, que orgulhosamente se reivindicava do Marxismo-Leninismo- Pensamento Mao Zedong, como era o caso do MRPP<sup>15</sup>. Como escreve Pacheco Pereira (2019), o “MRPP foi a mais importante organização da segunda vaga da extrema-esquerda, que já não era moldada pela luta pela ortodoxia do marxismo-leninismo nos partidos comunistas que caracterizara a rutura sino-soviética, mas sim pela influência decisiva da Revolução Cultural Chinesa.” Na verdade, se o MRPP se revia no legado de Stáline, inspirava-se sobretudo no pensamento de Mao Tsé-Tung, adotando os métodos de atuação (como o constante combate entre as "duas linhas": a vermelha e a negra), a retórica (“Morte aos renegados!”) e a Agit/Prop típicos do maoísmo (Coutinho, 2015).

O segundo grupo era o PCP (m-l), que se opunha à ideia de reconstituição porque considerava ser ele o verdadeiro partido comunista. Como dissemos, o PCP (m-l) era o continuador orgânico do CMLP de 1964. Mas, sem qualquer atividade no interior que não fosse a organização estudantil – a UEC-ML<sup>16</sup> – o novo partido não conseguiu nunca funcionar como um polo de atração para os restantes grupos M-L, que o acusavam de oportunismo. Um mês antes do 25 de Abril, as divisões internas sobre o inimigo principal levaram o núcleo em Paris (chefiado pelo principal dirigente, "Eduíno Vilar" / Heduíno Gomes) a expulsar o núcleo do interior (dirigido por "Mendes" / Carlos Janeiro) (Cardina, 2010: 95-96). Esta divisão perdurou cerca de um ano, até que a facção "Mendes" renunciou ao título de Partido e recuperou a anterior designação de CMLP (“Autocrítica da CD”, 1975: 47-65).

## 2.2. – Da hidra ao feixe de vimes

---

<sup>14</sup> “Reorganizar o partido revolucionário”, 1970); Miguel Cardina, 2010: 103-105; Miguel Marujo, 2018: 39-41.

<sup>15</sup> O PCP (m-l), que descendia do CMLP, e foi o único partido português a ser reconhecido por Pequim, nunca se declarou maoísta. Cf. Entrevista de Heduíno Gomes à RTP.

<sup>16</sup> Sobre as organizações estudantis dinamizadas pelos grupos ML, nos últimos anos da ditadura, veja-se: José Manuel Lopes Cordeiro (2009), “‘Ao Serviço do Povo Venceremos’ – a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)

Na primavera e verão de 1974, uma onda de greves varre o país, acompanhada de uma onda de saneamentos nas fábricas e empresas, de ocupações de casas e da radicalização das movimentações populares em geral, onde se destaca a exigência do rápido regresso dos soldados das colónias e da transferência da soberania para os movimentos de libertação. Esta radicalização cria um clima social e político que irá galvanizar o movimento M-L. Principiam então a ter lugar contactos entre todos os grupos M-L, com exceção dos dois atrás citados.

Esses grupos, convém dizê-lo, eram pequenos quando comparados com o MRPP – claramente a grande força da esquerda revolucionária a emergir no 25 de Abril. Basta atentar como, logo no dia 1 de Maio de 1974, o partido de Arnaldo Matos organiza sozinho um “1º de Maio Vermelho” no Rossio, em Lisboa, mas também em Vila Franca de Xira, Coimbra, Marinha Grande, Porto e Braga. As fotos de Lisboa mostram mais de um milhar de pessoas na praça, incluindo marinheiros e soldados<sup>17</sup>. Isto, quando todas as outras forças políticas desta área – incluindo umas quantas dezenas de militantes das organizações M-L que viriam a unificar-se, 20 meses mais tarde, no Partido Comunista Português (Reconstruído) – seguiriam provavelmente na grande manifestação unitária ligando a Alameda de Dom Afonso Henriques ao Estádio da FNAT (então rebatizado 1º de Maio). Outro dado significativo: logo no início de Abril de 1975, o MRPP realizava, no Pavilhão dos Desportos, a sua 2ª Conferência Nacional, sob o lema “Em frente na grande via da revolução democrática popular.” Qualquer das organizações M-L, que participavam nessa altura nas conversações para a unificação, não podia sequer sonhar em realizar uma conferência de tamanha magnitude.

Como escreve João Madeira (2020: pág.43-44), nem todos os grupos que participavam nestas conversações estavam realmente empenhados numa futura unificação. As chefias eram em geral muito ciosas do seu poder, pelo que o sectarismo entre grupos era a tônica dominante. Em concordância com os princípios que defendia, o CARP-ML deu um primeiro passo ao fundir-se com o grupo Luta Comunista, criado por dissidentes e expulsos d’O Comunista antes da fusão com O Grito do Povo. A partir do verão, começou a definir-se uma base regular de conversações, onde cada grupo devia proceder à crítica do que achava incorreto nos restantes e desenvolver a sua própria autocrítica. Faziam parte desta base o CARP-ML, os CCRML, a OCMLP e a URML. De fora ficavam os dois PCP (m-l) (o de “Vilar” e o de “Mendes”), o MRPP, pelos motivos já referidos, mas também O Bolchevista, com quem o CARP-ML tinha cortado relações.

Graças a essas conversações, a URML, que participara em algumas alianças com forças trotskistas imediatamente após o 25 de abril, vai entrar num processo de autocritica (“As Nossas Tarefas”, 1975). Também os CCRML que, no início de 1974 tinham conhecido uma crise interna que os tinha abeirado da dissolução, encetaram um processo autocrítico (*A Luta pelo M-L*, 1975). A OCMLP, que poucos dias antes do 25 de Abril

---

<sup>17</sup> “1º de Maio Vermelho” (1974). Suplemento ao nº 103 do *Tempo e o Modo*, prestigiada revista oposicionista, então controlada pelo MRPP.

atravessara também um conflito interno sério, conhecido como Golpe Matos-Viriato (Cardina, 2010: 142-144.), era o único movimento com alguma presença no norte de Portugal e, muito provavelmente, seria, dos quatro, o grupo com maior implantação, pois tinha ainda células espalhadas pelo Minho, na Covilhã, em Coimbra, Lisboa, Margem Sul e na emigração. As conversações a quatro avançaram entre Outubro e Dezembro, mas chegaram a um impasse quando a OCMLP não aceitou a proposta de criação de uma plataforma eleitoral, avançada pelo CARP-ML, para levar os grupos M-L a uma colaboração conjunta que propiciasse a futura unificação. Do malogro dessas conversações nasceram assim a UDP, apoiada pelo CARP-ML, os CRML e URML (cf. 2.5.) e a Frente Eleitoral de Comunistas ML (FEC-ML), lançada pela OCMLP.

Esta divisão é importante pelo que revelava da disputa, entre os quatro grupos M-L, pela liderança do processo. De um lado o CARP-ML, em torno dos três dirigentes históricos do CMLP, saídos de Peniche, do outro a OCMLP, cuja figura principal era Pedro Baptista. Cada uma destas organizações procurava ser o centro do processo de unificação conducente à refundação do Partido. Diversos fatores acabam por fazer pender o fiel da balança para o lado dos grupos que impulsionavam a UDP. O primeiro foi a eleição pela UDP do único deputado da extrema-esquerda em Portugal (e, conseqüentemente, dos grupos M-L) nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975. O segundo foi a colaboração cada vez mais estreita dos militantes das três organizações M-L, que formaram a UDP, e que acabou por conduzir à sua fusão na ORPC-ML, em finais de abril de 1975.

As eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 foram importantes para traçar o destino do movimento M-L em Portugal pois, como nota José Manuel Fernandes (2012: 176-177), com o MRPP e a Aliança Operário-Camponesa (plataforma eleitoral do PCP (m-l) de “Vilar”) fora da competição eleitoral, por motivos políticos disfarçados de razões administrativas, e com o Partido de Unidade Popular (PUP) (plataforma eleitoral do PCP (m-l) de “Mendes”) impedido, por razões burocráticas, de concorrer a Lisboa, a UDP obteve uma concentração de votos na capital que lhe permitiu eleger um deputado, apesar de, no cômputo nacional, outros partidos da extrema-esquerda, como a Frente Socialista Popular (FSP) e o Movimento de Esquerda Socialista (MES), terem logrado uma votação superior (Cf. Tabela 1). Impedido de concorrer, e de obter desse modo uma voz própria no parlamento, o MRPP passou a viver só da mobilização de rua. Para Fernando Rosas, isso representou um primeiro golpe no partido. O segundo viria com o posicionamento do MRPP do lado dos vencedores no 25 de Novembro: “Isso mata-o do ponto de vista da sua credibilidade como movimento revolucionário”, conclui o antigo dirigente<sup>18</sup>. Com perto de 45 mil votos e um deputado eleito, a UDP afirmava assim a sua superioridade frente à FEC-ML (cerca de 33 mil votos) e ao PUP (13 mil votos). Os fracos resultados do PUP, a somar ao facto de no mês de março anterior ao ato eleitoral, “Eduíno Vilar” ter conseguido obter, para o seu PCP (m-l), o reconhecimento de

---

<sup>18</sup> Em entrevista, de 2018, a Miguel Marujo, 2018: 79-80, 128.



Pequim (Entrevista a Heduíno Gomes) agravaram a crise no interior da facção “Mendes”. Em finais de abril, este grupo destituía a sua direção e trocava a designação de Partido, adotada em 1970, pelo original, de CMLP. Entretanto, uma delegação da ORPC-ML voltava da Albânia onde fora reconhecida pelo PTA (“Delegação“, 1975).

A partir de agosto de 1975, quando são retomadas as conversações entre grupos para a sua unificação num Partido Comunista, a plataforma inicial reduzira-se e ampliara-se (*Ata da reunião*, 1975). Reduzira-se porque o CARP-ML, os CCRML e a URML estavam agora unificados na ORPC-ML, onde Francisco Martins Rodrigues continuava a ser uma figura de peso. Ele e Frederico Carvalho são os dirigentes que mais se destacam em público, cabendo-lhes, por exemplo, as duas intervenções de fundo no único comício que a ORPC-ML realiza em Lisboa, em outubro de 1975 (“Comício”, 1975: 5, 9, 10, 12.). Ampliara-se porque, ao lado da OCMLP, surgia o refundado CMLP. Também o modelo das conversações era agora diferente. Por proposta da ORPC-ML, fora constituída uma Comissão Organizadora, editando uma Tribuna do Congresso, onde seriam publicados os projetos de teses e se procederia à sua discussão aberta. Dotados desta tribuna pública, estes três grupos vão caminhar, com muitas vicissitudes, para o Congresso reconstitutivo do Partido Comunista, que dura de 27 de dezembro de 1975 até 5 de Janeiro de 1976.

Este Congresso não unificará, porém, todos os grupos envolvidos no processo. Logo a partir de julho de 1975, começaram a manifestar-se divergências políticas sérias entre a ORPC-ML e o CMLP, por um lado, e a OCMLP, por outro. Os primeiros consideravam o fascismo e o imperialismo norte-americano os principais inimigos do povo português (*Por uma Ampla*, 1975). Já a OCMLP considerava igualmente perigosos, ao lado do imperialismo americano, o social-fascismo do PCP e o social-imperialismo russo (“A corrente M-L”, 1975; “A atual”, 1975). A posição da OCMLP estava, aliás, mais próxima das posições chinesas, que se começavam a cristalizar por essa altura na chamada Teoria dos Três Mundos. Decorrente dessa primeira divergência, nascia uma outra: a ORPC-ML e o CMLP apoiavam o Documento do COPCON, enquanto a OCMLP se revia no Documento dos Nove, alertando para o perigo da queda das forças que apoiavam o primeiro texto nos braços do PCP (Madeira, 2020).

Estas divergências políticas levavam a que os trabalhos de unificação marcassem passo. Após o 25 de Novembro, pretextando a urgência de se avançar para o Partido até ao final do ano, a ORPC e o CMLP lançam um ultimato à OCMLP, que rejeitando essa imposição se afasta das conversações, queixando-se do espírito de potência do outro lado (*Não ao congresso*, 1975). Por isso, no Congresso de dezembro, são sobretudo os militantes eleitos da ORPC-ML e do CMLP que estarão representados, embora também tivessem assento alguns militantes da OCMLP que abandonaram a organização semanas antes do conclave e outros que se juntaram a ele em plenos trabalhos. O grosso dos militantes desta organização viria, porém, a integrar-se meses mais tarde no Partido Reconstruído, mas só após uma luta interna que conduziu, na II Conferência Nacional, em janeiro de 1976, à destituição de todos os dirigentes, e, na III Conferência, à dissolução da própria OCMLP, em abril de 1976. Os ex-dirigentes e militantes que discordaram da integração no PCP(R) resolveram reativar a organização em outubro, mantendo-a até 1987.

O PCP(R), fundado no final de 1975, é então filho de uma longa gestação pautada por lutas pela hegemonia organizacional e ideológica. Nasce também num contexto pós 25 de Novembro, que altera radicalmente o ambiente que as organizações constitutivas tinham idealizado para a luta pelo socialismo.

### **2.3. – A União faz a força**

O ano de 1976 foi particularmente rico para a história do partido, podendo mesmo ser considerado, juntamente com o de 1977, como o período mais bem-sucedido da sua existência. Destacam-se, nesse ano da fundação, a integração da OCMLP nas fileiras partidárias, o "processo de revolucionarização e proletarização" e o forte empenhamento do partido na campanha nas eleições presidenciais do major Otelo Saraiva de Carvalho (cf. 2.4.). Todos estes processos geraram um clima de euforia e de autoconfiança que, em poucos anos, se viria, porém, a desmoronar (cf. 3.1.).

A integração de algumas centenas de militantes vindos da OCMLP, após a dissolução desta organização, em abril de 1976, aumentou os valores da militância do jovem partido e conferiu maior legitimidade ao projeto de unificação-para-a-reconstrução (“Nova vitória”, 1976). Como vimos já, na fase final do processo, a OCMLP – o segundo grupo mais importante nas conversações, pelo número de militantes e pela implantação no território – optara por ficar de fora. Com o PCP(R) proclamado, os militantes da OCMLP terão começado por se sentir excluídos, depois, decidiram destituir os dirigentes que os tinham conduzido ali e, após acesas discussões, resolveram dissolver a organização e integrar-se no partido proclamado quatro meses antes<sup>19</sup>. A junção da militância dos três grupos irá permitir suprimir algumas debilidades na cobertura do território nacional. É que, como veremos adiante, os territórios de implantação da ORPC-ML e da OCMLP eram, na verdade, complementares.

Não foi possível encontrar referência, nos materiais publicados pelo partido, aos valores da militância. Mas, numa estimativa muito grosseira, apontaria para perto de um milhar, no ato da sua fundação. Baseio-me em dois dados. Na III Conferência do CMLP, em finais de abril de 1975, a que assistiram 170 pessoas, compareceu “a maioria dos militantes”. A totalidade desses militantes seria pois um pouco superior aos 120 que participaram efetivamente nos trabalhos

---

<sup>19</sup> Para o ponto de vista do líder da organização, que foi afastado nesse contexto, cf. Pedro Baptista (2014), *Da Revolução Gorada aos Desafios do Presente*, p. 124-135.



(“Sob a bandeira”, 1975). Ora a radicalização do processo revolucionário no Verão Quente teria feito esse montante crescer. O segundo dado é de natureza indireta e está contido num relatório interno sobre o desenvolvimento da UDP, que se reporta ao início de setembro de 1975. Afirma-se aí que o número de ativistas a trabalhar nos núcleos UDP rondaria os 3.000 a 4.000 (*Relatório*, 1975: 1.). Sendo os militantes da ORPC-ML o motor destes núcleos, pode supor-se que a ORPC-ML teria então entre 500 e 600 militantes. Até ao 25 de Novembro é provável que esse número aumentasse, igualmente. Depois, a integração de grande parte da OCMLP, em maio de 1976, alargaria os valores da militância registados pelo PCP(R) no ato da fundação. E o dinamismo criado em torno da campanha presidencial de Otelo (cf. 2.4.) iria contribuir para manter esse crescimento organizativo (Melro, 2015: 549). É, portanto, provável que, um ano após a fundação, o PCP(R) estivesse à beira dos dois milhares de militantes.

Avaliando os poucos dados disponíveis parece que, entre 1978 e 1982, esse número terá oscilado ao sabor das cisões (cf. 2.5 e 3.1) e das tentativas em contrariar os seus efeitos perversos. Tudo se resumiria, afinal, ao balanço entre recrutamentos e abandonos. O último impulso, tendo como objetivo o crescimento, aconteceu com uma campanha massiva de recrutamentos, a chamada Promoção Stáline – designação derivada da celebração, em 1979, do centenário do nascimento do líder soviético, muito admirado pelos M-L / maoístas. Essa campanha, que se prolongou por muitos meses, fez o partido crescer “65% em relação ao anterior número de militantes”<sup>20</sup>. Que número seria esse? Não é dito. Mas num artigo, assinado por C.N. (1979), publicado em *O Jornal* em agosto de 1979, após algumas centenas de militantes terem abandonado o partido na sua primeira cisão, em abril (cf. 3.1.), é dito que o PCP(R) teria à época “cerca de dois mil membros”. Tomando esse valor por base, teríamos um total de 3.300 militantes no termo dessa Promoção. Todavia, no artigo de João Mesquita (2005: 49), atrás citado, afirma-se que, com base nesta, o PCP(R) teria alcançado os 4.000 membros.

Fosse como fosse, a partir de 1980, tal montante terá vindo a decrescer. Em agosto de 1982, ocorre nova cisão, conhecida como “Melro-Amadeu” (cf. 3.1.). Pouco depois, noutro artigo de *O Jornal*, relativo a esta fratura, escreve-se que o partido teria “pouco mais de 500 militantes.” Após duas cisões, que levaram centenas de militantes, e dos abandonos individuais, é muito provável que os valores da militância estivessem já bem abaixo de um milhar. Os dados

---

<sup>20</sup> Sendo de destacar que 61% dos novos recrutamentos eram operários e 25% eram mulheres. Cf. “Comício de encerramento da Promoção Stáline. Resultados nacionais”, *BV*, 27.02.1980, p. 4. Aumentar a percentagem de operários e de mulheres eram, de facto, dois dos objetivos a que esta campanha se propunha chegar. Mas um terceiro objetivo parece ter ficado por alcançar, tanto que não é mencionado: “aumentar a média de idades no Partido.” Cf. “Recrutar na medida das necessidades e não na medida das dificuldades”, *BV*, 25.07.1979, p. 9

avanzados por Rogério Rodrigues (1982) são, porém, um pouco problemáticos porque se diz que o partido teria também cerca de 150 funcionários. Isso corresponderia a um corpo de 150 funcionários a viver da quotização de 350 militantes – o que não é credível. Mesmo sabendo, pelo testemunho de antigos funcionários, que os salários eram bastante frugais<sup>21</sup>, não se consegue vislumbrar uma máquina de 150 funcionários para um partido com somente 350 cotizados. As declarações entregues no Supremo Tribunal de Justiça relativas à composição do CC, dão, para 1981, catorze membros e, para 1983, onze membros<sup>22</sup>. Admitindo que a redação do *BV* e os responsáveis dos Comités Regionais fossem também funcionários, dificilmente tal montante chegaria a 150 pessoas.

Após ter atingido o apogeu, com a Promoção Stáline, este declínio na militância jamais será invertido. Essa situação era, todavia, comum a todos os partidos da esquerda revolucionária, tendo alguns optado mesmo por se dissolver. O PCP (m-l), por exemplo, extinguiu-se em março de 1980, no seu VIII Congresso. O Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), após a prisão, em 1978, dos “históricos” Isabel do Carmo e Carlos Antunes, começou a entrar em convulsão, vindo a ser declarado extinto pelo dirigente José Goulart, em junho de 1980. Também o MES encetou um processo autocrítico, após o IV Congresso em 1979, que o conduziu à dissolução em novembro de 1981<sup>23</sup>.

Outro aspeto que se procurou aclarar, foi a implantação regional do PCP(R). Um documento interno (*Relatório*, 1977), em jeito de balanço da vida do partido no primeiro ano, apresenta as seguintes conclusões. No início de 1977, o partido estava presente nas cinturas operárias de Lisboa (incluindo a Margem Sul), Porto, Braga e Aveiro, mas também entre os caseiros da Madeira, os rendeiros das Beiras e os setores dos têxteis e dos mineiros. Todavia, metade dos efetivos partidários estavam concentrados nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal. Não admira assim que se mantivesse a “tradicional fraqueza nos campos”. Curiosamente, o relatório não refere a implantação na chamada Zona de Intervenção da Reforma Agrária. Da consulta dos *BV*, pode concluir-se que a implantação do partido ficou sempre circunscrita a certas localidades e a certas unidades coletivas de produção (Albernoa, por exemplo). Recorde-se que, entre 1974 e 1976, chegaram a existir perto de 600 UCP (“Pontos”, 2017). A perceção de que o Alentejo não foi um terreno tão propício ao PCP(R) como este desejaria, é indiretamente confirmada pela comparação, distrito a distrito, dos resultados eleitorais da UDP,

---

<sup>21</sup> Fernandes, 2012: 228, 242; Marques, 2015: 325; “Américo Duarte”, 2022.

<sup>22</sup> Tribunal Constitucional. Proc. N.º27/PP, fls. 3-4 e 61.

<sup>23</sup> Sobre estes partidos vejam-se as úteis entradas, na secção “Organizações”, do arquivo eletrónico *1969 – Revolução – Ressaca* (<https://1969revolucaoressaca.blogspot.com/p/organizacoes-e-outros.html>)

em 1976 e em 1979. De uma a outra data, a UDP passou de 91.690 para 130.842 votos. Registou subidas em todos os círculos eleitorais, com exceção de apenas três: Guarda, Évora e Beja. Comparando, para os dois últimos casos, os resultados do PCP, em 1976 (Évora: 43,0%; Beja: 44,0%), com os da coligação APU, em 1979 (Évora: 48,8%; Beja: 50,7%), não é difícil perceber que o desmantelamento da Reforma Agrária, iniciado com a chamada Lei Barreto de 1978, parece ter levado o eleitorado dos campos alentejanos a concluir que o PCP era mais eficaz para a defender do que a UDP.

Uma coisa é certa: a unificação dos três grupos M-L no novo partido, ao fazer concentrar num só, a militância das três organizações, com as respetivas plataformas eleitorais de 1975 (FEC-ML, PUP e UDP), permitiu ao novel partido uma presença de Norte a Sul do país, embora com grandes variações regionais. Com efeito, da comparação dos resultados da UDP – a frente eleitoral do PCP(R), herdada da ORPC-ML (cf. 2.5) –, nas eleições legislativas de 1976, com os resultados das três plataformas que haviam concorrido separadamente às eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, resultam três constatações interessantes (cf. Tabelas 1 e 2, em anexo):

(1ª) A integração das plataformas da ORPC-ML (isto é, a UDP) e da OCMLP (ou seja, a FEC-ML), permitiu ao PCP(R) colmatar as lacunas na implantação regional que os resultados de 1975 evidenciavam. A expressão eleitoral – que vai ser aqui tomada como um equivalente aproximado da implantação no terreno destas organizações M-L – revela que estas duas eram geograficamente complementares. Com efeito, com duas únicas exceções (Setúbal e Faro), a FEC-ML só concorreu acima da linha do Tejo, comprovando que a implantação da OCMLP estava sobretudo no Norte e Centro do país. Muito importante para o campo político do PCP(R)/UDP é, porém, a precoce presença da OCMLP no arquipélago da Madeira, onde a UDP virá de futuro a alcançar os seus melhores resultados em eleições nacionais (cf. Tabela 1). Por outro lado, com exceção do Porto, a ORPC-ML não tinha implantação a norte do rio Mondego, embora cobrisse por inteiro o Alentejo e o Algarve.

(2ª) Os distritos onde o campo político do PCP(R) / UDP revelou ao longo de toda a sua existência maior força eleitoral foram: Lisboa (por onde elegeu um deputado em 1976, 1979 e 1980), Setúbal, Faro e Beja. O Centro e Norte do país nunca se mostraram muito recetivos às suas propostas. Já a Região Autónoma da Madeira se revelou um caso de sucesso, como foi dito. Uma situação relacionada com a existência, nas listas da UDP, de figuras carismáticas regionais (como o Padre José Martins Júnior ou Paulo Martins, cofundador da União do Povo da Madeira, poucas semanas após o 25 de Abril) e a fraqueza, durante duas décadas, das

coligações do PCP, no arquipélago. Com efeito, até 1992, ano em que o PC(R) se dissolve (cf. 3.2), a UDP ultrapassou sempre, neste arquipélago, as coligações do PCP, tanto em números de votos como em deputados.

(3ª) Se em 1975, a UDP se posicionara como o terceiro partido da esquerda revolucionária mais votado, a partir de 1976 e até 1987 ficou sempre na primeira posição (em 1991, os candidatos da UDP integraram as listas da CDU).

Outro processo que parece ter sido fundamental para fundir num só corpo os militantes e dirigentes das três organizações constitutivas foi o chamado "processo de revolucionarização e proletarização", durante o ano de 1976. Ele transformou o novel partido numa entidade distinta dos antigos grupos, fazendo inclusive da luta interna contra o "grupismo pequeno-burguês" do passado recente uma prioridade. Especial relevo parece ter tido, nesse processo, a realização da 1.ª Reunião Nacional de Quadros Proletários, reunindo mais de 70 militantes. Noticiando essa reunião, escreve o *Bandeira Vermelha* ("Reunião", 1976):

*“Em 12 longos e negros anos de grupismo... os operários revolucionários que vinham às fileiras marxistas-leninistas em busca do Partido eram enganados e subjugados pelos caciques pequeno-burgueses. Agora tudo isso chegou ao fim (...). Aquilo que o Congresso de dezembro apenas esboçou começa agora a tomar corpo. Não passará muito tempo que o PCP(R) seja reconhecido sem reservas pela classe como a sua autêntica força de vanguarda para a revolução.”*

Compreende-se, pois, que o "processo de revolucionarização e proletarização" vá incutir nas fileiras partidárias uma autoconfiança que contrastam com o clima de “fim de festa” que se vivia no país, depois do 25 de Novembro<sup>24</sup>. Esse processo tratou de promover operários ao posto de comando no CC e nos Comitês Regionais (cujo número quintuplica), e paralelamente, de impor neles uma maioria operária (conhecida como “regra de ouro”). Tratou também de pôr um termo à chamada “conciliação com o mau porte”. Com efeito, após um inquérito aos militantes presos durante o Estado Novo, é decido o afastamento e/ou expulsão de 29 membros, sendo apenas reabilitados três casos de “mau porte” (entre estes, está Francisco Martins

---

<sup>24</sup> Relativamente ao ambiente de exaltação, vivido no Portugal de 1974-75, e a mudança de clima operada pelo 25 de Novembro, o documentário *Outro País*, realizado por Sérgio Tréfaut (1998), oferece uma visão pertinente.

Rodrigues)<sup>25</sup>. Afastar dos lugares dirigentes os militantes com “mau porte” na prisão afigurava-se uma condição essencial para que o partido pudesse ganhar a confiança da classe operária, enquanto “autêntica força de vanguarda para a revolução.” Mais prosaicamente: a “conciliação com o mau porte” fragilizava o partido na sua eterna disputa com o PCP<sup>26</sup>.

Multiplicar o número de operários era essencial para um partido que aspirava a substituir um dia o PCP, enquanto autoproclamada vanguarda do proletariado. Logo em 1977, num documento interno de balanço, o partido informa, orgulhoso, que “47% dos seus membros são operários, 13% semiproletários e 40% de camadas da pequeno-burguesia.” Tendo os estudantes e empregados urbanos predominado nos antigos grupos M-L, esta preocupação era compreensível. Infelizmente, o PCP(R) muito raramente fornece dados sobre o número dos militantes e a sua composição social. E, menos ainda, acerca da observância da “regra de ouro” no CC, isto é, a existência nesse órgão de uma maioria operária. Só acerca dos CCs eleitos no III (1979) e IV Congressos (1983) o *BV* fornece informação. Assim, em 1979, “são operários 63,6% dos membros do CC e 70% dos membros do Comité Executivo”. Já, em 1983, são operários 54,1% dos membros do CC (cf. Tabela 4). Sabemos, por outro lado, que o lugar de 1º-secretário do PCP(R) foi sempre ocupado por alguém oriundo do mundo operário: José Caiado (eleito no I Congresso) e, depois dele, Eduardo Pires e José Alves, que alternaram nesse cargo, entre 1976 e 1992. Note-se, porém, que se José Alves era operário, na Lisnave, Eduardo Pires desempenhava, nesse importante estaleiro, as funções de monitor.

Da Tabela 4 é possível, todavia, sistematizar alguma informação acerca da composição social dos delegados aos congressos. Os operários detêm sempre a maioria absoluta. Correspondem a 57% no congresso de fundação, a 66% no II Congresso, a 54% no III e ainda a 51% no VI e último. Sobre o IV e o V Congressos não encontramos informações satisfatórias. Já sobre a composição social do PCP(R), um curioso artigo, de 1979, nota que esta não tinha progredido desde o II Congresso: “Os militantes operários ainda não atingem 50% do total dos membros. Em vários comités de zona e regionais houve mesmo um recuo: diminuiu o número de camaradas operários, aumentou o de intelectuais, empregados e de outras camadas não-proletárias” (“Mais operários”, 1979). A proletarização do partido, depois do II Congresso,

---

<sup>25</sup> *Resoluções do Comité Central do Partido Comunista (Reconstruído) do I ao II Congresso (1977), Relatório de Atividade do CC ao II Congresso (1977)* e entrevista a Francisco Martins Rodrigues (2004) conduzida por Carlos Morais.

<sup>26</sup> Sobre o posicionamento do PCP face aos militantes com mau porte na polícia e na prisão veja-se o icónico texto, atribuído a Álvaro Cunhal, *Se fores preso camarada...* (1ª edição em 1947) e também “Unidade, tarefa central do partido”, *O Militante. Boletim o CC do PCP*, nº 131, Novembro de 1964, em especial a secção “Guerra aos traidores”, p. 3-5. Ver ainda Miguel Cardina, 2010: 333-334.

parece ter estagnado. A Promoção Stáline, na segunda metade de 1979, terá alterado este quadro pois, segundo ela, 61% dos novos recrutamentos correspondiam a operários. Mas logo no IV Congresso, uma “Resolução sobre a proletarização” (1983) constatava “a desproletarização acentuada dos organismos dirigentes intermédios [e] a quebra de efetivos operários do Partido”. Consequentemente, foi lançada nova campanha de recrutamentos. Quando, em finais de 1984, Francisco Martins Rodrigues abandona o PC(R), para formar a OCPO, afirma não existirem no partido mais do que 50 operários<sup>27</sup>. Todavia, dos 110 delegados ao VI Congresso, seis anos depois, 56 eram proletários (cf. Tabela 4).

Se todos os “processos de bolchevização” forjam partidos disciplinados, homogêneos e centralizados, eles acarretam também outras consequências, como o monolitismo. Isso resulta da aplicação do centralismo democrático, que restringe o debate das ideias ao organismo onde o militante se encontra, ou então às assembleias regionais e aos congressos. Contactos entre militantes de organismos distintos são suspeitos de fraccionismo (Prado: 2017). O combate ao “espírito de grupo”, no PCP(R), teve um efeito duplo. Um positivo: a identidade de partido só poderia afirmar-se sobre os escombros das identidades das antigas organizações. Outro negativo: a proibição de contactos entre militantes de organismos distintos conduzia ao fechamento do círculo de discussões, à desmotivação de atitudes críticas para com a linha oficial e abria a porta à expulsão dos discordantes logo que ficasse provado que haviam pisado a “linha vermelha” do centralismo democrático. Tal como sucedia com todos os partidos comunistas, os militantes do PCP(R), que viam agravar as suas divergências, queixavam-se de limitações à liberdade de expressão, de falta de democracia interna, ou de obstrução à divulgação das suas posições (cf. 3.1). Essa era, porém, a “regra do jogo” que todos tinham aceitado jogar. Voltaremos ao assunto no Capítulo 3.

Para terminar, importa dizer que, em todos os passos do "processo de revolucionarização e proletarização", o dirigente do PCdoB exilado na Europa, Diógenes Arruda, assumiu um papel fundamental. Secretário de Organização do partido brasileiro, durante muitos anos, Arruda (1914-1979) era mais velho e tinha muito maior experiência do que qualquer outro dirigente do partido irmão português. Os militantes designavam-no coloquialmente por o “Velho”. Não admira, pois, que o PCP(R) o tivesse elevado postumamente a "membro honorário do PCP(R) desde a sua fundação"<sup>28</sup>. Significativo é também o juízo traçado por José Manuel Fernandes

---

<sup>27</sup> “Não admira que no último Ativo Nacional de células de empresa tenham estado representadas apenas 20 células, várias delas de serviços... Hoje não haverá mais duns 50 operários organizados em células do PC(R)”. Cf. “Intervenção a 8 de dezembro de 1984.”

<sup>28</sup> “*Aprender com Diógenes Arruda*, 1979, p. 9. Sobre a figura do dirigente brasileiro ver: Augusto Buonicore (2009), “Diógenes Arruda: O guerreiro sem repouso”, *Vermelho*



(2012: 229-233), sobre o papel do dirigente brasileiro nos primeiros anos do partido: “Tornou-se uma espécie de secretário-geral informal, ocupando um espaço que estava vazio: o único dirigente com ascendência junto de todos nós era Francisco Martins Rodrigues, mas este nunca poderia ser o líder máximo, por causa do seu comportamento na cadeia.” Creio, porém, que esta apreciação peca ao generalizar o ascendente de Martins Rodrigues sobre o partido. José Manuel Correia, antigo dirigente da OCMLP, que fora promovido ao Secretariado do PCP(R) quando da integração desta organização no partido, deixou patente, em textos posteriores, o seu pouco apreço pelas ideias e a atuação de Martins Rodrigues no partido (Correia, 2008; Correia, “Mitos”, 2008 [1999]). As críticas ao conhecido fundador do CMLP existiam também em outros dirigentes, como a memória de vida de Luís Costa (2019: 179) deixou claro.

#### **2.4. – O Partido do Futuro**

Neste capítulo vamos tentar perceber como é que um partido M-L fundado após o 25 de Novembro, data que pôs termo ao Processo Revolucionário Em Curso (PREC), adquiriu tamanha autoconfiança nas suas forças e a manteve até ao início dos anos 80. Esse sentimento não foi apenas o resultado dos desenvolvimentos internos, analisados no capítulo anterior, como o congresso de fundação, a posterior integração de algumas centenas de militantes da OCMLP e a campanha de revolucionarização e proletarização. Essa energização das fileiras partidárias deveu muito ao envolvimento do PCP(R)/UDP na campanha presidencial do major Otelo Saraiva de Carvalho, que decorreu durante o mês de junho de 1976. Oportuno se torna, portanto, começar pelo exame deste episódio.

A campanha e a votação em Otelo geraram um clima triunfalista nas hostes partidárias. Otelo alcançou a segunda posição a nível nacional, conseguindo o 1º lugar no distrito de Setúbal, terreno por excelência do PCP. Obteve ainda o 2º lugar nos distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco, bem como em todos os distritos abaixo da linha do Tejo. O candidato do PCP só conseguiu uma votação superior a Otelo nos Açores (cf. Tabela 3). A comparação da performance do candidato do PCP, Octávio Pato, com a do candidato apoiado pelo campo político do PCP(R)/UDP conduziu este último a três crenças, que, todavia, em poucos anos se revelariam ilusórias. Por um lado, a de que o PCP(R) estava a dar passos na construção de uma ampla frente popular, indispensável, segundo o modelo de Dimitrov, à

tomada do poder<sup>29</sup>. Por outro, a de que a competição com o PCP pelo mesmo espaço político estava a ganhar massa crítica. Por fim, a de que o 25 de Novembro poderia ter sido só um hiato no processo revolucionário aberto pelo 25 de Abril. Como escreveu no seu livro memorialístico, José Manuel Fernandes (2012: 216-217): “Pela primeira vez fora possível impor uma pesada derrota eleitoral ao PCP. (...) tinha-se criado a percepção de se poder homogeneizar uma ampla frente popular (...). A revolução não tinha por que ser dada como encerrada.”

O “fenómeno Otelo” irá ter dois efeitos imediatos sobre o PCP(R) que se repercutirão até 1980. Estão ligados entre si, embora sejam independentes. O primeiro é a adoção de um novo programa – de facto, o primeiro programa elaborado e debatido pelos militantes do partido e não já pelos delegados dos grupos ao I Congresso. No centro (e no título) desse programa estava a criação de um estádio propiciador do advento da República Democrática Popular, designado por governo do “25 de Abril do Povo.” O segundo efeito é a crença de que era chegada a hora de avançar na construção de uma frente popular, disposta a marchar com o partido em direção à Democracia Popular.

O programa do 25 de Abril do Povo, começou a ser delineado em Junho de 1976, em pleno ardor da campanha de Otelo, para ser formalmente aprovado no 2º Congresso enquanto programa do partido<sup>30</sup>. Este programa, mantendo quatro das bandeiras da Revolução Democrática Popular definidas, em 1964, pelos M-L (Liberdade, Pão, Terra, Independência Nacional), irá substituir a “Paz”, que perdera a razão de ser, pelo “Governo do 25 de Abril do Povo” (*No Caminho*, 1977: 53). Esta expressão apontava claramente para a realização de um novo 25 de Abril, desta vez com o povo a comandar – ou seja, o PCP(R) –, e tinha por base a crença na possibilidade da “reativação da crise revolucionária” de 74/75 (*No Caminho*, 1977: 6).

Assentava igualmente numa análise ao P.R.E.C., onde se examinavam os erros e insuficiências que tinham impedido os grupos M-L de “radicalizar e levar até às últimas consequências o processo revolucionário, de acordo com os interesses dos trabalhadores e na perspetiva da revolução popular.” (*Conquistemos*, 1977: 22). Merece destaque neste documento a análise do PCP(R) aos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975. Na origem deste evento estava “um golpe montado pela CIA e pelo serviço secreto alemão”. Mas tal plano necessitava de um detonador, que lhe foi oferecido pela “provocação cunhalista”. O PCP teria fomentado

---

<sup>29</sup> Em 1979, as Edições BV publicavam, incentivando os militantes ao seu estudo, o Relatório e Discursos ao VII Congresso da Internacional Comunista de Dimitrov

<sup>30</sup> “Mobilizar todas as forças populares e antifascistas para avançar na via do 25 de Abril do Povo” in *Resoluções do Comité Central do Partido Comunista (Reconstruído) do I ao II Congresso (1977)*.



“a ocupação das bases pelos paraquedistas amotinados... para deslocar a correlação de forças militares para o seu lado.” Quando viu que essa luta estava a começar a pôr em marcha o golpe de direita, o “grupo de Cunhal recuou precipitadamente. Da chantagem arrogante passou ao capitulacionismo. Paralisou as forças da Marinha, isolou e abandonou os paraquedistas e o RALIS.” Concluindo um acordo com os vencedores, o PCP conservou o seu lugar no governo. A sua atuação “foi um dos maiores crimes do grupo contrarrevolucionário de Cunhal contra o povo” (*Conquistemos*, 1977: 24-26). O PCP(R) retomava assim um dos seus *leit motiv* favoritos: o principal objetivo do PCP era introduzir-se no movimento popular para o impedir de se encaminhar para os objetivos revolucionários: Numa palavra, o PCP sabotava a Revolução. Não admira, assim, que – pelo menos até ao início dos anos 80 – os confrontos físicos entre militantes de um lado e outro tivessem lugar, quer nos meios fabris, quer especialmente durante as manifestações convocadas pela CGTP, onde os militantes do PCP(R) apareciam com os seus cartazes e a gritar palavras de ordem de natureza ofensiva e não apenas defensiva<sup>31</sup>. Para o PCP tratava-se, mais uma vez, de provocações dos "esquerdistas".

O programa partidário aprovado no II Congresso irá conhecer futuramente críticas, “de direita” e “de esquerda”, acabando por ser abandonado no IV Congresso, em 1983, como veremos no subcapítulo 3. 1.. Merece agora ser dissecado com mais detalhe. Ele visava “enriquecer a estratégia da Revolução Democrática Popular em marcha para o socialismo”, por intermédio de um aprofundamento da “tática revolucionária”. Este aprofundamento consistia na introdução do objetivo tático do governo do 25 de Abril do Povo enquanto facilitador do objetivo estratégico da Revolução Democrática Popular. Lutar por esse governo passava por “conseguir que as conquistas populares [fossem] defendidas e ampliadas” (*No Caminho*, 1977: 51-57). Desta forma, o PCP(R) demarcava-se do programa do PCP, centrado na defesa das “conquistas de Abril”. Para os M-L, para além de defendê-las era necessário ampliá-las. Pode-se dizer que esta luta em duas frentes constituía já a prática dos M-L /maoístas antes do 25 de Abril. Em consonância com esta conceção dualista do inimigo, o programa apontava as “duas forças principais da contrarrevolução”: “a burguesia reacionária e fascista, ao serviço do imperialismo norte-americano” e o “revisionismo cunhalista, agente do social-imperialismo russo”. Todavia, os EUA continuavam a ser vistos como o “principal inimigo externo”, enquanto o “social-imperialismo” era caracterizado como o inimigo “mais recente e também muito perigoso” (*No Caminho*, 1977: 7, 20, 37). Importa ainda referir que na base deste

---

<sup>31</sup> Luís Costa (2019: 149) dá como exemplo desta guerra de slogans: “os ricos que paguem a crise” contra “o custo de vida aumentam, o povo não aguenta”

programa estava a crença de que, em Portugal, permanecia aberta “uma crise profunda e multilateral do sistema capitalista”. A situação continuava, assim, “sujeita a súbitas viragens e mutações”, tornando possível a “reativação da crise revolucionária” desde que a atuação do partido soubesse estar à altura dessa missão (*No Caminho*, 1977: 5-6).

Enquanto programa reclamado do marxismo, o texto repousava numa análise das classes e das principais contradições da sociedade portuguesa. No centro do projeto revolucionário da Revolução Democrática Popular estava o proletariado industrial, mas também o agrícola, correspondendo a cerca de 40% da população ativa portuguesa. Este bloco devia chamar a si o “campesinato pobre”, essa “massa de produtores arruinados que não vê nenhuma salvação à sua frente” (15%, *idem*), mas ainda os “trabalhadores semiproletários”, como os empregados, os vendedores e os artesões (20%), os “camponeses médios”, que só ocasionalmente exploravam mão-de-obra jornalreira (7%), e a “pequena-burguesia”, englobando os pequenos patrões, a intelectualidade, os quadros e os estudantes. Embora representando 15% da população ativa, a influência política da última classe era apreciável. “No conjunto, as forças interessadas na Revolução Democrática Popular representavam mais de 90% da população nacional” (*No Caminho*, 1977: 32-33). Por isso, a Democracia Popular, enquanto “etapa que antecede a revolução socialista”, adotaria a “ditadura-democrático-revolucionária dos operários, dos camponeses e demais trabalhadores”, traduzida em democracia para mais de 90% da população e ditadura “sobre os tubarões, os contrarrevolucionários e os traidores” (leia-se, os revisionistas). Só com a posterior instauração da “ditadura do proletariado” se passaria à sociedade socialista, onde se alcançaria “a nacionalização integral dos meios de produção, banindo por completo o capitalismo” (*No Caminho*, 1977: 39-40). Este era o esquema clássico da Democracia Popular e do Socialismo. A inovação deste programa estava, como dissemos, em instituir o governo do 25 de Abril do Povo como um degrau preparatório dessa “ditadura-democrático-revolucionária”. E era sobre o caminho para dar esse primeiro passo que o texto se debruçava.

A conquista do poder político, por este amplo bloco popular, seria realizada não pela via legal e pacífica, mas pela força. Isso não significava que o partido perfilhasse a via da aventura armada, típica do “desespero aventureiro de certos setores radicalizados da pequena-burguesia”. A vitória seria alcançada através da paciente educação do proletariado e das massas, no calor das suas lutas setoriais, que os iria preparando para ir mais longe. Seria, portanto, obra “das grandes massas e não de pequenos grupos”. Isto era uma clara referência aos pequenos partidos que advogavam a conquista do poder pela via armada, como o PRP e, dentro em pouco, a OUT e as FP-25 (cf. 2.5). Esse processo seria gradual, compreendendo “greves e

manifestações”, “ações de autodefesa”, “choques armados em resposta às investidas reacionárias”, até chegar à “conquista de uma parte das Forças Armadas”, que levaria à sua paralisia e desagregação, e à “formação do exército popular revolucionário.” (*No Caminho*, 1977: 38-47).

Como dissemos, o II Congresso partidário vem oficializar a via do 25 de Abril do Povo como o programa do partido. Ao relatar o comício do seu encerramento, no Campo Pequeno, o *BV* proclama na 1ª página: “Somos o Partido do Futuro” (*BV*, 20.04.1977). Este comício, segundo José Manuel Fernandes (2012: 245), representou uma das maiores mobilizações do PCP(R). Dois anos depois, novo comício no mesmo recinto, por ocasião do encerramento do III Congresso, revelaria uma mobilização semelhante (“Grande comício”, 1979). É bom lembrar que a Praça de Touros do Campo Pequeno “era considerada uma bitola. Enchê-la era prova da capacidade de mobilização de massas” (Dórdio, 2015). Este recinto estivera vedado, até então, às organizações M-L que convergiram no PCP(R)<sup>32</sup>. O Campo Pequeno era, todavia, um espaço onde o MRPP já tinha realizado três comícios em 1975 e um quarto em 1976<sup>33</sup>. Há, portanto, uma dimensão simbólica nas realizações do PCP(R) neste local, porque estes dois partidos competiam pela supremacia na corrente M-L / maoísta desde finais de 1975. Fernando Rosas, em entrevista, de 2018, ao jornalista Miguel Marujo, não tem dúvidas em afirmar que o MRPP foi até ao 25 de Novembro “a força hegemónica da extrema-esquerda”. E considera que a suspensão, pelo Conselho da Revolução, do seu antigo partido se ficou a dever a um “erro de esquerdismo”. Tal suspensão contribuiu para que fosse a UDP a eleger um deputado, eleição que, muito provavelmente, teria cabido ao MRPP, atendendo à sua maior popularidade. Ao não ter voz na Assembleia Constituinte, o MRPP ficou longe do centro dos debates e nas eleições legislativas de 1976 obteve apenas 40% dos votos da UDP (cf. Tabela 2). Fernando Rosas é ainda taxativo: no 25 de Novembro, o MRPP “está do lado dos vencedores, no entanto, isso mata-o do ponto de vista da sua credibilidade como movimento revolucionário” (Marujo, 2018: 79-80, 121, 128).

O outro efeito do “fenómeno Otelo” foi a convicção, entre as hostes do PCP(R), de que a construção da ambicionada frente popular estava em marcha. Com efeito, desde os tempos da clandestinidade, diversos grupos M-L vinham repetindo que para levar a bom termo a revolução democrática popular o partido comunista teria de se apoiar numa ampla frente. Partindo das experiências do Leste europeu, o conceito de democracia popular fizera a sua entrada no léxico

---

<sup>32</sup> A UDP, todavia, já realizara aí dois comícios, em 25.07.1975 e em 26.09.1975.

<sup>33</sup> A partir de uma pesquisa na internet e no *Luta Popular* registo as seguintes datas: 27 de abril, 18 de julho, 12 de outubro de 1975 e 22 de abril de 1976.

e no repertório prático do comunismo na segunda metade da década de 40 (Rieber, 2009). Só mais tarde, os dissidentes pró-chineses descobririam outra fonte de inspiração na Nova Democracia de Mao Tsé-Tung (cf. 1.1.). O PCP(R) não escapou a este desígnio. No seu I Congresso (1976: 70-71) tratou de designar a UDP como o “setor avançado” da ampla frente, a construir. Mas o movimento de mobilização popular, desencadeado em torno da candidatura de Otelo, rapidamente fez o partido sonhar com voos mais altos.

Poucos dias após as eleições, o PCP(R) lançava um semanário, intitulado *25 de Abril do Povo*, onde alguns jornalistas profissionais coabitavam com jornalistas do partido (Fernandes, 2012: 225). Esse jornal fora concebido para ser o órgão de massas da frente popular em construção. Com efeito, no decorrer da campanha, começaram a organizar-se GDUPs para fornecer algum apoio logístico e responder ao imperativo de multiplicar as organizações de base. Nos GDUPs trabalhavam militantes dos partidos que apoiavam Otelo, como a FSP, a LCI, o MES, o PCP(R), o PRP e a UDP, e ainda pessoas que não estavam organizadas (GDUPs, 1976). Após as eleições, estimulada pelos resultados, a massa mais ativa foi-se estruturando e encaminhando para um congresso no qual foi fundado, em 21.11.1976, o Movimento de Unidade Popular (MUP). Este pretendia constituir-se numa frente popular, agregando todos os antifascistas revolucionários em luta pelo socialismo. À primeira vista, parecia ser o primeiro projeto de grande envergadura que surgia à esquerda do PCP. Todavia, o congresso foi atravessado por polémicas e tensões, tendo o PRP abandonado os seus trabalhos – e o MUP. Um correspondente da imprensa estrangeira, relatando o evento, viu nele a prova flagrante da “imaturidade da extrema-esquerda” (Miranda, 1976).

O semanário *25 de Abril do Povo* soçobrou ao fim de dois meses. Quanto ao MUP, viria a registar nas eleições autárquicas de 12.12.1976 um resultado completamente dececionante (104.629 votos), quando comparado com a performance de Otelo no verão anterior (792.760 votos). A Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), lançada pelo PCP para concorrer a essas eleições, recolhia 737.586 votos, cilindrando por completo as esperanças da esquerda otelista. Em breve, o MUP começou a desagregar-se. Ainda no II Congresso do PCP(R), em março de 1977, o partido continuava a achar que o MUP reunia “as condições para se tornar o principal suporte organizativo da frente popular” (*No Caminho*, 1977: 61). Porém, no mês seguinte, o MES abandonava as estruturas do MUP, acusando o PCP(R) e a UDP de o tentarem hegemonizar. Numa declaração conjunta, estes rebatiam a acusação (“O MES”, 1977). Mas Otelo e um grupo de ativistas mais chegados continuavam a achar que o movimento popular desencadeado pela candidatura presidencial em 1976 conservava intactas as suas potencialidades. Em abril de 1978, fundavam, na Marinha Grande, a Organização Unitária dos

Trabalhadores (OUT), uma organização revolucionária, adepta de um socialismo de base e que admitia a via armada para alcançar o socialismo. A prisão, pouco depois, de dois dos dirigentes históricos do PRP (Isabel do Carmo e Carlos Antunes) permitiu que outro histórico, Pedro Goulart, encaminhasse a maior parte das estruturas e armas deste partido para a OUT. E da OUT até às Forças Populares-25 de Abril seria um passo (Poças, 2021: 30-33, 44-53).

Com a passagem à reserva do Major Otelo Saraiva de Carvalho (em 19.07.1979), iniciam-se os contactos entre ele, a OUT, o MES e dissidentes do PCP(R), onde avultava Acácio Barreiros, ainda deputado da UDP (cf. 3.1), procurando entendimentos. A marcação de eleições antecipadas para dezembro viera agitar as hostes da extrema-esquerda. Entretanto o PCP(R) e a UDP também procuravam incentivar a formação de uma frente eleitoral de unidade popular “mais ampla do que o MUP”. Todavia, Otelo e a OUT decidiram reservar-se para as legislativas de 1980 (“Cronologia”, 1979; “José Alcobia”, 1979). O ano de 1980 começa com o anúncio, feito pelo Major Otelo, da Frente de Unidade Popular, um projeto da sua iniciativa pessoal. Essa organização não seria “uma nova frente de partidos, mas sim um amplo movimento orgânico de massas.” Um compromisso entre Otelo e a UDP assegurava o apoio da última à nova formação, fornecendo-lhe os necessários recursos humanos. A outra força política significativa nesta área – o MES – não atingiria os 4.000 militantes na altura (J.P.C., 1979). Mas a FUP durou pouco mais de 100 dias, com a UDP, o MES e os históricos do PRP a acusarem a OUT de pretenderem hegemonizá-la (“Otelo e UDP”, 1980; “Alberto Martins”, 1980). Otelo, por sua vez, acusava o PCP(R) e a UDP de terem feito uso de Pulido Valente, Acácio Barreiros e Américo Duarte, para impedirem a afirmação da OUT na FUP. E recordava que o projeto da UDP passava por um partido de vanguarda da classe operária a comandar as massas, enquanto a OUT se reivindicava da democracia direta e do socialismo participado (“Otelo a ‘O Jornal’”, 1980). Era, no fundo, a velha oposição entre o projeto leninista do partido como vanguarda do proletariado e o comunismo de conselhos.

No Conselho Nacional da UDP, convocado para decidir do candidato presidencial a apoiar, o nome de Mário Brochado Coelho, conhecido dirigente democrata-popular, chegou a ser ponderado, a par de diversas personalidades independentes, como o General Costa Gomes, Ruy Luís Gomes ou Henrique de Barros. O nome de Otelo Saraiva de Carvalho acabou ainda assim por ser aprovado, conquanto à tangente (Rodrigues, 1981, Rodrigues, 1982b: 5). Mas a existência do debate mostra como, no campo político PCP(R)/UDP, a figura e o projeto pessoal de Otelo haviam criado, entretanto, alguns anticorpos. Facto importante, é que a inviabilização da FUP, em maio, tinha posto um ponto final às tentativas do PCP(R) em construir uma ampla frente popular. Simultaneamente, o resultado de Otelo Saraiva de Carvalho nas eleições de

dezembro (85.896 votos), mesmo levando em conta a dinâmica do voto útil em Ramalho Eanes, para derrotar o candidato da AD, Soares Carneiro, mostrava que o “capitão de Abril” não tinha mais a capacidade de mobilização revelada quatro anos atrás. Para Pacheco Pereira (1988: 95) os resultados de Otelo eram a confirmação de que o processo de desagregação da esquerda revolucionária se encontrava praticamente concluído.

Data também de 1976 um acontecimento que viria a ter a maior importância para a história do PCP(R). Na sequência da visita de uma delegação da ORPC-ML à Albânia, no ano anterior, o novo partido é reconhecido pelo PTA como o único partido comunista em Portugal. A partir daí, delegações do partido português rumarão à Albânia com alguma regularidade para contactos, assistir aos Congressos do partido irmão ou participar em comemorações históricas. Com o reconhecimento pelo PTA veio a integração numa rede de partidos M-L que gravitava em torno de Pequim e de Tirana e que, em 1977, teve de optar entre uma das duas capitais. De facto, perante a cisão sino-albanesa, os partidos M-L portugueses seguiram três caminhos. O PCP (m-l), o único reconhecido por Pequim, desde março de 1975 (Entrevista de Heduíno Gomes), ficou do lado do PCC. O MRPP, após uma discussão interna iniciada em 1977, decidiu, no seu II Congresso, denunciar a transformação da China (depois de Mao) e da Albânia em países revisionistas. Manteve, porém, intacta a confiança no pensamento de Mao Tsé-Tung e, bem alta, a bandeira da Grande Revolução Cultural (“Viva o II”, 1980; “Resolução sobre”, 1980). Quanto ao PCP(R), acabou por alinhar com o PTA e podemos supor várias razões para isso.

Em primeiro lugar, o reconhecimento pelo PTA, obtido logo em 1976, terá pesado nessa decisão. Em segundo lugar, o PTA oferecia um discurso mais radical que o PCC, o qual, para os partidos pró-chineses na Europa, reservava a função de meros agentes da sua política externa. Como exemplo disso podemos citar a Conferência de Lisboa contra a Ameaça do Imperialismo Russo (20-23.05.1978), organizada pelo PCP (m-l), o PSD e o CDS, com a participação de convidados estrangeiros. Entre estes, estava o mais importante partido maoísta de Espanha – a Organização Revolucionária dos Trabalhadores – e Pedro Hendrick Vaal Neto, da Frente Nacional de Libertação de Angola. Na sua intervenção, o representante da FNLA afirmaria que a estratégia do imperialismo soviético para conquistar a Europa passava pela conquista de África, sendo a ocupação de Angola o passo mais importante na implementação dessa estratégia. O *Peking Review* #22 publicitaria este evento (“Lisbon Conference”, 1978). Recorde-se que o PCC tinha sido historicamente o grande promotor da ideia de que a Revolução estava na ordem do dia em muitos países do mundo. Essa postura era peça essencial da sua luta contra os "revisionistas" soviéticos, os quais, no entender dos dirigentes chineses, mais não



ambicionavam do que entender-se com o imperialismo americano e proceder a "reformas" no sistema capitalista... Mas, após a morte de Mao, o PCC deixou de ser tão enfático. O PTA procurou, assim, atrair a si aqueles partidos M-L que se sentissem órfãos do “grande irmão” chinês. Tanto mais, como vimos anteriormente (cf. 1.2.), que o PTA e a República Popular Socialista da Albânia estavam a trilhar um caminho de perigoso isolamento quer no sistema internacional, quer no seio do MCI. Tanto assim que, quando Enver Hoxha morre, o conhecido diário *Libération* comparou a Albânia com a aldeia dos irredutíveis gauleses de Astérix (Gomes, 1985: 29-R).

Por isso, sem ter as responsabilidades da RPC em matéria de política externa e sendo-lhe totalmente alheia a ambição de possuir uma esfera de influência em África ou na Ásia, a Albânia podia ser muito mais radical do que os dirigentes de Pequim (cf. 1.2.). Por funda convicção ideológica do líder do PTA, Enver Hoxha, que se reclamava de um incessante passado de combate pela pureza do marxismo-leninismo, mas também porque era fundamental a Tirana possuir uma rede de partidos e associações de amizade favoráveis a difundir os pontos de vista albaneses no mundo, o PTA esmerou-se em atrair a si os partidos que orbitavam, até meados da década de 70, em torno dos dois centros mundiais do antirrevisionismo. Na sua opus magnum – *O Imperialismo e a Revolução* – Enver Hoxha (1978) polemizava com o Titoísmo, o Krutschevismo, o Eurocomunismo e o Maoísmo, considerava a Teoria dos Três Mundos contrarrevolucionária e chauvinista, acusava a China de ter abandonado a causa da Revolução Mundial e defendia a validade da tese leninista: o mundo vivia na época do imperialismo e da revolução proletária e estava a entrar numa nova era, propícia ao eclodir da revolução. Estas teses soariam como música celestial aos ouvidos do PCP(R). Dito isto, importa mencionar, como Eduardo Pires (2023) o fez na entrevista, que nas células do PCP(R), ocorreram acesos debates em torno da posição a tomar pelo partido ante o diferendo sino-albanês.

O reconhecimento pelo PTA e a integração do PCP(R) numa rede internacional de partidos M-L, na medida em que fornecia um sentimento de pertença, era também potenciador de autoconfiança. Todavia, ao estudar as três cisões (cf. 3.1.), veremos como esta proximidade com o partido de Enver Hoxha foi um motivo recorrente de discórdia. Estes partidos M-L enviavam delegações aos congressos uns dos outros e participavam em reuniões onde trocavam experiências e produziam comunicados conjuntos. Entre os vários comunicados conjuntos que consultei, particularmente importante foi a Declaração Conjunta sobre o Ano Stáline (“Stáline”, 1979), subscrita por sete partidos europeus, quatro latino-americanos e ainda os do Afeganistão, da Turquia, do Irão, do Canadá, do Japão, do Daomé (atual Benim) e de Angola. A antiga colónia portuguesa estava representada pela Organização Comunista de Angola, com quem a

ORPC-ML mantinha contactos em 1975, e que era “anti-social-imperialista”, logo, contra o MPLA. Em 1980, a UDP promoveu mesmo uma ação de solidariedade com os militantes da OCA presos nas cadeias angolanas (Figueiredo, 2017).

Entre os encontros internacionais mais importantes desta rede destaca-se a Sessão Científica realizada no Instituto do Marxismo-Leninismo, ligado ao PTA, em Tirana, a qual funcionou como antestreia das teses de *O Imperialismo e a Revolução*. Presentes quatro partidos de Europa, cinco da América Latina e um do Canadá, do Japão e do Irão. Tanto neste encontro, como na declaração atrás citada, os partidos do Brasil e de Espanha estiveram lado a lado com o PCP(R). Noticiando a sessão, o BV escolhia um título significativo: “Vivemos numa época de avanço da revolução.” Mesmo quando este ímpeto revolucionário principiou a desvanecer-se, a fidelidade do partido à Albânia permaneceu intacta. Na campanha eleitoral de 1983, onde o PC(R), já legalizado, se estreou, o pequeno país dos Balcãs colheu as seguintes palavras (“PC(R): ‘Exemplo da Albânia’”, 1983):

*“A longo prazo, defendemos o modelo de sociedade cujo exemplo vivo é hoje a Albânia socialista. Enquanto os chamados ‘países de Leste’ sofrem dos mesmos males dos países capitalistas, nomeadamente inflação e endividamento externo, a Albânia Socialista é o único país do mundo onde os preços baixam e não existe inflação, onde não existem impostos de espécie alguma, não há dívida externa e o leque salarial é, no máximo, de 1 para 2 e tem vindo a diminuir sistematicamente.”*

O alinhamento com o PTA, contra o PCC, a Teoria dos Três Mundos e o maoísmo *tout court* irá ocorrer no PCP(R) após o II Congresso, em março de 1977. Recorde-se que tanto na primeira como na segunda assembleia magna do partido, Mao Tsé-Tung fizera parte do Presidium de Honra, ao lado dos clássicos Marx, Engels, Lenine, Stáline, mas também, Enver Hoxha. Mas durante o verão de 1977, o maoísmo começa a tombar em desgraça. O combate à Teoria dos Três Mundos inicia-se com uma resolução da 2ª Reunião do CC, após o Congresso, e por um editorial intitulado: “A via da revolução e do socialismo contra a vida da capitulação” (1977). No III Congresso, dois anos depois, na resolução sobre a luta contra o revisionismo está incluída “uma primeira crítica àquilo que ficou conhecido por pensamento de Mao Tsé-Tung” (“Uma posição”, 1979). A “desmaoização” do PCP(R) foi rápida – como viria a ser mais tarde a “desalbanização” (cf. 3.2.). Uma nuvem viria a ensombrar, porém o olhar imperturbável que o partido lançava sobre o “país das águias”. Mehmet Shehu, que fora o número dois de Enver Hoxha logo a partir de 1944, morre em dezembro de 1981. Segundo a versão oficial, de suicídio após um colapso nervoso. Logo após a morte, o regime acusou-o de ter trabalhado como agente



não só para os serviços secretos jugoslavos, como também para a CIA e o KGB. Tal facto causou natural apreensão entre os partidos alinhados com a Albânia. O diretor do *Bandeira Vermelha*, Luís Costa (2019: 166-167), esteve em Tirana, em 1982, procurando obter mais esclarecimentos – sem qualquer resultado. Notou, porém, que nos museus da capital, os quadros onde Mehmet Shehu figurava tinham sido retocados para remover a figura do antigo combatente na Guerra Civil de Espanha e principal estratega da tomada do poder pelos comunistas na Albânia.

Em Novembro de 1983, vieram notícias a lume na imprensa internacional segundo as quais Shehu não se teria suicidado, mas havia sido assassinado. Até hoje, a especulação persiste, embora a tese do suicídio continue a ser a mais plausível<sup>34</sup>. Foi então que o antigo dirigente Manuel Monteiro (1983) publicou, em *O Jornal*, um artigo pondo em causa os métodos de atuação do PTA. Um Estado proletário, segundo Monteiro, não podia sujeitar-se aos manejos de “uma clique”. Baseado na informação disponível, este artigo incluía a esposa Fiqrete Shehu e o escritor Ismail Kadaré, entre os fuzilados, o que não era verdade. Com base nisso, o *BV* ripostou, denunciando a campanha anti-albanesa que estava a ser montada, sem provas, contra a Albânia socialista (“Os cães ladram”, 1983). Em abril de 1985, Eduardo Pires, pelo PC(R), e Mário Tomé, pela UDP, deslocaram-se a Tirana para assistir ao funeral de Enver Hoxha.

## **2.5. – PCP(R) – UDP: Dois partidos, um campo político**

Como vimos no ponto anterior, das orientações programáticas do PCP(R), pelo menos nos cinco primeiros anos de vida, fazia parte a construção de uma ampla frente popular. Para além desse objetivo, o partido lançou diversos outros organismos “frentistas” onde participavam pessoas, maioritariamente exteriores ao partido, em função de objetivos específicos. Falo da Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (fundada logo a seguir ao 25 de Abril, sob o impulso do CARP-ML), da Frente de Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários ou da União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias<sup>35</sup>. A principal frente na vida do partido foi, porém, a

---

<sup>34</sup> Um artigo recente, baseado em documentação de arquivo, aceita a versão do suicídio, deslocando, porém, o foco para as purgas que se lhe seguiram, durante quase um ano, entre o círculo íntimo de Enver Hoxha. Cf. Idris Idrizi (2021). “Enver Hoxha’s Last Purge”. Diga-se, de passagem, que o YouTube está cheio de vídeos albaneses em torno da morte de Shehu.

<sup>35</sup> Destes organismos, só o último foi além da década e 80 e ainda hoje continua ativo, sob a designação de União de Mulheres Alternativa e Resposta (<http://www.umarfeminismos.org/index.php/quemsomos>).

UDP – que o antecedeu no tempo. Se o PCP(R) é hoje uma entidade totalmente desconhecida, bastantes pessoas acima dos 50 anos ainda se recordam da UDP. O que era a UDP? Qual a sua origem? Que relação entreteve ela com o partido durante os 16 anos de coexistência? É o que irei tentar esclarecer nas próximas páginas.

Como foi dito na Introdução, uma das especificidades do PCP(R) foi a de se apresentar aos atos eleitorais e de realizar “trabalho de frente” através da UDP. Legalizada em março de 1975, esta “frente eleitoral” antecede a constituição do PCP(R) e sobrevive, em mais de dez anos, à sua extinção enquanto partido político. Sempre que, portanto, usar a expressão "campo político PCP(R) / UDP", estarei a referir-me ao conjunto destas duas forças que, sendo organicamente distintas, estavam ligadas entre si por uma relação de subordinação da segunda à primeira. Essa relação nem sempre foi pacífica.

Para compreender o relacionamento entre esses dois partidos talvez ajude recorrer à geometria. Suponhamos dois círculos, de diâmetros distintos, onde o diâmetro de um seria diversas vezes o diâmetro do outro. Suponhamos que esses círculos se intersectam. Se o menor representar o campo dos militantes do PCP(R) e o maior o dos ativistas da UDP, a intersecção dos dois devolve-nos o conjunto dos militantes comunistas que exerciam a sua atividade na UDP. Significa isto que apenas uma parte dos militantes do PCP(R) desenvolvia "trabalho de frente" na UDP e que a maior parte dos ativistas da UDP não eram militantes do PCP(R). Já os elementos na intersecção pertenciam aos dois partidos – e quando compareciam a atos públicos do PCP(R) assumiam a sua "persona" democrática-popular. O peso desta intersecção no computo geral da UDP variou muito com o passar dos anos. Seria diminuto até início dos anos 80, estaria a aproximar-se da equivalência no início dos 90<sup>36</sup>. Militantes e dirigentes do PCP(R) eram destacados para o chamado "trabalho de frente" em vários escalões da UDP. Cabia a esta, nos seus congressos, eleger o Conselho Nacional, donde saía depois a Comissão Permanente. Uma parte dos eleitos para estes órgãos eram militantes comunistas que procuravam implementar aí as orientações definidas pelo partido.

Este relacionamento entre o PCP(R) e a UDP atravessou várias crises graves – sobretudo entre 1979 e 1982 –, de que resultaram demissões individuais e abandonos coletivos. Umas e outros nunca puseram, todavia, em causa a hegemonia do primeiro sobre a UDP. Os militantes comunistas formaram sempre a espinha dorsal da UDP. Os órgãos executivos desta foram quase

---

<sup>36</sup> No congresso de passagem do PC(R) a associação política, em 1992, afirma-se que “a UDP se sentia como se lhe tivessem arrancado o coração que mantém o corpo vivo quando, no final dessas batalhas políticas [i. é: as campanhas eleitorais], o Partido retirava os seus quadros.” Cf. *Num Mundo em Mudança*, 1992: 13.

sempre ocupados por militantes desse partido. O dissidente Amadeu Ferreira, numa entrevista de 1982, afirmava que “a Comissão Política e o Secretariado da UDP são integralmente compostos por militantes do PC(R). Na direção [o Conselho Nacional] apenas três ou quatro não o são.” (Anta, 1982). Esse domínio do partido sobre a “frente eleitoral” nascia de razões práticas – os militantes comunistas seriam mais dedicados e disciplinados do que os simples ativistas democratas-populares – mas também políticas – deste modo, a UDP nunca escaparia ao controle do partido. Certo é que esta hegemonia teve boa quota-parte de responsabilidades nas crises que sacudiram a UDP. Os maiores conflitos internos da sua história (até 1992) estiveram muitas vezes ligados a divergências, ou cisões, no interior do PCP(R). À UDP era concedida uma certa autonomia, desde que as suas orientações e atividade não pusessem em causa a função que o partido lhe traçara: ser uma correia de transmissão entre a direção do partido e as massas. Ou, como dizia um apoiante do movimento “UDP Nova” em entrevista: “O PC(R) não tolera quem se lhe oponha pela negativa. Não há campo para a oposição ativa” (Rodrigues, 1981).

Quantos ativistas registaria a UDP ao longo dos tempos? Mais uma vez, confrontamo-nos com dados dispersos. No início de setembro de 1975, a UDP contava com 3.000 a 4.000 ativistas organizados e 10.000 a 12.000 “simpatizantes próximos dos núcleos”. Existiam então 155 núcleos, em 125 localidades, mas 83 novos núcleos estavam já em formação (*Relatório*, 1975, p 1). O 25 de Novembro terá deitado um balde de água fria sobre esta fermentação. Assim, no início de 1978, é lançada a I Campanha de Adesões tendo por meta atingir 10.000 novos aderentes. No termo dela, a UDP contava com um total de 15.155 ativistas, tendo o número de novos aderentes (11.063) superado a meta estabelecida. Ao anunciar estes resultados e a composição social do partido<sup>37</sup>, o advogado Mário Brochado Coelho declarava que a UDP não era mais um “grupelho estudantil”, como os seus adversários gostavam de a designar (“Organização”, 1978). No verão de 1979, quando as ondas de choque da cisão de abril no PCP(R) ainda se faziam sentir, um artigo de *O Jornal* dava à UDP “cerca de 17.000 filiados” (C.N., 1979). Um ano depois, Otelo Saraiva de Carvalho notava que, na área da esquerda revolucionária, só existiam duas forças: ele próprio e a UDP. O resto era “paisagem para enriquecer o ‘bouquet’” (“Otelo a ‘O Jornal’”, 1980). Em 1981, por ocasião da 3ª Conferência Nacional do PC(R), Frederico Carvalho informava do montante apurado no último recenseamento da UDP: “18 mil membros inscritos.” (“3ª Conferência do PC(R)”, 1981). Mas

---

<sup>37</sup> 40% operários, 11% semiproletários da cidade e do campo, 17% empregados e pequenos funcionários e 20% estudantes e intelectuais, cabendo às mulheres 30% do total. Cf. BV, 21.06.1978, p.8.

com o avançar dos anos 80, esses valores não parariam de cair. A última vez que a UDP elegeu um deputado (em listas próprias) foi em outubro de 1980, o que deixa antever uma perda de élan a partir de então. Ao reunir, em 1992, o seu primeiro congresso após a queda da Albânia socialista, o partido teria “mais de 5.500 aderentes” (Almeida, 1992). Não encontramos, porém, dados posteriores a esta data. Por fim, quando, em abril de 2005, a UDP passa a associação política, registamos duas informações contraditórias. Uma pequena notícia no *Público* informa que a UDP teria cerca de 4.000 filiados (“XVII Congresso”, 2005). Mas João Mesquita (2005: 45), que militara no PCP(R) até 1979, abria o seu cuidadoso balanço retrospectivo, para o qual entrevistou antigos dirigentes, por estas palavras: “Chegou a reclamar 20.000 militantes. Hoje não tem mais de 500.”

A UDP tem uma história própria, que aqui não podemos senão aflorar e sempre na perspectiva de que esta dissertação incide sobre o PCP(R), não sobre a UDP. Para as eleições de 1975, todos os grupos M-L – com exceção do MRPP – criaram frentes eleitorais, compostas basicamente por militantes e simpatizantes, que, beneficiando do ambiente de crescente radicalização política e social então vivido, estariam em constante aumento. Para além da UDP, formaram-se a Aliança Operário-Camponesa, lançada pelo PCP (m-l) dirigido por “Vilar”, a Frente Eleitoral de Comunistas ML, da responsabilidade da OCMLP, e o Partido de Unidade Popular, lançado pelo PCP (m-l) dirigido por “Mendes”. A Revolução do 25 de Abril deve ter influenciado este comportamento entre os M-L / maoístas portugueses, pois, a julgar pelo estudo comparativo de Robert Alexander (2001), concorrer a eleições, ou apresentar-se às urnas por intermédio de uma frente, não foi prática frequente entre os grupos M-L / maoístas nos países desenvolvidos. Sobretudo, concorrer debaixo de uma sigla “frentista”. O nascimento da UDP, e das outras frentes eleitorais, remete para este contexto revolucionário muito específico do caso português.

Criada em finais de 1974, no decorrer das conversações entre o CARP-ML, CCRML e URML, à UDP estava cometido um duplo propósito.

(1º) Aproveitar a campanha eleitoral, para a Assembleia Constituinte, para servir de porta-voz às causas dos três grupos M-L. Isso passava por propagandear a Democracia Popular enquanto único regime a servir os interesses populares, situado nos antípodas da “democracia burguesa.” Passava também por denunciar o PCP como um partido reformista, burguês, que traía os interesses do proletariado. O deputado da UDP, sobretudo na Constituinte, bem como o semanário *Voz do Povo*, recusavam-se, assim, a tratar o PCP pelo nome, preferindo designá-lo por “partido revisionista”, “Partido Cunhalista Português” ou “partido do Dr. Cunhal” (“Américo Duarte”, 2022; Sousa, 1998: 67, 108-110, 221). Em consonância com a posição de

que o PCP era um partido que degenerara, a UDP apoiava abertamente o esforço dos M-L para a reconstrução do "verdadeiro partido comunista."

(2º) Vencer o sectarismo existente entre os militantes dos três grupos constituintes, através da atividade conjunta nos núcleos UDP. Achava-se que isso facilitaria a futura fusão desses grupos numa única organização – fusão que viria a acontecer com a proclamação da ORPC-ML, em finais de abril de 1975.

Como vimos também, a autoexclusão da OCMLP desta plataforma eleitoral, para lançar a FEC-ML, prenunciava um processo de unificação conturbado, como se veio a verificar (cf. 2.2.). Já para a ORPC-ML, a eleição de um deputado representava uma mais-valia no processo de unificação. Não só era o único grupo M-L nesse processo a receber o “beneplácito” de um partido no poder – o PTA – como o deputado da UDP era o único M-L com assento num parlamento “burguês” no mundo desenvolvido. Erigindo-se a ORPC-ML em peça motora do processo de reconstrução do partido, este herdou a UDP como sua frente eleitoral, então representada no parlamento pelo deputado Afonso Dias.

Após o surgimento desta frente eleitoral, o semanário *Voz do Povo*, que não tinha filiação partidária, passaria a apoiá-la, sem se intitular, porém, seu porta-voz (cf. Cronologia). Sendo uma plataforma eleitoral destinada a propagandar a democracia popular, é de assinalar que a UDP nasceu muito "vermelhusca". O seu símbolo era uma foice e um martelo, de onde saía uma bandeira vermelha. O seu hino era “A Internacional”. No primeiro comício realizado, em 10.01.1975, no Pavilhão dos Desportos, a tribuna foi adornada com um pano de fundo onde figuravam, em esfinge, Marx, Engels, Lenine, Stáline, e Mao Tsé-Tung (Mesquita, 2005: 47.) (Figura 1). A mesma imagem que toda a organização M-L / maoísta fazia questão de ostentar à época. Apesar destes referentes óbvios, o deputado da UDP, Américo Duarte, numa entrevista à revista *Flama* (“Américo Duarte”, 1975: 18), quando questionado se o partido era, ou não, maoísta, respondia:

*“Nós somos maoístas, como podemos ser adeptos do Samora Machel, do Ho Chi Min, do Kim Il Sung e de vários outros dirigentes (...). Mas não somos maoístas por excelência. Nem exigimos uma profissão de fé maoísta àquele que se quiser filiar na UDP.”*

Não obstante deter um assento parlamentar, ao longo do ano de 1975, a UDP fez questão de proclamar o seu desprezo absoluto por essa instituição, umas vezes crismada de “ninho de lacraus”, outras de “inimiga do povo”. O parlamento servia-lhe sobretudo como tribuna para alertar o povo contra o perigo do “regresso do fascismo”, denunciar a “democracia burguesa”

e os “falsos amigos do povo”, isto é, o PCP<sup>38</sup>. Com efeito, o grosso da atividade da UDP passava pelas lutas nas fábricas e nos bairros, pela agitação nos quartéis e pelas manifestações de rua. Quanto à “Constituinte reacionária”, a UDP exigia a sua dissolução e substituição por um Governo de Independência Nacional baseado em assembleias populares – os Órgãos de Vontade Popular –, eleitas democraticamente. Só assim se poderia avançar em direção à democracia popular, garantia-se em julho de 1975 (UDP-Porto, 1975). Todavia, em abril de 1976, a UDP iria votar favoravelmente a Constituição, apenas rejeitada pelo Centro Democrático Social, a força política mais à direita do espectro parlamentar da época.

O “esquerdismo” evidenciado pela UDP, no primeiro ano de vida, começou a atenuar-se após a fundação do PCP(R). No seu II Congresso, a UDP reconhece erros de “esquerdismo, obreirismo e sectarismo” e substitui a foice e o martelo do emblema por outra simbologia, igualmente evocativa da aliança operária-camponesa: uma roda dentada e uma enxada. O hino “A Internacional” seria substituído pelo “Alerta”, da autoria do GAC - Vozes na Luta, no termo de uma votação bastante renhida, que a primeira quase venceu (“Congresso da UDP”, 1976). Mas debaixo dessas novas roupagens, menos conotadas com o comunismo, a UDP continuou a ser a “correia de transmissão” para a qual tinha sido talhada. Basta ver como vários congressos da UDP decorrem poucos meses passados sobre os congressos do PCP(R), a fim de serem aí postas em prática as orientações do partido. Isto ficou muito claro no II, III e IX Congressos da UDP (cf. Cronologia).

Nos Estatutos da UDP, aprovados no seu II Congresso (Março de 1976), esta declarava-se aberta a todos os que queriam lutar pela Democracia Popular e o Socialismo, apenas excluindo os “inimigos confessos do Povo, bem como os seus falsos amigos.” Em consonância, a UDP erguia as cinco bandeiras definidas, em 1965, pelo CMLP para a fase da Revolução Democrática e Popular: “Pão, Paz, Terra, Liberdade, Independência Nacional” (*O que é a UDP?* 1976). Já o congresso seguinte (Novembro de 1977), por influxo da nova orientação do PCP(R), iria adotar o lema “Pelo 25 de Abril do povo: na unidade popular em defesa das conquistas de Abril.”

Todavia, em 1979, inicia-se um período bastante conturbado na UDP para o qual convergem quatro fatores. (1º) O avolumar das discordâncias no PCP(R), que conduzem à

---

<sup>38</sup> Também a letra de “A Internacional”, adotada pela UDP e o PCP(R), incluía os seguintes versos: “Contra todos os exploradores / E falsos amigos do povo / No calor da nossa luta / Construiremos um mundo novo”. Esta letra, composta pelo Grupo de Ação Cultural – Vozes na Luta, rapidamente tornado num veículo cultural da UDP / ORPC-ML distanciava-se da tradução feita pelo anarquista Neno Vasco, em 1909, adotada pelo PCP. Cf.: <https://genius.com/Gac-vozes-na-luta-a-internacional-lyrics>. Cf.: <https://www.pcp.pt/partido/anos/80anos/a-internacional-letra.html>.



expulsão de quatro membros do CC e à saída de centenas de militantes, em protesto, incluindo o deputado Acácio Barreiros e vários detentores de cargos executivos na UDP. Em resultado desta cisão, como sabemos, o semanário *Voz do Povo* torna-se autónomo do PCP(R) (cf. 3.1.). (2º) A viragem introduzida no MES pelo seu IV Congresso, de que resulta a oficialização de duas tendências no seu interior, com o abandono do centralismo democrático e do M-L. A orientação vencedora no MES defende uma esquerda democrática, não-reformista e antidogmática, e decide romper “com o campo tradicional da extrema-esquerda” (“Congresso do MES”, 1979). (3º) A dissolução do parlamento, no dia 13 de Julho, com a conseqüente marcação de eleições intercalares. (4º) A passagem à reserva do major Otelo Saraiva de Carvalho, seis dias depois. Ante a marcação do ato eleitoral, ocorrem contactos entre o MES, a UDP, os dissidentes do PCP(R) na UDP, a OUT, ligada ao major Otelo, e a UEDS, que António Lopes Cardoso tinha acabado de lançar. Estes contactos irão malograr-se rapidamente porque a UEDS (a 22 de julho) decide “testar” a sua força eleitoral sozinha e porque Otelo e a OUT (a 29 de julho) afirmam-se mais empenhados em criar uma “séria alternativa revolucionária” para as eleições regulares, de 1980.

Entretanto, as sequelas da cisão no PCP(R) avolumavam-se no interior da UDP. Em finais de abril, um documento-proposta, subscrito por 28 conhecidos ativistas, era entregue ao Conselho Nacional<sup>39</sup>. Esse documento, que constituía uma proposta de trabalho para o IV Congresso, lamentava o progressivo definhamento da UDP, que atribuía a uma orientação sectária, e pedia que fossem salvaguardadas as “diferentes correntes de pensamento e ação” dentro da UDP. Mas o Conselho Nacional, reunido no início de maio, ante a cisão no PCP(R) e o aparecimento da Unidade Comunista (que apoiava o documento-proposta) reagiu com bastante dureza, criticando a posição da *Voz do Povo*, e apelando ao PCP(R) e a outras forças revolucionárias para que lançassem um jornal que cumprisse o projeto do seu antigo porta-voz informal. Perante esta situação e ante a demora da UDP em definir-se face às eleições, Acácio demite-se da Comissão Permanente no dia 1 de agosto.

Dois dias depois, a oposição dentro da UDP, muito ligada a militantes saídos do PCP(R), iria lançar, em conjunto com as duas tendências do MES e alguns independentes, o manifesto “Para uma candidatura unitária”<sup>40</sup>. Este documento considerava que o desenvolvimento da

---

<sup>39</sup> Entre os subscritores estava o deputado Acácio Barreiros e ainda João Vieira Lopes, José Vasconcelos, Mariano Casto e Nuno Crato – que se haviam demitido da Comissão Permanente da UDP, logo no final de 1978 – mas também José Mário Branco e Rui Gomes, todos eles ex-militantes

<sup>40</sup> Entre outras individualidades, subscrevem este manifesto, Ferro Rodrigues e Vítor Wengorovius – pela direção do MES –, Augusto Mateus e Nuno Teotónio Pereira – pela linha derrotada – e João

unidade popular exigia o abandono de visões “partidaristas e sectárias”, de palavras de ordem desadequadas à situação pós-25 de Novembro, das “teses vanguardistas” e da pretensão de cada partido considerar que a unidade se deveria erguer em torno do seu programa. O manifesto propunha ainda que a candidatura de unidade popular apresentasse um “programa autónomo global, apontando para um modelo de sociedade socialista, alternativo aos reformismos do PS e do PC”. O socialismo era “o objetivo estratégico”, mas, na presente conjuntura, o intento desta candidatura seria procurar “influenciar e aprofundar uma viragem à esquerda no quadro constitucional atual, viragem necessariamente limitada, mas importante.” Admitia, assim, “alianças pontuais com o setor reformista (nomeadamente quanto a questões de governo ou revisão constitucional)” (“Manifesto”, 1979).

No Conselho Nacional da UDP, de 4-5 de agosto, Acácio pede um compromisso de unidade no interior da UDP e apoia a declaração conjunta acabada de sair. Porém, o Conselho, considerando irrelevante essa declaração, decide por maioria criar “uma comissão eleitoral UDP/PCP(R)” e acusa Acácio Barreiros de ser “reformista, caciquista, individualista e contrário à orientação da UDP”. Perante isto, Acácio declara não aceitar voltar ao parlamento enquanto tais insultos não fossem retirados. A Comissão Permanente aproveita então para obrigá-lo a demitir-se do cargo de deputado. Facto que Acácio aceita, sublinhando, todavia, não reconhecer a esta Comissão competência para tal e recordando publicamente serem os órgãos diretivos da UDP dominados pelo PCP(R)<sup>41</sup>. Por esta altura, mercê da grande popularidade à esquerda do PCP, Acácio Barreiros estava “no centro das negociações para a constituição de uma frente eleitoral de esquerda revolucionária”, projeto que merecia a simpatia das duas tendências do MES e do setor minoritário da UDP (“Acácio Barreiros”, 1979). A sua demissão de deputado iria contribuir para a frustração desse projeto. O MES decide não concorrer às eleições nesse ano, nem no seguinte, e acabará por se dissolver em finais de 1981.

Respondendo às críticas de Acácio, o militante do PCP(R), José Alcobia, recém-nomeado para a Comissão Permanente da UDP, acusava os dissidentes de advogarem “acordos pontuais com as forças reformistas, enquanto nós consideramos que não pode haver acordos com tais forças, nomeadamente, o PCP.” Afirmando estar a UDP aberta “à cooperação com as bases do PCP”, recusava, todavia, “acordos pontuais com a sua direção.” E explicava:

---

Vieira Lopes, João Carlos Espada e Jorge Azevedo – pela “oposição” da UDP, estando os dois últimos ligados à UC

<sup>41</sup> “Acácio Barreiros”, 1979; “Após reunião”, 1979; “A propósito”, 1979; “Demissão”, 1979; “Cronologia”, 1979.



“Enquanto a UDP assenta a sua atividade revolucionária no reabrir de uma crise revolucionária em Portugal (...), esses camaradas entendem que a acumulação de forças necessárias à revolução se faz no quadro parlamentar.” Terminava dizendo que as listas da UDP ainda não estavam fechadas e que Acácio poderia vir a integrar-se nelas (“José Alcobia”, 1979). Tal não sucedeu. Em breve, a UDP sondava o major Mário Tomé, um conhecido comandante do Regimento da Polícia Militar durante o PREC, para ser cabeça de lista por Lisboa. Acácio tê-lo-ia procurado dissuadir. “És uma reserva da Nação. Não te metas nisso. A UDP está politicamente falida”, teria dito então (Mesquita, 2005: 49).

O ano de 1980 principia sob o signo da direita no poder. Os partidos à esquerda apressam-se a traçar as suas estratégias visando as eleições de outubro. Apesar da crise por que passara, a performance eleitoral da UDP, em dezembro, fora uma surpresa, registando subidas em quase todos os distritos. Para além da eleição de Mário Tomé, teriam bastado mais cinco mil votos na capital para obter um segundo deputado, quatro mil em Setúbal e três mil no Porto para a UDP ter um grupo parlamentar com quatro deputados (Costa, 1979). Como veremos, o PCP(R)/UDP percorreu várias etapas neste atribulado ano.

Na perspetiva das eleições legislativas e presidenciais de 1980, Otelo Saraiva de Carvalho encetou conversações com o MES, a OUT, o PC(m-l) P, o PCP(R), o PRP, a UC, a UDP e alguns independentes. Destes contactos viria a resultar o anúncio, em 30 de janeiro, da Frente de Unidade Popular (FUP). Segundo Otelo, ela não seria “uma nova frente de partidos, mas sim um amplo movimento orgânico de massas”, dirigido por ele e apoiado num Gabinete Executivo Central<sup>42</sup>. O acordo seria formalizado em final de março, após ultrapassadas algumas apreensões. Otelo e outros movimentos receavam uma eventual tentativa de homogeneização por parte da UDP, a força maioritária do projeto. A UDP esclarecia não ter semelhantes pretensões e nem sequer a participação de Acácio Barreiros e de alguns nomes ligados à UC a incomodavam (“Otelo e UDP”, 1980). Todavia, em final de maio, o MES e a facção do PRP, liderada por Isabel do Carmo e Carlos Antunes, demarcavam-se da FUP, da estratégia hegemónica da OUT e das FP-25, cuja primeira ação violenta ocorrera pouco antes. Otelo, como já vimos (cf. 2.4.), acusava a UDP de boicotar a afirmação da OUT na FUP. Neste contexto, a FUP decidiu não concorrer às legislativas, limitando-se a apoiar a candidatura presidencial de Otelo, no final do ano (“Otelo a ‘O Jornal’”, 1980; “Alberto Martins”, 1980).

---

<sup>42</sup> Compunham-no Luís Moita (Presidente do extinto MUP), Acácio Barreiros, João Pulido Valente (ambos na órbita da UDP, mas não mais do PCP(R)), Manuel Serra (fundador da FSP), Mouta Liz (dirigente da OUT e um dos fundadores das FP-25) e Catalina Pestana (próxima do MES).

Mais importante, como já dissemos, é que o projeto de construção da “ampla frente popular” perseguido pelo PCP(R) chegara ao fim.

Enfatizando que a situação política se modificara, a UDP propôs em junho “listas únicas da oposição” para derrotar a AD. Rejeitada a proposta pelo PCP e pelo PS, sugeriu depois coligações, de âmbito distrital, à APU (em Castelo Branco e em Braga) e à FRS (em Faro e Portalegre). A FRS era uma coligação formada para concorrer às eleições de 1980, agrupando o PS, a UEDS e a ASDI. A ideia da UDP passava por não concorrer nestes círculos para concentrar votos à esquerda. Considerando essa ideia irrealista, a APU ofereceu-lhe três lugares elegíveis, na condição de os democratas-populares apoiarem a coligação dirigida pelo PCP. Contraproposta que não foi aceite pela UDP, pois ficaria sem autonomia política. Estamos aqui no domínio do puro jogo político. Nem o PCP(R)/UDP acreditava que PCP e FRS aceitassem a sua proposta, nem o PCP acreditava que a sua contraproposta fosse aceite pela UDP. A rejeição da proposta de “listas únicas de oposição” permitia, todavia, à UDP pôr em causa a autenticidade do unitarismo do PCP e a vontade de combate à AD apregoada pelo PS (“UDP recusa”, 1980; “Mário Tomé”, 1980). Quanto à rejeição pelos democrata-populares da contraproposta dos comunistas, permitia ao PCP apontar a UDP como a responsável pelo fracasso da unidade à esquerda. Daqui a considerar que o voto “nos esquerdistas” era um voto perdido, ia um passo (“Álvaro Cunhal”, 1980). O MES não foi às urnas. A FUP – cujo emblema era a cara de Otelo – acabou por transferir o seu apoio ao major para as presidenciais, em dezembro. E Acácio Barreiros lamentou que, após o fracasso das negociações com o PCP, a UDP não tivesse investido “no projeto unitário que ainda era possível, após a rutura da FUP” (“Acácio Barreiros”, 1980). A UDP acabaria a concorrer sozinha. O que importa aqui realçar é o facto de, pela primeira vez na sua curta história, o PCP(R)/UDP ter avançado com uma proposta de coligação eleitoral com o PCP, quando, um ano antes, um dirigente recusara quaisquer “acordos pontuais” da UDP com a direção daquele partido (“José Alcobia”, 1979). Era um muro que caía.

A abertura prosseguia. Os deputados Américo Duarte (eleito em 1975), Afonso Dias (que o substituiu) e Acácio Barreiros (eleito em 1976) eram todos militantes M-L. Porém, nas eleições de dezembro de 1979 e nas de outubro do ano seguinte, onde a UDP esperava eleger um grupo parlamentar, vários nomes colocados em lugares (supostamente) elegíveis apresentavam-se como sendo de apenas democrata-populares, como Mariano Roque Laia, Mário Brochado Coelho ou Carlos Lima das Neves. Igualmente no IV Congresso, em abril de 1980, quando a imagem da UDP estava bastante afetada pelo processo de cisão no PCP(R) – que acabara conduzindo ao afastamento de Acácio Barreiros do lugar de deputado –, são eleitos

para o seu Conselho Nacional nomes como José Mário Branco, que tinha abandonado o PCP(R), em 1979, o pianista Jorge Moyano ou o jornalista veterano José Manuel Rodrigues da Silva (Mesquita, 2005: 50). O PCP(R) vangloriava-se desta abertura (Ferreira, 1980), ao mesmo tempo que havia eliminado a influência dos cisionistas do partido, que tinham tentado instituir na UDP uma espécie de direito de tendência. Mas o jornalista Rogério Rodrigues (1981), relatava neste congresso, “uma forte reação contra a direção do PC(R). Só que uns ganham as ideias, mas os outros, o PC(R), mantêm o aparelho.” A trégua não seria, pois, de longa duração.

Tendo o PCP(R) decidido legalizar-se no III Congresso e concluído o processo de legalização em fevereiro de 1981 – passando a partir de então, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça, a ostentar o nome de PC(R) – os comunistas passaram a apresentar candidaturas em todos os círculos eleitorais, com exceção do distrito de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira. Uma das críticas recorrentes no partido era a de que este não aparecia, muitas vezes, com as suas bandeiras próprias, ficando subalternizado por detrás da UDP. Curiosamente, a ideia da legalização fora uma das reivindicações dos dirigentes saídos em 1979 (Rodrigues, 1981). A passagem do partido à legalidade abria, contudo, as portas ao aparecimento de um novo problema: o da dupla filiação. O MES, como vimos, inscrevera nos seus estatutos, em 1979, a dupla filiação<sup>43</sup>. Mas isso não estava estatuído na UDP. Mais decisivo, talvez, para entender este conflito era a crescente dificuldade do PC(R)/UDP fazer passar a sua mensagem, como ocorrera nas legislativas de 1980, onde os resultados tinham ficado abaixo dos de 1979.

Em maio de 1981, um grupo de descontentes lança o movimento UDP-Nova. Nele assumem particular importância José Alcobia e Bruno Graça, do Conselho Nacional. Este movimento de opinião defendia que a UDP, mantendo a sua independência, se deveria integrar numa “plataforma política de oposição à AD”, ao mesmo tempo que responsabilizava a linha preconizada pelo PC(R) pelo isolacionismo em que a UDP caíra. A UDP-Nova lançava então o mesmo repto, que os dissidentes de 1979 haviam lançado: aceitava o PC(R) “uma corrente da UDP” independente daquele partido? (Rodrigues, 1981). O movimento advogava também o fim da dupla filiação: os militantes do PC(R), desenvolvendo atividade na UDP, deveriam optar por ficar num ou no outro partido. Já Amadeu Ferreira, assumindo-se, numa entrevista, como dirigente dos dois, afirmava que os promotores desse movimento eram antigos militantes do PC(R), revelando o projeto UDP-Nova um caráter revanchista e cisionista e “uma tendência para criar acordos com os partidos reformistas”. Perante a crise, que eclode durante o processo

---

<sup>43</sup> E, como notava *O Jornal*, citando “alguns observadores, esta disposição estatutária não [era] incompatível com a filiação no PS” (“Congresso do MES”, 1979)

de preparação do V Congresso, chega a ser criada uma comissão negociadora das relações da UDP com o PC(R) (“Amadeu Ferreira”, 1981). No final do ano, os opositores à linha do secretariado rejeitavam defender uma “aproximação com os reformistas”, mas consideravam que a utilização de “uma linguagem esquerdista para uma prática de direita” ameaçava votar a UDP à irrelevância (A.A., 1981). Um mês depois, Mário Brochado Coelho lamentava que a direção do partido o estivesse a transformar num “novo MRPP”, no discurso, e num “mero apêndice do PCP e da sua burocracia sindical”, na ação. Concluía dizendo que a UDP estava novamente “a ser palco de experiências, debates, lutas e confrontos que lhe serão alheios.” E ameaçava ir-se embora – o que sucederia no V Congresso (G.S., 1982).

Nesse congresso, em março de 1982, e segundo a imprensa, não foram eleitos para o Conselho Nacional os “dirigentes mais empenhados na crítica à orientação adotada pela UDP”<sup>44</sup>. No encerramento dos trabalhos, Amadeu Ferreira proclamava que a “força da unidade é maior que a da cisão” e que a UDP não hesitaria “em tomar medidas firmes em tempo oportuno para isolar os cisionistas e corrê-los do seu seio” (“V Congresso”, 1982). Já por essa altura, porém, Amadeu Ferreira e outros militantes do PC(R) estavam em divergência com as orientações do CC, onde alguns tinham assento. O acirrar das divergências levou à sua saída do PC(R), em agosto de 1982 (cf. 3.1.). Poucos dias depois, o Conselho Nacional da UDP suspendia Amadeu Ferreira, Acácio Gomes e Jerónimo Marins. Para *O Jornal*, tratava-se do “mais recente reflexo da crise latente em que a UDP tem vivido desde 1979”. A quebra de votos nas legislativas e nas autárquicas prenunciava dias difíceis. Nas autárquicas de 1981, por exemplo, a UDP perdera 2/3 do seu eleitorado em Loures. Se essa tendência se mantivesse nas legislativas, continuava *O Jornal*, o deputado por Lisboa estaria irremediavelmente perdido. Perante isto, de fraco consolo servia o facto de a primeira greve geral realizada em democracia – em 12.02.1982 – ter sido proposta na CGTP pelos sindicatos afetos a este campo político (“UDP: dirigentes”, 1982). Este afastamento de dirigentes do Conselho Nacional teria ainda uma réplica na Comissão Distrital de Coimbra, motivada pela decisão do Conselho Nacional de a destituir, sem qualquer inquérito, e ter ocupado as respetivas instalações (“Crise na UDP”, 1982). Este episódio porá termo ao ciclo de perturbações na UDP resultante, em boa parte, dos debates e cisões que atravessavam o PC(R) desde 1978. De facto, a última cisão no partido, encabeçada por Francisco Martins Rodrigues (cf. 3.1.), fiel à tese de que o PC(R) se tinha

---

<sup>44</sup> *O Jornal* apontava os nomes de Brochado Coelho, José Alcobia, Lídia Sequeira e Rodrigues da Silva. A estes, Rogério Rodrigues (1982b: 5) acrescentava, no *Diário de Lisboa*: Eduardo Veloso, Jorge Moyano ou Mário Moura. Olhando a composição do Conselho saída deste V Congresso, encontro apenas dois nomes de reconhecidos independentes: Carlos Lima das Neves e Mariano Roque Laia. Cf. Tribunal Constitucional. Proc. N° 6/PP, fl. 52

deixado enredar demasiado nos acordos com a pequena-burguesia, e abandonado a política operária, não se irá minimamente interessar por desenvolver atividade na UDP.

Certo é que a sucessão destes acontecimentos acabou por diminuir os valores da militância, fragilizar as estruturas e desgastar a imagem da UDP. Quando são convocadas eleições em 1983, o PC(R) sente que a manutenção do deputado está em perigo. Coligar forças foi então a solução. Mas da esquerda revolucionária dos tempos do PREC restavam já poucos partidos (cf. Cronologia). Ocorre então uma aproximação com o Partido Socialista Revolucionário, que não fazia parte dos grupos que haviam gravitado em torno de Otelo. Tal coligação representava para o PC(R) uma primeira abertura à colaboração com uma corrente adversária dentro do MCI. Era um segundo muro que caía<sup>45</sup>. Seriam necessárias mudanças históricas muito profundas para que se constituísse, em Portugal, um partido político, como o Bloco de Esquerda, agregando uma militância de formação M-L (ou seja: PCP(R) / CDP / UDP), outra de orientação trotskista (PSR) e uma terceira derivada da primeira cisão no PCP após 1989 – a Plataforma de Esquerda – a qual, descontente com a aproximação desta ao PS, decidira fundar a Política XXI.

O balanço das eleições de 1983, onde a coligação apenas se materializou nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra, revelou-se, contudo, desastroso. Em todos os distritos em que concorreu sozinha, as percentagens da UDP ficaram abaixo das de 1980 (cf. Tabela 2). Pelas razões já expostas, a imagem e as forças anímicas da UDP encontravam-se muito desgastadas. Parece também que o seu eleitorado não aceitou de bom grado a Frente Eleitoral UDP-PSR. Os dois partidos faziam campanhas separadas, sob a sigla comum “Partidos da direita fora do governo”. E do acordo celebrado entre eles constava a “independência face a um governo tendo como centro o PS” (“Frente eleitoral”, 1983). Todavia, um panfleto produzido pelo PSR apelava ao voto “nos únicos socialistas que propõem um governo do PC e do PS, sem alianças com a direita, para governar a favor dos trabalhadores” (“10 razões”, 1983). O que era uma linha vermelha para a UDP. O manifesto eleitoral do PC(R) denunciava justamente como perigosa a ilusão de se acreditar que das eleições poderia resultar uma viragem democrática. Afirmava então: “O PCP no governo só serviria para levar a classe operária a sacrificar-se em benefício de uma casta de chefes, quadros e burocratas sindicais que usam o comunismo como bandeira para a colaboração de classe” (“Manifesto”, 1983). Interessante também o contraste

---

<sup>45</sup> Mede-se melhor o alcance desta abertura se tivermos presente que, nas negociações entre os grupos M-L em 1974-75, a URML fora criticada por ter feito comícios com a trotskista Liga Comunista Internacionalista, após o 25 de Abril (“As nossas tarefas”, 1975). Também os CCRML, na sua autocrítica, se penitenciavam desse “pecado” (*A Luta pelo M-L*, 1975).

entre as habituais bandeiras económicas da UDP (“UDP: corte total”, 1983) e a aposta do PSR nas mulheres e nos jovens, “falando de aborto livre e gratuito, liberdade sexual e familiar (...) e a despenalização e legalização das drogas leves” (“Frente eleitoral”, 1983). Todavia, após esta má prestação nas urnas, nos atos subsequentes (1985 e 1987), se adicionarmos à UDP os votos do PC(R), este campo político obteve sempre um resultado superior (cf. Tabela 2). Em 1985, o candidato Mário Tomé ficou mesmo a 238 votos de ser eleito (“UDP aumenta”, 1985). Assim, para as eleições seguintes, a UDP alimentou a esperança de eleger dois ou três deputados (“UDP quer”, 1987). Porém, a votação voltou a baixar: de 73.401 para 50.717 votos.

Um acontecimento importante, na história deste campo político, foi o modo como evoluiu a sua posição acerca das eleições presidenciais de 1986. No ano de 1984, principiara por defender “um candidato popular para um programa popular”. Já em maio de 1985, propunha “um candidato único das oposições”. Esta última proposta pretendia derrotar o candidato da direita – que viria a ser Freitas do Amaral – mas também a candidatura de Mário Soares, que a UDP acusava de querer levar para Belém a mesma “política de direita e do imperialismo” implementada no governo do “bloco central” (*Tarefas*, 1986: 8-9; “Candidato único”, 1985). Em setembro, a UDP apresentava a sua proposta de “um candidato único das oposições” às direções do MDP, PCP e PRD – um partido que nascera da iniciativa do Presidente Ramalho Eanes. Não querendo apoiar Soares ou Freitas, essas formações tinham, todavia, outros planos. Em novembro, Salgado Zenha, um dos fundadores do PS, que se vinha afastando progressivamente de Mário Soares, desfilou-se do PS e anunciou a sua candidatura, com o apoio do PRD. O PCP retirou então o candidato por si lançado para apoiar Zenha. Neste contexto, a UDP acabaria por apoiar Maria de Lourdes Pintasilgo, uma conhecida católica independente, que tinha lançado a sua candidatura em 27 de julho, esperançada em obter o apoio de Ramalho Eanes. Porém, o Presidente cessante escolheria apoiar o candidato do PRD, Salgado Zenha (Soares, 2016). Tendo em atenção que, em 1979, o PCP(R)/UDP atacara o gabinete chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo, nomeado por iniciativa do Presidente Ramalho Eanes, este campo político dava agora mostras de uma considerável flexibilidade. O resultado da primeira volta, com Soares e Freitas a passar à segunda volta, levou a UDP a fazer fogo sobre o PCP e a afirmar que o candidato por ele apoiado não tirara votos a Soares, nem a Freitas, mas apenas impedido Maria de Lourdes Pintasilgo de passar à segunda volta. Se a oposição se tivesse congregado em torno de Pintasilgo, como propunha a UDP, a engenheira “teria derrotado Soares e venceria Freitas à segunda volta.” Mas estes eram argumentos para consumo interno. Tal como nas eleições legislativas de 1980, o objetivo do PCP(R)/UDP era mostrar ser mais unitário do que o seu eterno rival, o PCP. Mas ao ter abandonado a ideia inicial

de “um candidato popular para um programa popular” (como ocorrera em 1976 ou 1981), mostrava também que estava disponível para entrar na “grande política.”

Em maio de 1987, o VII Congresso da UDP procura insuflar um novo alento no partido. A Comissão Nacional experimenta um grande aumento, passando de 31 para 79 membros e a Comissão Política de 12 para 16. A imprensa nota, porém que deixou de haver qualquer “histórico” na Comissão Política (“UDP quer”, 1987). E a partir desta data, a Comissão Nacional não irá mais conter nomes conhecidos fora do universo da UDP, notando-se, todavia, um conjunto de quadros que vai sendo reconduzido para os cargos executivos – e que fazem o partido funcionar sem grandes sobressaltos. Para além de Mário Tomé (desde 1984 no Secretariado e secretário-geral desde 1987), Carlos Marques e Francisco Tomás (desde 1980 na Comissão Permanente e, depois, no Secretariado), Carlos Santos (desde 1982 no Secretariado) e Luís Fazenda (na Comissão Política a partir de 1987)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Tribunal Constitucional. Proc. Nº 6/PP, fl. 41, 59, 66, 81-82..





### Capítulo 3 - “Houve aqui alguém que se enganou”<sup>47</sup>

No centro deste capítulo está a evolução sofrida pelo PCP(R) entre 1979 e 1995. E sublinho 1995, porque se no VI Congresso, em 1992, o PC(R) abandona o estatuto jurídico de partido para passar a associação política Comunistas pela Democracia e o Progresso, essa modificação é em grande parte formal. Mudando de estatuto, de nome e de símbolo, o partido mantém intactas as estruturas partidárias, a orientação M-L e a obediência aos princípios do centralismo democrático (Pires, 2023). No ano de 1995, ocorre nova modificação. A associação política CDP decide fundir-se com a UDP, após esta ter adotado, no seu XI Congresso, uma matriz comunista, o centralismo democrático e “A Internacional” como hino. Todavia, o processo de mudança iniciado em 1992 não cessou com a fusão da CDP com a UDP. Por isso, no final do subcapítulo 3.2, alguns parágrafos serão dedicados à evolução da UDP entre o seu XI Congresso – onde se funde com o antigo PC(R) – e a passagem, em 2005, da UDP de partido a associação política.

Importa notar que o Capítulo 3 não é uma secção da tese que suceda cronologicamente ao capítulo anterior. Eles, em parte, coincidem temporalmente. Nos subcapítulos 2.3. e 2.4. procurámos estudar o lado “apolíneo” do partido. Examinámos assim, a sua edificação, através do esforço de proletarização das suas fileiras e da bolchevização, que visava erguer um partido disciplinado e coeso por sobre as trajetórias individuais dos grupos e das suas práticas. Analisámos a inserção desse partido numa rede internacional de partidos M-L, gravitando em torno do PTA, a qual condicionou a sua evolução até 1991, quando a Albânia socialista colapsa. Examinámos, por último, como o triunfalismo gerado em 1976, em torno da campanha presidencial de Otelo, conduziu o PCP(R), no contexto das teses de Enver Hoxha sobre a iminência da revolução mundial, a elaborar o seu primeiro programa político – a via do 25 de Abril do Povo – que se bem manteve vivo, pelo menos até à 3ª Conferência, em 1981 (“3ª Conferência”, 1981). No subcapítulo 3.1 iremos estudar os grandes debates internos e as divergências que, entre 1979 e 1984, ocasionaram três cisões. Essas cisões, somadas ao abandono individual dos militantes – fenómeno comum a toda a esquerda revolucionária – levariam à contração das fileiras partidárias e à redução da esfera de irradiação do partido – de que a perda da representação parlamentar, em 1983, foi um sinal eloquente. A partir de 1985, o PC(R), já muito enfraquecido, consegue atenuar essa “sangria”. Nas eleições desse ano, a

---

<sup>47</sup> José Mário Branco, “Eu vim de longe, eu vou pra longe”, Álbum *Ser Solidário*, 1982.

UDP ficou à beira de eleger novamente Mário Tomé (cf. 2.5). O rumo a partir daqui poderia ter sido prolongado por alguns anos se não fosse a queda do Muro de Berlim ter dado início à maior reconfiguração ocorrida no MCI desde a Revolução de Outubro.

É do período que se inicia em 1988/89 que se ocupa o subcapítulo 3.2. Explicando a Perestroika e a queda do Muro como o último estágio da degenerescência do “revisonismo soviético”, de que se acreditava a heroica Albânia estaria a salvo, os acontecimentos no pequeno país dos Balcãs, a partir do final de 1990, lançam o PC(R) numa enorme crise de confiança e de identidade. Essa crise funcionou como catalisador para encontrar solução para uma contradição cada vez mais aguda no PC(R) traduzida na dificuldade em manter dois partidos em funcionamento, com base num pequeno conjunto de quadros (Pires: 2023). Para retomar uma imagem já usada, a intersecção entre o círculo PC(R) e o círculo UDP estava a aumentar (cf. Tabela 5). O coração que alimentava o corpo democrata-popular era um coração quase só já comunista. Em 1995, a UDP registaria os piores resultados eleitorais da sua história (cf. Tabela 2). Depois de alguns anos a caminhar no deserto, decidiu juntar esforços com o PSR e a Política XXI para fundar o Bloco de Esquerda, apresentando-se juntos às eleições de 1999. A afirmação na vida política portuguesa deste partido da esquerda radical acabaria por levar a UDP a passar de partido a associação política, em 2005, estatuto que mantém até hoje.

### **3.1. – Das resistências ao início da tímida renovação**

Entre 1978 e 1984 o PCP(R) atravessa um período turbulento, que irá estar no centro deste subcapítulo. Antes de iniciar a exposição dos factos, é aconselhável traçar o pano de fundo sobre o qual têm lugar as divergências e as cisões para procurar compreendê-las melhor.

Nos anos a seguir à fundação, o partido alimentou grandes esperanças. Contudo, a evolução da sociedade portuguesa, no sentido da consolidação da democracia parlamentar, do desenvolvimento de uma economia plena de mercado, sem as restrições das nacionalizações e os entraves colocados quer pelas leis laborais protecionistas quer pelas Unidades Coletivas de Produção, acabaram por frustrar essas expectativas. A progressiva integração portuguesa na Comunidade Económica Europeia, acompanhando a dinâmica de que viria a resultar a União Europeia, foi a última peça neste processo. De facto, as expectativas iniciais mais não eram do que o prolongamento anacrónico dos combates da década de 60 contra o regime ditatorial e o colonialismo, sob pano de fundo de um mundo em convulsão. Não admira assim, que o modelo do Portugal futuro, propagado pelo PCP(R), e a via insurrecional para a tomada do poder – a

Revolução Democrático-Popular – principiassem a aparecer como utópicos, e até perigosos, mesmo aos olhos de muitos simpatizantes das causas anticapitalistas. Portugal era um país membro da NATO, onde qualquer tentativa revolucionária desencadearia uma intervenção militar externa. Em fevereiro de 1975, navios da NATO tinham visitado o Tejo, com as organizações M-L e a UDP a promoverem manifestações anti-NATO e o PCP a denunciar nessa visita sinais de ingerência externa na política nacional e, nas manifestações, a marca de “grupos provocatórios pseudorrevolucionários”<sup>48</sup>. Com o lento assentar da poeira no pós-PREC, os trabalhadores começaram a perceber que, tal como cantava Chico Buarque, a festa fora bonita, mas acabara<sup>49</sup>. Estavam cientes de que o "Poder Popular" e o chapéu-de-chuva que lhes fora oferecido pelos militares progressistas – sobretudo, o COPCON – chegara ao fim. Como confessaria, anos mais tarde, o antigo diretor do *Luta Popular*, Saldanha Sanches, que após a saída do MRPP, passou brevemente pela redação do *Bandeira Vermelha*, do PCP(R) (Fernandes, 2012: 248), os M-L foram começando a perceber que "as massas não queriam fazer a revolução" (Moura, 2009).

Também a ideia de uma ditadura revolucionária, num país saído de uma ditadura de 48 anos, não era cativante, nem sequer para a maioria dos operários em nome dos quais era exaltada. A ditadura do proletariado não só continuava a figurar no último programa do partido (*Tarefas*, 1986: 81), como na resolução aprovada no XII Congresso da UDP, quando os M-L se haviam fundido com os democratas-populares (*Esquerda*, 1996: 15). Igualmente o modelo albanês não seria atraente senão para quem estava próximo do campo político PCP(R)/UDP, ou para os intelectuais progressistas que iam de visita ao país. Nem os operários nem os trabalhadores em geral tinham razões para se sentirem atraídos pela Albânia, regularmente apontada como um dos países mais pobres e fechados da Europa. Para os simpatizantes do ideal comunista, quando comparada com a URSS, a Albânia perdia em toda a linha: não fora a pátria do socialismo, não tivera parte ativa na derrota do nazi-fascismo e não tinha paralelo com a União Soviética na corrida ao espaço, no arsenal nuclear ou nas medalhas olímpicas... Mesmo entre alguns militantes do PCP(R), existia a percepção de que a sempre elogiada igualdade na Albânia, era afinal um nivelamento por baixo, colocando a sociedade acima do limiar da

---

<sup>48</sup> Sobre essas manifestações veja-se o testemunho, na primeira pessoa, de Manuel Monteiro (1982: 57-59) e o comunicado do PCP: “Sobre as manobras”, 1975

<sup>49</sup> Chico Buarque, um dos mais escutados compositores brasileiros no Portugal dos anos 70, gravara em 1975 a canção “Tanto Mar”, saudando o 25 de Abril. No ano seguinte, porém, lançara uma nova versão, onde a primitiva abertura – “Sei que estás em festa, pá” – dava lugar a uma outra – “Foi bonita a festa, pá” –, a que se seguia, “Já murcharam tua festa, pá”.

pobreza, mas desprezando outras dimensões inerentes ao ser humano, como a liberdade individual.

Efetivamente, na Albânia, acima da massa dos cidadãos, pairava uma elite privilegiada. José Manuel Correia (2008 [1999]), que fez parte do Secretariado do CC, recorda o relato que lhe fez um quadro que visitou a Albânia, em 1976:” Liberdade, só existe para o partido. O culto da personalidade do Enver Hoxha até causa impressão. Não passam fome; comem muitos legumes, enchidos e carne de borrego. Muitas casas não têm reboco exterior...” Percepção secundada por Luís Costa (2019: 163), membro de um Secretariado posterior, quando recordará mais tarde: “era um país onde se notava alguma distância entre os dirigentes e o povo... que hoje consigo refletir e racionalizar, mas que, na altura, com os meus olhos de crente, não valorizava.” Igualmente, Esther Mucnick referirá, em entrevista, o modo como Enver Hoxha e a mulher eram tratados – “Como se fossem deuses” – e a surpresa sentida quando soube que a contraceção na Albânia estava proibida, forçando os casais ao coito interrompido. O início da desilusão ocorreu quando se apercebeu que o país que apontava como exemplo “seria o último em que queria viver” (Viana, 2004).

Na história do PCP(R), a primeira divergência assinalável ocorreu quando o 2º secretário, José Manuel Correia, começou a questionar as ideias vigentes às vésperas do II Congresso, em março de 1977. Em seu entender, a etapa da revolução em Portugal era socialista, e não democrata popular, e o movimento operário encontrava-se em refluxo, pelo que seria necessária uma profunda reorganização, “com a legalização do partido e a extinção da frente de massas UDP.” Ideias contra a corrente que lhe valeram uma crítica generalizada, o adiamento *sine die* da publicação das suas teses na *Tribuna do Congresso* e o isolamento na assembleia máxima que o levaria a afastar-se, no início de 1978. A maioria do partido considerava as suas posições “esquerdistas na estratégia e direitistas na tática” (Correia, 2008 [1999]). Algo delas iria ecoar, todavia, na divergência, mais séria, começada a formar no início de 1978, como o diagnóstico do refluxo do movimento operário e a proposta de legalização do partido.

A primeira formalização desta divergência ocorre numa carta ao CC, datada de fevereiro de 1978, escrita por um membro do Comité Executivo, João Moreira (“Ricardo”). A carta criticava a linha oficial, do 25 de Abril do Povo, por se basear num diagnóstico errado da crise revolucionária vivida em Portugal entre o 28 de setembro de 1974 e o 25 de novembro de 1975 (Cf. Cronologia). Essa crise, segundo “Ricardo”, teria sido desencadeada pela desagregação das Forças Armadas, paralisando o aparelho de Estado, e não pela radicalização do movimento de massas. Por isso, com a reposição da cadeia de comando militar, no 25 de Novembro, o

movimento popular entrara em refluxo. O PCP(R), fundado no final desse ano, não teria assimilado a fundo essa situação, daí ter sobrestimado “a maturidade revolucionária dos votantes em Otelo e do movimento que surgiu das eleições e que deu origem ao MUP”. Também não compreendeu o significado da deslocação de votos do PCP para a candidatura de Otelo, apressando-se a ver nisso a falência sem retorno do “projeto cunhalista.” Por outro lado, a proposta do 25 de Abril do Povo, de caráter abertamente ofensivo, só seria adequada se o movimento popular estivesse em ascenso claro e aberta uma crise de poder. Semelhante governo, recordava “Ricardo”, era uma adaptação a Portugal do “governo de frente única ou de frente popular”, enunciado no VII Congresso da Internacional Comunista. O qual só fazia sentido para “preparar as massas para se lançarem à luta pela revolução a partir da sua própria experiência”. Claramente não era essa a situação no Portugal de 1976-7 (Moreira, 1979 [1978]: I, 2-5).

A carta chamava também a atenção para o facto de o PCP ter recuperado em toda a linha as posições perdidas no verão de 1976. E sustentava que a única maneira de lhe disputar as massas não era através de proclamações sonoras, mas da criação de uma frente única dos operários decididos a lutar contra o capitalismo. Para o PCP(R) isso implicava trabalhar lado a lado com os militantes do PCP, lutando com eles pelas reivindicações da classe operária, conservando, porém, a independência absoluta e a total liberdade de crítica. E isso tanto nos sindicatos (através de listas comuns), como na arena política, pois só desse modo os propósitos conciliadores dos “revisas” seriam desmascarados perante as massas. A resistência em aplicar essa tática de frente única assentava no sectarismo dominante no PCP(R), conduzindo-o a refugiar-se nas campanhas cujo êxito “só dependia de nós e da nossa base de apoio e não da conquista das massas.” O mesmo sectarismo presidia à recusa em legalizar o partido, com o argumento de que “a legalidade suja a pureza dos comunistas”. Ora, o partido já vivia na semilegalidade, pelo que não seria difícil legalizá-lo, conservando, porém, clandestino o aparelho. Essa legalização obrigaria a refletir sobre o lugar da UDP. Sendo, porém, o prestígio alcançado pela UDP fruto, no essencial, do trabalho dos comunistas M-L, se esta não existisse esse prestígio recairia sobre o PCP(R). Ela gozava de um apoio muito mais amplo do que o PCP(R), mas também era verdade que os seus ativistas podiam tornar-se, quase todos, simpatizantes do partido. A UDP, tal como existia, escondia “necessariamente o Partido.” As próprias massas conheciam-na enquanto “partido ‘mais comunista’ que o PCP.” Defendia então “Ricardo” que, sendo “possível e desejável que o PCP(R) ocupe o espaço político da UDP”, essa substituição deveria realizar-se paulatinamente, consoante a evolução da consciência dos seus aderentes (Moreira, 1979 [1978]: I, 5-8).

Durante 10 meses estas ideias foram debatidas apenas no seio do CC. Em finais de 1978, serão levadas à 1ª Conferência Nacional, donde sairão derrotadas. Só no início de 1979, quando é lançada a *Tribuna do Congresso* para preparar a próxima assembleia magna, a carta de “Ricardo” é divulgada ao partido. O debate na tribuna é aceso. Em meados de abril, o CC irá expulsar “Ricardo” e outros três membros do CC, por se ter provado que constituíam uma fração a nível nacional. Tudo se precipita a partir daí. A célula da *Voz do Povo* decide demitir-se do partido, levando consigo o jornal, propriedade de uma cooperativa que estava na posse dos dissidentes. É pelas páginas deste semanário que os simpatizantes da esquerda revolucionária são informados do que se está passar (“Após expulsão”, 1979; Fernandes, 2012: 282-289). Dois dos dirigentes expulsos dão nesse jornal uma entrevista acusando o PCP(R) de deturpar as suas posições, justificando a formação da fração e apelando aos militantes para não participarem no “Congresso-farsa (...) porque lá não estão todos os comunistas (“João Moreira”, 1979). Os abandonos sucedem-se<sup>50</sup>. Surge rapidamente um núcleo, onde sobressaem João Carlos Espada (“Lima”) e António Carriço (“Matos” ou “Sousa”), que avança com condições para a “reunificação de todos os comunistas.” Considerando o “fraccionismo inaceitável”, condena o uso da medida disciplinar mais severa – a expulsão – em vésperas do congresso, pede a sua anulação e a autocrítica do CC. Para este núcleo, que se intitulava de “centro”, o fraccionismo servira apenas de pretexto para a “maioria” expulsar a “minoría”, impedindo-a de defender as suas teses no congresso (“Pela unidade”, 1979; “João Espada”, 1979). Mas as posições estavam, há muito, demasiado extremadas. Para o PCP(R), os fracionistas pretendiam seguir uma política reformista, “com alianças no trabalho parlamentar e no trabalho sindical, com as cúpulas do PCP”, enquanto para o PCP(R), “qualquer aproximação a nível de cúpulas” com esse partido era considerada inaceitável. Os cisionistas pretendiam também a extinção da UDP, o que era uma linha vermelha para a maioria dos militantes comunistas (“Dirigentes do PCP(R)”, 1979).

O III Congresso, realizado em finais de maio, não deixará de condenar veementemente os “direitistas”, mas, durante os trabalhos, as críticas à atuação do CC, sobem de tom. No final, será aprovada uma resolução, que não estava prevista, intitulada *Crítica do 3º Congresso ao*

---

<sup>50</sup> Dois membros do CC, sendo um deles do Secretariado e o outro, o diretor da *Voz do Povo*, os primeiros-secretários dos CR de Braga, Beja, Porto, Vila Franca-Loures e das Telecomunicações e Transportes, a maior parte do sector estudantil e algumas centenas mais de militantes. Em Viana do Castelo, por exemplo, o abandono dos militantes foi quase total. O deputado Acácio Barreiros é um dos que abandonam o PCP(R), permanecendo no parlamento enquanto o partido manteve a confiança nele (cf. 2.5.). Também a conferência regional de Braga e a da Covilhã se recusaram a enviar delegados ao III Congresso. Cf. “Expulsos quatro”, 1979; “Durante a semana”, 1979.



*CC e Autocrítica do CC ao 3º Congresso.* Entre outras coisas, o CC é criticado por ter agido desligado do coletivo partidário e ter deixado prevalecer, nos seus debates, “métodos intolerantes e agressivos, marcadamente anti-leninistas.” É também condenado por ter tentado “abafar ou subestimar as discussões políticas e ideológicas ou alhear-se delas, encarando-as como fatores de divisão”, impacientando-se mesmo para que fossem “tomadas medidas disciplinares sumárias que não passariam de puras medidas administrativas” (*Crítica*, 1979: 8-12, 35). Daí talvez, e ao contrário do congresso anterior, que praticamente reconduziu o CC eleito na 5ª Reunião Plenária Alargada do CC, de maio de 1976, o III Congresso elegerá um CC sem grandes ligações com o passado. Eduardo Pires (2023), que defendera as expulsões de 1979, recorda que ele e Manuel Monteiro entraram no novo CC apenas como suplentes. Numa entrevista a João Mesquita (2005: 49) reconheceria mesmo: “Não tive flexibilidade. Foi uma manifestação de esquerdismo infantil”. Entretanto, o autodenominado “centro” iria formar a Unidade Comunista, cuja atividade nos organismos de frente, o PCP(R) tentará, por todas as formas, torpedear. Sobretudo, na UDP (cf. 2.5.). Todavia, parte das propostas dos dissidentes irão ser recuperadas pelo partido, como a sua legalização ou os contatos com as cúpulas do PCP para efeito de acordos eleitorais (cf. 2.5.).

A cisão de 1979 foi das três, a que provocou maiores danos no partido. Ela levou consigo algumas centenas de militantes, uns descontentes com o modo antidemocrático como o debate interno se processara, outros simplesmente desiludidos ao constatar que a unidade de aço do partido era afinal frágil. Isso tornou-se evidente quando os (até então) dois jornais partidários – o *Bandeira Vermelha* e a *Voz do Povo* – passaram a fazer fogo um sobre o outro. Para além disso, a cisão privou o partido do seu órgão de massas, que chegou a ter uma tiragem de 30.000 exemplares. Esta perda nunca mais seria compensada. Daí em diante, as posições do partido só seriam veiculadas pelo *Bandeira Vermelha*, abrangendo muito menos leitores que a *Voz do Povo*. Quanto à UDP, iria dinamizar um boletim para ativistas, que foi, primeiro, o *Em Marcha* (1979-1983) e depois, o *Unir o Povo* (1984-1995). Mas nada que se comparasse à projeção alcançada pela *Voz do Povo*, sobretudo após a remodelação em abril de 1978.

Esta primeira cisão no partido necessita ser inserida no contexto mais geral. Ao contrário das expectativas geradas em 1976 (cf. 2.4.), a audiência do PCP(R) entre os operários e as massas não estava a aumentar. Para um partido que se apresentava como vanguarda da classe operária, a influência sindical, medida pelo número de direções sindicais que lhe eram afetas, foi sempre muita baixa. A partir de várias fontes é possível estabelecer uma lista que incluía os seguintes sindicatos: Construção Civil de Braga, Indústria e Comércio de Carnes do Sul, Marinha Mercante, Rodoviários de Setúbal, Construção Civil de Beja, Trabalhadores Agrícolas

de Vila Real, Calçado de Aveiro e Coimbra e Bordadeiras da Madeira<sup>51</sup>. Este último era a “joia da coroa” do PCP(R), tendo a sua dirigente, Guida Vieira, sido também dirigente da União dos Sindicatos do Arquipélago da Madeira, pertencido ao CC do PC(R) e ao Conselho Nacional da CGTP-IN. Nesse Conselho, os sindicatos afetos ao partido nunca chegariam a ocupar mais do que dois lugares: para além de Guida Vieira, a sindicalista Agostinha Almeida, do Sindicato das Carnes do Sul (Pacheco, 1985; “Guida Vieira”, 1986).

Também a performance eleitoral do campo político PCP(R)/UDP nunca conseguiu ultrapassar um determinado teto: o dos 2,18% dos votos. Isso sucedeu nas intercalares de 1979, onde, no rescaldo do governo PS-CDS, o eleitorado do PS o “abandonou”, provocando os resultados mais elevados quer na história eleitoral do PCP quer na da UDP (cf. Tabela 2). Estas eleições levaram também, pela primeira vez, a direita ao poder. Se, na década de 70, os resultados da UDP nunca foram além dos 11,6% dos votos das coligações do PCP, na década seguinte os resultados do campo político PC(R)/UDP oscilaram entre 7,6% e 10,0% dessa votação (cf. Tabela 2). Esta incapacidade em valer mais do que 1/10 da força eleitoral do seu principal rival era de molde a contribuir para o desânimo e o abandono que vários documentos dão a entender. Esta perceção geral não deve esconder, porém, um ponto de viragem importante. Em 1979, a UDP estava esperançada em conseguir um grupo parlamentar (“UDP lança-se”, 1979). O ano fora tumultuoso, com a cisão de abril-maio, afetando a imagem da UDP, sobretudo nos meios urbanos, mas esta acabou, como já vimos (cf. 2.5.), por ficar à beira de um segundo deputado por Lisboa, um pelo Porto, outro por Setúbal e um outro na ilha da Madeira. Por isso, no ano seguinte, as expectativas em conseguir quatro ou cinco deputados eram altas. Todavia, a UDP passou, nessas eleições, de 130.842 para 83.204 votos. Este resultado provocou alguma angústia no PCP(R), com vozes a pedir mudanças de política e outras, na direção (Costa, 2019: 156, 171-173). A partir daqui a votação viria sempre a declinar.

Neste contexto é compreensível que, após a cisão de 1979, as inquietações do partido não tivessem ficado pacificadas. Perante a quebra nas urnas, a que se vinha somar o cada vez mais evidente refluxo do movimento operário e popular, é natural que as perguntas se multiplicassem. O que fazer para aumentar a implantação entre os operários e as massas? Deveria procurar-se estabelecer acordos com outros partidos para acumular forças e ultrapassar a pequenez? As sementes da dúvida e o desejo de procurar caminhos alternativos tinham sido lançados e não parariam de repercutir. Um sentimento de desânimo, de descrença, estava a difundir-se progressivamente entre muitos militantes. Esse sentimento traduzia-se no descurar

---

<sup>51</sup> Fernandes, 2012: 240-241; Tribunal Constitucional, Proc. N° 6/PP, fl. 41-42.



de atividades, por abandonos individuais e de células (Melro, 2015: 550, 551). Abandonos de quem perdeu a esperança, deixou de acreditar, se desiludiu, se descobriu enganado e, muitas vezes, com mais de trinta anos, sem emprego, ou com o curso por terminar<sup>52</sup>.

A direita a governar, a UDP a estagnar eleitoralmente, as lutas sindicais a marcar passo, a reforma agrária a ser desmantelada, eram elementos que conduziam dirigentes e militantes a questionar-se sobre o que estava a falhar. O grupo autodenominado “centro”, nas vésperas do III Congresso, definia-se como uma tentativa de mediação entre a “minoría”, entretanto expulsa, e a “maioría” do CC e do partido. O quadro era, todavia, mais complexo. A “maioría” não era homogénea, divisando-se dentro dela uma corrente de opinião que repudiava tanto a fração como a expulsão administrativa, mas que, ao mesmo tempo, entendia que as questões levantadas em 1979 necessitavam ser seriamente encaradas e discutidas. Nesta corrente ganhou destaque um membro do Secretariado, Amadeu Ferreira, que era também dirigente da UDP (Melro, 2015: 550). Ela vai estar na origem daquilo que foi designado como “grupo Melro-Amadeu” e que viria a cindir com o partido em 1982. Uma outra sensibilidade começava também a despontar, em confronto com a corrente anterior e com a direção eleita no III Congresso. Recolhia sobretudo inspiração em Francisco Martins Rodrigues, que tendo sido remetido a militante de base, na sequência da resolução sobre o porte na cadeia, continuava a colaborar no *BV* e nas comissões redatoras dos informes dos congressos<sup>53</sup>. O testemunho memorialístico de Luís Costa (2019: 179-181), membro do Secretariado do CC eleito no III Congresso, e diretor do *BV*, é elucidativo. O partido, segundo ele, entrara em 1981 “numa espécie de febre autofágica” com enormes discussões no CC, onde se divisavam três correntes. A da direção, à qual ele pertencia, uma outra que acusava a linha oficial de “esquerdista e de visão sectária, sem política de alianças” (ou seja, a de Amadeu Ferreira e Francisco Melro) e uma terceira que acusava a direção de “centrismo” por conciliar com a linha de direita, e que tinha Martins Rodrigues como ideólogo. Esta última corrente adquiriu notoriedade na preparação do IV Congresso, como o atesta a *Tribuna do Congresso* respetiva. E viria a animar a terceira e última cisão, ocorrida em finais de 1984.

O contexto em 1981-82 não era já o mesmo do de 1978-79. A direita governava agora, apoiada numa maioria parlamentar; a revisão da Constituição em marcha aparecia aos olhos da UDP e do PCP como um vergonhoso atentado aos valores de Abril; a morte de Mehmet Shehu

---

<sup>52</sup> Melro, 2015: 553; Marques, 2015: 332-333; Costa, 2019: 185-186

<sup>53</sup> Como recorda José Manuel Correia (2008 [1999]), a destituição de Martins Rodrigues “era mais formal do que real, pois [fora colocado] na redação do órgão de imprensa e em comissões eventuais de apoio à direção do partido, especialmente constituídas ou alargadas para albergá-lo”, já que a direção “parecia não poder dispensar totalmente o seu conselho e colaboração”.

continuava a suscitar dúvidas aos partidos seguidores do PTA (cf. 2.4) e a emergência do sindicato Solidariedade, na Polónia, desafiando o Estado e o partido comunista, gerava reações desencontradas. O *BV* começara por saudar a revolta dos operários polacos quando, de repente, o PTA condenou o movimento, por estar a ser impulsionado pelo Vaticano e pelos EUA. “‘Tinham medo de que os operários albaneses fizessem o mesmo que os polacos’, comentámos, na altura, alguns de nós”, recorda Francisco Melro (2015: 551).

Com a passagem do tempo, a corrente encabeçada por Amadeu Ferreira e Francisco Melro acentuou a sua discordância com as orientações que estavam a ser seguidas. Na 3ª Conferência, em junho de 1981, as teses desta corrente seriam rejeitadas, sem que tivessem sido discutidas no partido, tendo Amadeu Ferreira sido afastado do Secretariado (Melro, 2015: 552). Este dirigente redigira um conjunto de textos expondo as suas divergências, e alguns dissidentes elaboraram documentos alternativos para o congresso, previsto para final de 1982. Tais documentos não foram publicados pela linha maioritária, levando a uma última tentativa de conciliação, sob a forma de um texto intitulado “É preciso salvar o partido” (“Dissidência”, 1982; Martins, 2015: 330). Concluindo não existirem “condições mínimas para lutar pelas suas posições”, esta corrente decidiu então sair (“Ele defende”, 1982). Fê-lo em 9 de agosto, após a abertura dos trabalhos do IV Congresso, quando o debate não tinha ainda começado na *Tribuna* (só no nº 2, datado de 30.08.1982, a discussão teria início). Em resposta, o Comité Executivo acusou os dissidentes de se terem esquivado ao debate, por saberem as suas posições derrotadas de antemão (“Reagir”, 1982).

Vejamos o que alegavam os dissidentes. Partindo quer da constatação das dificuldades enfrentadas em Portugal pelo PC(R), quer da situação atravessada por outros partidos M-L no mundo, com destaque para o albanês e o brasileiro – onde ocorrera uma cisão recente –, quer de “leituras e estudos menos ‘académicos’, do ponto de vista da militância comunista”, o grupo questionava: (1º) “o modelo de sociedade construída nos países ‘socialistas’”, onde se incluíam as experiências chinesa e albanesa, (2º) a própria conceção do partido político revolucionário e (3º) as orientações definidas pelo PC(R) para a intervenção política. Como afirmaria Amadeu Ferreira nas suas memórias, era preciso “construir um modelo completamente novo” (Martins, 2015: 330). Assim, considerando que o campo político PC(R) / UDP se estava a isolar perigosamente, estes militantes propunham o desenvolvimento de ações políticas que unissem “toda a gente contra a AD”. Isso passava por acordos eleitorais com o PCP<sup>54</sup>, mas também pela

---

<sup>54</sup> Essa procura de acordos pontuais com o PCP, tendo em vista as eleições, já tinha ocorrido em 1980 (cf. 2.5). Aparentemente, nos finais de 1981, quando as relações do Presidente da República, Ramalho Eanes, com o primeiro-ministro se degradam e se geram dúvidas acerca da durabilidade do governo da

criação de uma “corrente revolucionária mais ampla do que a UDP”, uma espécie de “reagrupamento da esquerda que não se reconhece no PS e no PCP”, e que agregasse ex-militantes do PRP<sup>55</sup>, MES, partidos trotskistas, independentes, ecologistas, pacifistas, jovens e mulheres. Se estas propostas eram de molde a gerar anticorpos no PC(R), a ideia de ações políticas práticas com os setores eanistas, contra o governo da AD, representava uma real linha vermelha (“Guerra”, 1982). De igual modo, a intenção de reformar substancialmente o PC(R) e as dúvidas lançadas sobre o modelo albanês e o PTA, eram de todo inaceitáveis. Referindo-se a estes tempos, Francisco Melro (2015: 552) assinala a formação no CC de “um movimento, de sobrevivência, maioritário (...), sobretudo quando a conceção centralizada de partido comunista, o modelo de sociedade e as posições do PTA começaram a ser questionadas.”

Numa extensa entrevista ao *Diário de Lisboa*, Amadeu Ferreira defendia a necessidade de se repensarem os partidos comunistas que, desde os anos 30, se vinham dogmatizando, “fechando, ultracentralizando, sufocando a democracia no seu seio.” Com isso, tinham vindo a gerar-se “goulags, elites, castas burocráticas, perfeitamente desfasadas dos anseios populares”. A repercussão dos acontecimentos na Polónia era aqui bem evidente. Um partido comunista, segundo o entrevistado, necessitava ser “fortemente disciplinado”, mas também “altamente democrático”, para que o debate pudesse “ser levado às últimas consequências”. Contra a deturpação estalinista (termo que, de resto, nunca é usado na entrevista a Manuel Anta) do partido, era necessário regressar às origens de Marx e de Lenine<sup>56</sup>. Pela mesma altura, também Francisco Melro (1982) publicava um artigo, no semanário *O Ponto*, em resposta às críticas de Martins Rodrigues, para quem os cisionistas se tinham colocado à margem da revolução. De acordo com Melro, era a corrente M-L, onde o PC(R) se inseria, que já pouco tinha a ver com o movimento revolucionário no mundo. Essa corrente vivia totalmente alheada do que se passava no Irão, Nicarágua, Palestina, Polónia ou Irlanda. A crise do mundo burguês colocava problemas teóricos e políticos que desafiavam os fundamentos em que assentara o corte dessa corrente com o revisionismo, há 25 anos. Desafios aos quais esses partidos não tinham sabido responder e por isso estavam a definhir por todo o mundo. Por essa razão, sair do PC(R) não era abandonar a revolução, mas antes rejeitar ficar preso a esquemas mentais, que levavam à condenação de “revoluções e movimentos progressistas” por fugirem ao controlo dos M-L, e à inútil espera de “movimentos operários ‘puros’”. Neste contexto, era necessário um estudo

---

AD, Amadeu Ferreira, terá entabulado conversações com dirigentes do PCP tendo em vista a criação de listas únicas em eventuais eleições. “Não chegámos a acordo, porque eles davam-nos um deputado que era o que já tínhamos e nós queríamos dois”. Cf. Martins, 2015: 330; Simões, 1982.

<sup>55</sup> Isabel do Carmo e Carlos Antunes, presos desde 1978, saíram em liberdade em 14.09.1982.

<sup>56</sup> Anta, 1982: 4; “UDP. Dirigentes”, 1982; Melro, 2015: 552-3; Martins, 2015: 330

aprofundado sobre as razões “que conduziram ao surgimento do capitalismo de Estado nos países em que os partidos comunistas tomaram o poder, compreender as razões da substituição do centralismo democrático pelo centralismo burocrático e os porquês da estagnação teórica no seio do MCI após a morte de Lenine.”

Desta cisão, que produziu no CC e nos CR's de Lisboa e de Coimbra um rombo provavelmente maior do que a de 1979, resultou a criação do Movimento Comunista Operário. No seu manifesto, datado de 19 de setembro (MCO, *Manifesto*, 1982), o grupo reivindicava-se da “doutrina revolucionária M-L”, afirmava lutar “contra a ascensão ao poder, após a revolução, de uma nova camada social, parasitária e exploradora”, como sucedera na URSS, sublinhava não haver comunismo “sem liberdade” e propunha-se “lutar pela unificação dos comunistas”. O movimento teria, porém, uma existência efémera. A ideia, escreve Francisco Melro (2015: 553) no seu texto evocativo de Amadeu Ferreira, era criar uma frente de intervenção com pés para andar, “como se comprovou posteriormente com o Bloco de Esquerda. Mas na altura, o sectarismo tolhia qualquer movimento sério no seio da extrema-esquerda.” No MCO confrontavam-se na verdade duas orientações: ou constituir um partido revolucionário, “em aproximação a ex-militantes do PRP”, ou avançar para “uma espécie de ‘frente de unidade popular’, que abranja vastos setores de opinião” (“Crise”, 1982; R. Rodrigues, 1982). O que parecia certo, contudo, é que com esta cisão, Francisco Martins Rodrigues via “reforçar substancialmente as suas posições” no partido, em cujo CC tinha “um dos seus grandes apoios – Manuel Raposo, que na prática é o diretor do *Bandeira Vermelha*” (R. Rodrigues, 1982).

A saída dos dissidentes, em agosto de 1982, na véspera da abertura dos debates para o IV Congresso, transformou a *Tribuna do Congresso* num palco para uma minoria combativa acusar o CC eleito de ter conciliado com os “direitistas” e passar a reclamar uma viragem à esquerda. Rapidamente, começaram a ser postas em causa as teses aprovadas nos congressos de 1977 e 1979, e pedida a divulgação interna de uma “carta” escrita por Martins Rodrigues ao CC, em abril de 1982. Nesse documento, defendia-se que o programa do 25 de Abril do Povo devia ser abandonado, por nele coexistirem dois caminhos divergentes: “o do proletariado revolucionário, impotente por ainda não se atrever a lutar pelo poder, e o da democracia pequeno burguesa, oportunista, sabotadora da revolução.” A novidade do discurso que a partir desta carta se começava a construir é que entendia o “direitismo” e a conciliação com ele como sintomas de um mal mais geral, remontando pelo menos ao II Congresso do partido, quando não, ao seu primeiro ano de existência. Essa conciliação cristalizara no partido, e “sobretudo na sua direção, uma corrente política oposta à hegemonia do proletariado, à aliança com os pobres do campo, ao caminho da revolução violenta”. A partir daí, o PCP(R) fora substituindo a ideia

da revolução proletária – que obrigatoriamente passava pela “insurreição popular, a conquista pela força do poder político [e] a destruição do aparelho de Estado burguês” – por “uma saída mais acessível, menos assustadora”. Semelhante orientação estava a “transformar o Partido, de estado-maior do proletariado para a revolução, em estado-maior das ‘forças populares’ para a democratização” (FM Rodrigues, 1982; FM Rodrigues, 1983b). Entrava assim em cena a palavra “centrismo”, definida como “a busca de uma linha de meio-termo entre os interesses revolucionários da classe operária e os interesses reformistas da pequena burguesia” (Rodrigues, 1986).

Depois das duas dissidências, que passariam à história do partido como “cisões de direita”, os “esquerdistas” – que mantiveram quase sempre uma atitude discreta, desde a 5ª RPACC, em maio de 1976, na qual Martins Rodrigues fora despromovido a militante de base (cf. 2.3) – sentiram que era chegado o momento de atuar. Recorde-se que Diógenes Arruda, que parece ter conseguido manter a coesão partidária no III Congresso, onde “deixou o seu testamento, falando durante cerca de quatro horas” (R. Rodrigues, 1982), morrera em novembro de 1979, após ter regressado ao Brasil. Recorde-se que a autocrítica aprovada neste congresso, centrando o seu fogo sobre os perigos do “direitismo”, não deixava de condenar as atitudes sectárias daqueles que queriam substituir o debate por sumárias expulsões administrativas.

O avolumar das críticas à direção e aos projetos de resolução para o IV Congresso, levou o CC a promover, em setembro de 1982, um conjunto de reuniões alargadas, donde resultou a produção e divulgação, em janeiro seguinte, de um conjunto de novas teses, em substituição das que estavam em debate (“Novas”, 1983). Tais projetos incorporavam algumas das ideias dos contestatários. Quando foram divulgados, Martins Rodrigues (1983b) felicitou-se por o partido ter traçado, “pela primeira vez... um plano para concentrar de facto forças na conquista da classe operária”. E apressou-se a declarar que as novas teses, reproduziam “o essencial das ideias da [sua]... carta de abril ao CC”. Com efeito, o IV Congresso abandonou definitivamente o programa do 25 de Abril do Povo. Todavia, as vozes contestatárias conseguiram eleger apenas um quinto dos delegados à assembleia máxima. Segundo declarava o próprio Martins Rodrigues (1986), as suas teses tinham triunfado devido a um “vazio momentâneo de autoridade” no CC. Por isso, na eleição do novo CC, a corrente contestatária ficou pouco representada. A maioria dos delegados optou por eleger um CC “de consenso”. Isso impediu que as orientações mais radicais fossem passadas à prática pela nova direção. Foi este o principal motivo da terceira e última cisão, em finais de 1984, embora o fiasco da coligação UDP-PSR pareça também ter contribuído para essa decisão (Mesquita, 2005: 50).

A cisão impulsionada por Martins Rodrigues (2004) teve menor amplitude do que as anteriores: “40 membros, 3 deles do CC eleito, 8 de comités regionais, a quase totalidade dos redatores do órgão central”. Mas captou pessoas que, entretanto, tinham abandonado o partido, como o primeiro diretor do BV, Manuel Monteiro. A Organização Comunista Política Operária, constituída na sequência da cisão, pretendia “criar um Partido Comunista como ainda não houve[ra] em Portugal.” Um partido que não ignorasse que “o outro lado do centralismo democrático, tão vital como o primeiro [era] a democracia interna” (Rodrigues, 1984). Basicamente, um partido em moldes leninistas, livre das deformações introduzidas na época de Stáline. A OCPO durou um pouco mais do que a Unidade Comunista ou o Movimento Comunista Operário, mas teve o mesmo destino do que ambos. Só a publicação da *Política Operária* – dirigida por Francisco Martins Rodrigues – se manteve até 2006.

O caminho que Martins Rodrigues começara a trilhar a partir de 1982 – e o levaria a abandonar o partido pelo qual tanto lutara – iria aprofundar-se após a sua saída. De certo modo, o “pai” da corrente M-L em Portugal viria a abandonar praticamente tudo que teorizara e defendera desde 1964 (Martins, 2008: Parte VII). Logo após a sua saída, reconhecia ter alinhado na “ideologia da fusão dos interesses do proletariado com a pequena burguesia” e apoiado ativamente Diógenes Arruda, até se aperceber “do caminho a que conduzia o partido, em 1979” (Rodrigues, 1984). Arruda era elevado agora a expoente da orientação “centrista” no PC(R), mas Martins Rodrigues ia mais longe. O “centrismo” estava afinal dentro da corrente M-L desde o momento da rutura com o “revisionismo soviético”. E isto porque o “centrismo” se tornara progressivamente a essência do MCI a partir dos anos 30. Mais precisamente, do VII Congresso da Internacional Comunista. Ou como escreveria no Manifesto para a organização por ele criada (Martins, 1985):

*“Os partidos comunistas da China e Albânia, incapazes de golpear o centrismo em que tinham sido moldados, recusaram a crítica ao passado numa série de questões decisivas que lhes tocavam de perto (causas da degenerescência da ditadura do proletariado na União Soviética, papel de Stáline e da repressão massiva por ele desencadeada, política das Frentes Populares em Espanha e França, dissolução da Internacional Comunista, teoria da Democracia Nova e da Democracia Popular, etc.). A tentativa de combater o revisionismo dos anos 60 a partir da plataforma centrista, semi-revisionista dos anos 30 originou, sob slogans marxistas-leninistas ortodoxos, uma corrente vacilante, enleada em contradições, sem estratégia nem tática coerentes, incapaz de responder às tarefas atuais da revolução. Os partidos ‘marxistas-leninistas’, ao esconder a sua confusão ideológica e vacilação política sob uma versão dogmatizada do marxismo e uma*



*deformação 'monolítica' do centralismo democrático, entraram em definhamento e perderam todo o poder de atração sobre o movimento operário.”*

Seis meses após a saída de Francisco Martins Rodrigues, outro fundador e dirigente do partido e chefe de redação do seu órgão central – Frederico Carvalho – abandonava com “estrondo” o PC(R) para aderir ao PCP. A passagem de militantes “maoístas” aos partidos pró-soviéticos não era comum, mas sucedeu algumas vezes<sup>57</sup>. Segundo a imprensa, Frederico Carvalho teria justificado a sua saída pelo facto de considerar ser a URSS a verdadeira pátria do socialismo e a cisão sino-soviética não ter passado de um logro. Este antigo dirigente, que começara por militar nos CCRML antes do 25 de Abril, elogiava agora Álvaro Cunhal, tendo a imprensa assinalado a amizade do seu pai com o carismático dirigente do PCP<sup>58</sup>. No processo do IV Congresso do PC(R), Frederico Carvalho e Francisco Martins Rodrigues teriam fortemente polemizado, tendo o segundo acusado o primeiro de defender uma linha de aproximação ao PCP (Gomes, 1985). Assim sendo, Francisco Martins Rodrigues iria reagir prontamente ao episódio, aproveitando para criticar a degenerescência do PC(R) e declarar que a saída de Frederico Carvalho não se devia a divergências com o partido, “mas tão-só por estar dois passos à sua frente”. Claro que a sugestão da morte do PC(R), veiculada por esta notícia do *Expresso*, escrita por um dos dissidentes de 1982 (Gomes, 1985), era tremendamente exagerada. Mas com a sua ida para o PCP, o antigo dirigente da ORPC-ML e membro do Secretariado do PC(R), entre 1979 e 1983, deixava no ar uma interrogação: continuaria esse partido a ter razão de existir?

Acompanhámos até aqui cada cisão na sua particularidade, devolvendo-a ao respetivo contexto. Veremos agora como, apesar das diferenças, elas possuíam traços em comum, embora quando chegam às mesmas conclusões o façam por vias distintas. Para começar, todas estão cientes de representar opiniões minoritárias dentro dos equilíbrios existentes no CC. Como seria expectável, todas acusam a direção do partido de impedir o debate de ideias. Mas se nenhuma repudia o centralismo democrático, todas defendem o regresso ao centralismo dos tempos de Lenine, desse modo pondo em causa a bolchevização dos partidos comunistas levada a efeito sob Stáline. O modelo do “partido leninista” definido por Stáline é um dos primeiros alvos das críticas, como igualmente as suas responsabilidades na burocratização do PCUS e da sociedade soviética. Já as críticas ao Goulag e às purgas estalinistas são menos audíveis, embora

---

<sup>57</sup> O caso mais celebre foi o de Jacques Grippa, que deu início ao movimento “maoísta”, ou “pró-chinês”, na Europa, em 1963, e que, no final da vida, após ter caído em desgraça junto de Pequim, se aproximou do Partido Comunista da Bélgica. Cf. Bourseiller, 2008: 50-53

<sup>58</sup> “Dirigente partidário”, 1985; “Dirigente do”, 1985; Gomes, 1985; Mesquita, 2005: 50.

estejam presentes. Se os partidos alinhados por Moscovo, após o XX Congresso do PCUS, há muito se tinham distanciado da herança de Stáline (cf. 1.1.), os dissidentes dos partidos M-L / Maoístas começavam a fazê-lo agora. De igual modo, todas as cisões põem em causa o PTA e o modelo de construção do socialismo na Albânia, que consideram enfermar dos mesmos vícios que corromperam a construção do socialismo na URSS e na RPC. As três cisões têm ainda uma visão crítica acerca do relacionamento entre o PCdoB e o PCP(R), equiparando-o a uma relação entre pai e filho, e não entre “partidos irmãos”. Por último, se todos estes militantes seguirão futuramente percursos políticos e intelectuais distintos, no momento da saída, os que decidem organizar-se propõem constituir-se em embrião de um partido comunista purificado dos desvios estalinistas. Em todos os casos, este projeto falhará. Este desejo é, todavia, interessante porque se compararmos as cisões do PCP(R) com as cisões do PCP após a queda do Muro de Berlim verificamos que a maior parte das segundas não têm a pretensão de criar uma organização comunista. A única exceção é o movimento Renovação Comunista, em 2002.

A primeira e a segunda cisões identificam o sectarismo como o principal problema do PCP(R) – que o conduzia a isolar-se das massas. Ambas defendem o estabelecimento de um conjunto amplo de alianças à esquerda, embora em molde distintos. Nestas dissidências e na reação do PCP(R) a elas adivinha-se o grande dilema em que sempre viveu o partido: como ocupar o lugar do PCP, quando a grande massa dos trabalhadores portugueses, nas fábricas e nos campos alentejanos, via o PCP como o seu partido? Já para a última cisão, as fraquezas do partido eram o resultado da implementação de políticas subordinando os interesses do proletariado aos da pequena-burguesia. A construção da frente não fazia por isso parte das suas preocupações. A apreciação do programa do 25 Abril do Povo, aprovado no II Congresso (cf. 2.4.), conduzia a dois juízos diametralmente opostos. Para uns, esse programa era demasiado "esquerdista" por esperar que a conjugação entre a radicalização da luta de massas e as dificuldades do "poder burguês", em se conseguir recompor, produzisse a reabertura de uma nova crise revolucionária. Esta via (crismada de “direita” na história do partido) apostava numa maior abertura a colaborações pontuais com o PCP, a alianças com outras forças da esquerda revolucionária, e no reforço da componente parlamentar. Para outros, o programa do 25 de Abril do Povo era demasiado "direitista" porque subordinava as bandeiras da classe operária aos interesses da pequena-burguesia. Esta via (crismada de “anarco-trotskista”, porque um partido leninista jamais poderia admitir uma cisão de “esquerda”. Lenine dissera mesmo: “À minha esquerda, ninguém”) colocava a prioridade nas lutas operárias e populares e defendia a hegemonia do proletariado na aliança contra o grande capital e o imperialismo.



No termo destas cisões, ganhou a perspectiva de que o programa traçado em 1977, e retificado em 1979, era desadequado às realidades dos anos 80. Mas isto não significava que muitas das posições sustentadas por Martins Rodrigues foram aceites pelo congresso, nomeadamente as teses sobre o “centrismo”. Apesar da pequena dimensão do grupo que cinde em 1984, o congresso seguinte considerou-o “como o mais perigoso e preparado inimigo do nosso Partido após a sua reconstrução” (*Tarefas*, 1986: 24). Por isso Carlos Marques, na entrevista a João Mesquita (2005: 51), afirmaria que após a saída de Martins Rodrigues, em finais de 1984, teve início a “rutura com a lógica dos puros, poucos e bons”. O partido adotou uma maior abertura à sociedade, visando uma divulgação ampla das suas posições, quer nos órgãos de comunicação, quer nos seminários da Associação 25 de Abril (*Tarefas*, 1986: 13). Adotou também uma atitude mais flexível na questão da funcionalização dos quadros e uma outra compreensão do papel da crítica e da autocritica na vida partidária (*Tarefas*, 1986: 18-19). Entretanto, nas eleições de 1985, a UDP estivera perto de eleger um deputado (cf. 2.5.). Embora, não o conseguindo, fosse continuando a perder audiência... O V Congresso do PC(R) ocupou-se extensivamente das deserções de Martins Rodrigues e de Frederico Carvalho, bem como dos ataques da burguesia e das diversas dissidências partidárias à Albânia e ao PTA, esse pilar da ditadura do proletariado, exemplo da única experiência de construção do socialismo que tinha dado certo. Com isto, o V Congresso ligava profundamente o destino do partido ao destino da Albânia...

### **3.2. – Os irreduzíveis marxistas**

A luta pela pureza ideológica foi sempre um dos pilares do PCP(R). Manter a ortodoxia Marxista-Leninista era uma prioridade e isso refletia-se na vivência do partido, especialmente em tudo o que se relacionava com a URSS. Aquando, por exemplo, da invasão do Afeganistão, o *Bandeira Vermelha* publicou vários textos. Logo a 10 de Janeiro de 1980 (“A invasão”, 1980), começa-se por contextualizar e sumarizar o conflito, para terminar apelando à revolta armada afegã contra o invasor soviético, à semelhança da insurgência iraniana. Sete dias depois (“Mentiras”, 1980), novo artigo é publicado atacando as reações dos campos “revisionistas” e, em particular, as posições do PCP no *Avante!*, ao mesmo tempo que o conflito é comparado com outras aventuras imperialistas do tempo. Um mês depois sai uma resolução do Secretariado do CC, intitulada “Retirada imediata das tropas da URSS do Afeganistão” (1980), onde a

invasão é veementemente condenada, afirmada a solidariedade com o povo afegão e denunciado o PCP pela sua postura pró-soviética. Essa resolução apela ainda aos membros do PCP, para que repudiem a posição oficial do seu partido, e saúda aqueles que no Conselho Português para a Paz e Cooperação (organização próxima do PCP) se recusaram a tomar partido pelos soviéticos.

Não admira, por isso, que a animosidade para com a URSS voltasse a ganhar honras de primeira página com a implementação das reformas políticas e económicas iniciadas por Gorbachev através da Glasnot e da Perestroika. Para os M-L, tais reformas eram consideradas o exemplo acabado de revisionismo, já que o seu objetivo último seria o completo retorno ao capitalismo. Logo em março de 1988, um artigo, na primeira página (“Perestroika: afinal”, 1988), aproxima a Perestroika do ideário de Tito, desse modo reforçando a natureza revisionista dessas reformas. Simultaneamente, Stáline é arvorado como um exemplo de verdadeira conduta M-L. Dois números depois, o *BV* traduz um artigo do *Zëri i Popullit*, também na primeira página (“Povos soviéticos”, 1988), onde se expõem os problemas sociais das várias nacionalidades na URSS e onde, mais uma vez, Stáline é “resgatado” como o dirigente da harmonia e concordância entre os povos soviéticos. No início de junho, é publicada uma declaração de Eduardo Pires, sob o título “Perestroika é a restauração completa e aberta do capitalismo na URSS” (1988). Nela se afirma que a Perestroika era de tal modo reformista que o PS estaria contente ao ver-se como parceiro privilegiado de uma URSS social-democrata, deixando para trás um PCP enfraquecido. Em termos comparativos, convém lembrar que só em julho de 1988, o órgão central do PCP principia a notar que nem tudo vai bem com as reformas soviéticas, mas só em março de 1989 o desconforto do partido de Álvaro Cunhal se torna evidente (Pinto, 2018: 38). Não era só ao PTA que o *BV* ia buscar materiais para compreender o que se passava na URSS. Aquando do VII Congresso do PCdoB, o jornal dedicava um suplemento ao conclave do “partido irmão”, quase todo preenchido por uma extensa análise à Perestroika feita por João Amazonas. Também o 1º secretário do PCdoB defendia que a Perestroika equivalia à restauração do capitalismo na União Soviética (“Capitalismo”, 1988).

É de salientar que ao longo dos vários números do *Bandeira Vermelha*, até ao seu final, em 1992, a Perestroika ocupará um lugar de destaque. Aos olhos do PC(R), a Perestroika era entendida como a etapa terminal do revisionismo, iniciado no XX Congresso do PCUS. Ainda em 1988, o jornal denunciava um teórico da Perestroika, autor de uma apologia sobre Salazar, facto onde o partido divisava mais uma prova de como a Perestroika era um ato malicioso (“Teórico”, 1988). No mesmo número relatavam-se os protestos operários na Jugoslávia, esclarecendo o *BV* não se tratar de uma crise do socialismo, como dizia a imprensa diária, mas

do revisionismo titista. Mais contundente, porém, era a reação do BV ao massacre da Praça de Tiananmen, em junho de 1989, descrito como uma “selvática chacina” e um “ato fascista dirigido pelo PCC”. O jornal culpava por este massacre a “Perestroika chinesa”, a qual, tal como as outras, estavam a ser “fortemente desejadas, apoiadas e fomentadas pelo reaganismo americano”. O artigo aproveitava ainda para aludir ao restabelecimento das relações entre o PCC e o PCP (“China: país”, 1989). Um ponto alto desta campanha anti-Perestroika será a publicação, pouco antes da queda do Muro de Berlim, de uma carta, escrita por uma professora soviética, denunciando o rumo antissocialista em curso no país, rejeitando Gorbachev e defendendo Stáline (“Vozes”, 1989).

Se demorei algum tempo a acompanhar a cobertura que o BV faz da Perestroika é porque, em comparação com ela, a queda do Muro de Berlim terá pouca presença. Convém, todavia, recordar que, a partir de março de 1989, a publicação do jornal se torna muito irregular. Cabe todavia destacar uma intervenção de Artur Andrade, militante do PC(R) eleito na lista da UDP na Assembleia Regional da Madeira. Ao apoiar o voto de congratulação, apresentado pelo PS, pela queda do Muro, o deputado da UDP afirma que o Muro, erguido em 1961, era produto do revisionismo pós-Stáline. Para Artur Andrade, a superioridade do socialismo era tal que não eram necessários muros porque os trabalhadores não queriam o capitalismo. A Albânia socialista era a prova disso mesmo. Teria sido a transformação dos países de Leste, em ditaduras de tipo social fascista, o motivo daquela medida de contenção (“PC(R) contra”, 1989). Por isso a UDP-Madeira saudava a queda do Muro de Berlim.

Depois deste evento – que marca o fim de uma era – verifica-se uma nova vaga de artigos em apoio da Albânia. Ainda no mês de novembro de 1989, ao mesmo tempo que o 45º aniversário da Libertação da Albânia é exaltado (“Albânia está”, 1989), analisam-se as alterações ocorridas no processo de desmantelamento do sistema comunista internacional, com especial destaque para a RDA (“Revisionismo”, 1989). No mês seguinte é publicado um suplemento sobre a situação no leste europeu, onde se escreve confiadamente que o socialismo continua vivo na Albânia (“Leste”, 1990). Um dos cabeçalhos deste suplemento é particularmente revelador: “Onde todos falharam, a Albânia venceu” (pág. 8). A insistência na ideia de que a Albânia socialista estava para durar e vencer passa a ser cada vez mais importante. É porém de assinalar que, em simultâneo, o PC(R) não deixa de considerar a desagregação da URSS como uma tragédia para o povo soviético. Em meados de 1990, são divulgados dois comunicados do CC do PTA, reconhecendo, um deles, a existência de contestações ao regime no seio do próprio PTA (“Dar mais vida”, 1990) e, o outro, relatando as reformas democráticas que o partido estava a implementar, e que seriam uma das exigências dos protestos em curso na

Albânia. A tônica geral é a de que existe grande confiança e total solidariedade internacionalista no prosseguimento de novos e maiores sucessos na via escolhida pelo povo para a construção do socialismo. No mesmo número é publicada uma declaração do Primeiro-Ministro, Ramiz Alia, onde se afirma que o processo de democratização do país não foi importado nem imposto, sendo, portanto, um processo genuinamente nascido do PTA e do povo (“Albânia, a diferença”, 1990).

Em finais de setembro de 1990, uma delegação do PC(R), chefiada por Eduardo Pires, visita durante três semanas a Albânia – seria a última visita. Esta delegação reuniu com diversos membros da direção do PTA. O tema do encontro foram as reformas em curso (Pires: 2023). Numa entrevista ao BV, em outubro, o 1º Secretário discorrerá sobre as inovações que estavam a ser introduzidas pelo PTA, sublinhando que na Albânia existia uma constante atenção aos erros cometidos pelos outros países socialistas, e garantindo que as reformas em curso nada tinham de comum com a Perestroika de Gorbachov. Eduardo Pires reconhece também estar-se perante uma derrota do socialismo, mas não de uma derrota final (“Albânia socialista”, 1990). Em todo o ano de 1990, verifica-se, com efeito, nas fileiras do PC(R), uma convicção em como o caso albanês era distinto dos outros regimes de Leste, que começavam a desmoronar-se. Esta percepção, que se recolhe da leitura do órgão oficial, é corroborada por Eduardo Pires (2023) quando lembra, na entrevista, que, no partido, “quando a Albânia cai, houve uma confusão geral porque nós tínhamos a ideia de que a Albânia ia resistir.”

Nos primeiros tempos, a mudança de regime na Albânia foi relativamente pacífica (se a compararmos com a da Roménia com o fuzilamento de Nicolau Ceausescu, em dezembro de 1989). Após sucessivas manifestações de estudantes em Tirana, o PTA anuncia, em 12 de dezembro de 1990, que o país iria adotar a democracia pluripartidária. Em 31 de março de 1991, nas primeiras eleições democráticas, o PTA sai vencedor, com 56% dos votos, obtendo uma votação expressiva nos meios rurais e no interior, mas perdendo para o Partido Democrático, em Tirana, Shkodër e Durrës. Com 169 dos 250 deputados da assembleia, o PTA vai trabalhar para uma nova Constituição, aprovada a 29 de abril de 1991. Eleito pelo parlamento como Presidente da República, Ramiz Alia renuncia ao cargo de 1º Secretário do PTA, no dia a seguir à tomada de posse (cf. Cronologia). O resultado das eleições de 31 de março mostrava contudo que a sociedade albanesa não ficara imune aos ventos que sopravam na Europa de Leste. Eduardo Pires (2023) recorda que, em 1990, a economia albanesa sofrera um corte súbito nas suas exportações para a Europa, em particular para a Europa do Leste com quem tinha importantes relações económicas. Também o capital ocidental passara a acorrer a estes países, que se encontravam em transição acelerada para a economia de mercado. É então que o

desemprego (até aí praticamente inexistente) atinge a Albânia em cheio, com fábricas a fechar e a pequena-burguesia a reagir contra o partido.

Mas o colapso do socialismo não se deveu apenas a fatores externos. No final de 1990, João Amazonas, recém-chegado de Tirana, na companhia de Renato Rabelo, reúne com o Secretariado do PC(R). As ocupações das embaixadas em Tirana haviam já principiado. No entender do Secretário-Geral do PCdoB, Ramiz Alia “estava a pôr os ovos em vários cestos” e “a Albânia estava perdida” (Pires, 2023). Amazonas trazia também outras ideias. Relativamente a Portugal, achava que o PC(R) se devia aliar “com quem se dizia comunista”. Mas Pires, com a memória do fiasco da coligação eleitoral com o PSR, em 1983, não achou isso boa ideia. Durante a mesma estadia em Lisboa, Amazonas reuniu com o PCP. Mais tarde, quando Álvaro Cunhal se deslocou ao Brasil, reuniu com o PCdoB e estabeleceram-se relações de amizade entre os dois partidos. Devagar, mas gradualmente, os M-L portugueses foram desaparecendo das relações do PCdoB (Pires, 2023).

Na primavera de 1991, ante a notícia de que o PTA se preparava para passar a partido social-democrata – o que veio a suceder no seu X e último Congresso –, o CC do PC(R) decide enviar o seu 1º Secretário a Paris, para se encontrar com Achile, comissário político do PTA na embaixada albanesa. Esse encontro, ocorrido em finais de maio, envolto num certo dramatismo, tornou claro que a Albânia iria mudar de rumo, com a passagem do PTA a partido social-democrata. Após o regresso de Pires a Portugal, começa a preparação da 7ª Conferência Nacional do partido, que iria ter lugar em finais de junho. Esta conferência enfrentou o momento mais difícil, até então, na história partidária. Coube-lhe oficializar o corte com o PTA, por lhe ser “impossível marchar lado a lado de quem tende a riscar do movimento [a] luta de classes” (“7ª Conferência”, 1991: 7). Em cima da mesa estavam três questões. Como explicar a degenerescência dos países socialistas, desde a URSS à Albânia? Como explicar que os M-L não tivessem visto o “tsunami” chegar? E qual era “viabilidade do socialismo?” A conferência debruçou-se ainda sobre a nova estratégia eleitoral do partido, que passava pelo acordo eleitoral PCP-UDP.

A primeira grande conclusão era a de que com a “viragem histórica” de 1957, “o socialismo e a revolução tinham entrado em plano descendente”. O processo de degenerescência, então iniciado na URSS, acabara de atingir a Albânia. O resultado fora a maior vitória da burguesia desde a Revolução Francesa – só que desta vez, em sentido inverso ao da revolução original (“7ª Conferência”, 1991: 3-4). Contra isto, a resistência albanesa e o “reagrupamento do movimento M-L” tinham-se revelado ineficazes. É verdade que a dado passo se refere que os males de que acabou por sucumbir a URSS já estavam em embrião nos

anos 30 (“7ª Conferência”, 1991: 10), mas é o XX Congresso do PCUS que continua a ser tido como o ponto de viragem por excelência, em linha com o que sempre defendera a dissidência M-L. O legado de Stáline não seria portanto beliscado nesta conferência, ao contrário do que tinha sucedido com as passadas cisões e ao arrepio da posterior evolução deste campo político. Um aspeto interessante é que o PC(R) reconhecia agora – pela primeira vez – que a URSS fazia falta aos equilíbrios internacionais, pois com o seu desaparecimento à vista, o imperialismo americano ficava sem contrapeso e os posicionamentos anti neocoloniais resultavam também enfraquecidos (“7ª Conferência”, 1991: 2-3).

O partido procura também retirar lições sobre as razões que o levaram a não avaliar os perigos de derrapagem do socialismo na Albânia. Reconhece que, na luta contra o revisionismo, ao divisar na Albânia o caminho a seguir, não prestou atenção aos problemas novos que se colocavam à construção do socialismo. Por isso, tanto recolheu o que estava certo, como “o que estava errado ou ultrapassado” (“7ª Conferência”, 1991: 7-8). Os problemas que tinham feito degenerar a União Soviética eram, essencialmente, três. Estavam contidos nas relações de produção, nas formas do Estado socialista e no papel do PCUS na sociedade. A excessiva centralização da economia, justificável em dados períodos, tinha acabado por ser transposta para o Estado e para o partido e de uma forma permanente. Em resultado, as massas foram afastadas do processo de construção do socialismo. No topo instalara-se o burocratismo, na base, o indiferentismo e a abstenção. A estagnação da sociedade soviética fora consequência das duas (“7ª Conferência”, 1991: 10).

Também o PTA, na construção do socialismo fizera avançar as relações de produção mais depressa do que as forças produtivas aconselhariam, em ordem a preservar a harmonia social. Nos campos, por exemplo, avançou-se com a concentração do gado em cooperativas, visando acabar com os quintais privados, mas o resultado foi a quebra da produção leiteira e o surgimento do descontentamento nas cidades e nos campos (“7ª Conferência”, 1991: 9). Refletindo sobre o assunto, em entrevista, Eduardo Pires (2023) retornaria ao tema: a transformação socialista não pode ser regida pelo estádio aonde se pretende chegar, tem de atender ao estado de consciência e às necessidades das massas. Na Albânia, “o leque salarial que era o mais curto do mundo, convivia com técnicas e tecnologias ainda muito atrasadas. Isso significava relações de produção muito avançadas e forças produtivas atrasadas, com tendência para o seu pouco desenvolvimento. O incentivo de cada um ganhar segundo o seu trabalho é substituído pouco a pouco pelo indiferentismo fatal para o desenvolvimento da economia de transição socialista”. Para Eduardo Pires (2023), “relações de produção muito avançadas e forças produtivas muito atrasadas provocam indiferentismo em relação ao desenvolvimento



económico do socialismo". Por outro lado, a partir do momento em que a pequena-burguesia não pode formar partidos, não se sente com voz, pelo que se desinteressa do processo revolucionário. Também o partido único, não sendo contrariado por outras visões, não tendo de conquistar as massas para as suas ideias, cai numa rotina apática. Como já a 7ª Conferência (1991: 12) tinha assinalado, o PTA, fundindo-se com o Estado, colocou-se acima dele: “Quem transmitia as diretivas era o bureau político diretamente ao Conselho de Ministros. A Assembleia Popular transformava-se assim num órgão formal”. Eduardo Pires (2023) divisa mesmo aqui “uma lei da contrarrevolução nas sociedades socialistas”, a qual se manifestou na URSS como na República Popular Socialista da Albânia. Já em 1991 tinha afirmado que a ideia corrente de que os “regimes socialistas só poderiam ser edificados com um partido único” era “um desvio, um absurdo na construção do socialismo” (“Eduardo Pires”, 1991). A última conclusão da primeira resolução desta 7ª Conferência era a de que a centralização e o dogmatismo, conquistando aos poucos o partido, tinham reduzido o centralismo-democrático à “subordinação da minoria à maioria e dos órgãos internos aos superiores” (“7ª Conferência”, 1991: 12). Recorde-se que esta era uma das principais críticas de todos os dissidentes...

Procurando evitar sucumbir aos erros que tinham levado à degeneração dos países revisionistas, o PTA lançara-se a uma conjunto de reformas durante o ano de 1990. A introdução do pluripartidarismo fora já uma medida de último recurso. Mas as mudanças tinham começado tarde demais. Assim, a Albânia acabou por ser arrastada pela omnipresença da situação internacional. A segunda resolução importante da 7ª Conferência, explica a mudança de atitude do partido ante coligações com o PCP. É verdade que, já em 1980, o PCP(R) lançara a ideia de um entendimento entre os partidos de esquerda, com vista a maximizar a representação deles no futuro parlamento e assim bater a direita (cf. 2.5.). A essa ideia, o PCP contrapôs a oferta aos democrata-populares de três lugares elegíveis nas listas da APU, o que implicava o silenciamento da UDP durante a campanha, pelo que não foi aceite. Agora o PC(R) partia de uma análise distinta. Com a irreversível derrocada da URSS, o PCP não podia mais contar com o apoio daquela superpotência na sua estratégia local. Esta passava a depender da relação de classes em Portugal. Num contexto onde os ideias do comunismo conheciam momentos muito difíceis, se o PC(R) queria ter uma tática de alianças, o aliado mais próximo era o PCP (“7ª Conferência”, 1991: 14). Este partido, recorda Pires (2023), era uma organização burocrática, baseada na aristocracia operária, mas tinha uma grande influência na classe operária. O PC(R) decide então avançar para conversações com o PCP, propondo uma coligação PCP-UDP-MDP para as legislativas de outubro. Contudo, Álvaro Cunhal recusa essa proposta, pelo que o PC(R) se vê na contingência de aceitar integrar Mário Tomé nas listas da

CDU. Semanas antes da 7ª Conferência, Eduardo Pires dava uma entrevista ao *Expresso* (“Eduardo Pires”, 1991), em que explicava que a mudança de orientação do PC(R) face ao PCP se devia ao facto de este ter mudado muito. Pires admitia mesmo que uma fusão entre os dois partidos era admissível: “Houve uma cisão [em 1964], teoricamente pode admitir-se que possa haver uma fusão. Isso depende.” Na sua habitual coluna “Quente & Frio”, na mesma página, Joaquim Vieira fazia porém notar que, para Cunhal, quem tinha mudado não fora o PCP, mas sim a URSS. “E foi, também, e muito, a própria UDP.”

A partir desta conferência, o PC(R) começa a preparar o seu VI e último congresso. No livro daí resultante – *Num Mundo em Mudança o Socialismo é Mais Necessário* (1992) – diz-se que os debates preparatórios foram muito agitados. Infelizmente, a *Tribuna do Congresso* relativa a esta assembleia não se encontra no domínio público, ao contrário de todas as anteriores, que podem ser consultadas na Hemeroteca de Lisboa. O VI Congresso vai procurar resolver um problema que se vinha agravando desde o IV Congresso, de 1983. O número de militantes era pouco para manter em funcionamento dois partidos. Assim, o congresso decide-se pelo abandono do estatuto jurídico de partido, o qual passa, praticamente intato, à associação política Comunistas pela Democracia e o Progresso (CDP). Do partido, mantém-se o CC (que se passa a designar Direção Nacional), o Comité Executivo e o Secretariado, apenas mudando as designações dos Comités Regionais existentes. Mantém-se o Marxismo-Leninismo e o centralismo democrático, assim como *A Internacional*, como hino. Quanto aos militantes M-L passam a desenvolver integralmente a sua atividade na UDP. O símbolo da force e o martelo é substituído por uma estrela de cinco pontas e o *Bandeira Vermelha* termina oficialmente a sua publicação no nº 702. Para além da grande mudança aqui operada, o congresso traz também reflexões sobre a natureza ideológica da sua luta e sobre o seu futuro.

No plano internacional, decide-se abandonar a designação “revisionista” para referir o regime soviético, considerando tratar-se de um abstracionismo desnecessário (*Num Mundo*, 1992: 19). É debatido o uso do termo “comunismo reacionário”, mas é descartado, devido às suas conotações autoritárias, reservando-se o termo “falso comunismo” para denotar os projetos falhados (*idem*). Acerca da Albânia, é rejeitada a ideia de que as convulsões albanesas tenham tido apenas uma origem reacionária, reconhecendo-se que o descontentamento popular com as condições sociais existentes tinha uma razão de ser. Culpa-se então o do PTA – agora PSA – por ter sido demasiado subserviente com os interesses estrangeiros, que agora se revelavam (*Num Mundo*, 1992: 51-52). Numa linha já esboçada pela 7ª Conferência, defende-se que um dos maiores erros do partido foi não ter ajustado a sua perspectiva relativamente ao que de facto se passava nos países do bloco socialista, como nos países “revisionistas”. Para a Albânia teria



sido transportadas demasiado mecanicamente as ideias do socialismo, não tendo em conta as condições materiais, sociais e de posicionamento ideológico do país. Esta aplicação mecanicista viria a revelar as suas limitações e, por fim, a ditar a sua queda (*Num Mundo*, 1992: 53-54). A própria designação adotada para a associação mostra como é dada maior ênfase à democratização e ao progresso no ideário socialista (*Num Mundo*, 1992: 93-94). Sem democracia não podia haver socialismo.

A década de 90 foi tenebrosa para os comunistas de todo o mundo. Após 1991, com a sucessiva queda do “socialismo real” na Europa de Leste e a dissolução da URSS, os ideias comunistas encontravam-se por todo o lado na defensiva, com exceção da Ásia. Obras como *O Livro Negro do Comunismo* (1997), o *Arquipélago do Gulag* (cuja edição original datava, porém, a 1973), ou *Os Cisnes Selvagens* (1991) tornaram-se narrativas muito populares, originando uma enorme vaga de repúdio pelo comunismo. Antigos militantes comunistas, como François Furet (1995), ou maoístas, como Stéphane Courtois (2009), editavam obras coletivas sobre “os crimes do comunismo”, publicavam ensaios denunciando esta ideologia como uma enorme ilusão, ou refletiam sobre a coexistência de uma “memória positiva” do comunismo, na Europa Ocidental, com uma “memória trágica”, na de Leste. Com efeito, os partidos comunistas de Leste raramente sobreviveram ao biénio 1989-90, mudando quase todos de designação ou simplesmente desaparecendo – quer por vontade própria, quer por terem sido ilegalizados. Também no então designado “Primeiro Mundo”, vários partidos desapareceram, como o Partido Comunista de Itália ou o Partido Comunista da Austrália. Esta atmosfera pesou muito em Portugal, em particular nos primeiros anos da década. As seguintes palavras da intervenção de uma delegada madeirense, no XII Congresso da UDP, são bastante elucidativas disso: “Hoje, quem é que vai falar de Socialismo? O povo ri-se de nós” (Moral, 1992).

O IX Congresso da UDP, realizado alguns meses depois da passagem do PC(R) a associação política, é também o primeiro após a queda do Muro de Berlim, a derrocada das experiências do “socialismo real” e o fim da Albânia socialista. É um congresso claramente na defensiva. O projeto da UDP deixa de passar pela defesa da “democracia popular” para se centrar na luta pela “democracia solidária”<sup>59</sup>. Este conceito permitia à UDP distinguir-se da “democracia formal”, materializada na Constituição – que ela continuava a defender, sem deixar de recordar contudo que o povo poderia vir a materializar “formas superiores de regime democrático”. Mas essa luta por um “regime de democracia superior em que seja o povo quem

---

<sup>59</sup> Esta mudança não escapou à imprensa que acompanhou os trabalhos, donde resultaram títulos como “UDP veste-se de UDS” ou “UPD 'lights’”. A própria realização do congresso num hotel de cinco estrelas, e não mais num auditório público, foi também comentada. Cf. “Congresso”, 1992.

mais ordena” resumia-se afinal à luta pela Liberdade, o Bem-Estar e a Independência Nacional. Só neste último ponto apareciam as habituais bandeiras deste campo político, em clara oposição ao status quo, como “a primazia da Assembleia da República” sobre as instituições da Comunidade Europeia, a “exclusão de blocos militares internacionais” ou a “saída de bases militares estrangeiras” do país (*Democracia*, 1993: 15-17). Por isso, no congresso realizado três anos depois, a assembleia de 1992 irá ser criticada por não ter aprofundado o projeto de mudança da UDP, acarretando a sua “descaraterização ideológica” e deixando sem resposta as “grandes interrogações que naturalmente invadiram os membros da UDP sobre o socialismo” (*Política*, 1995: 18-19). Interrogações que eram também a dos militantes comunistas na CDP. A perguntas como “que ideologia? que Partido? que revolução? que socialismo? que luta?” só o X Congresso da UDP, em 1994, irá começar a responder. Já o XI Congresso, no ano seguinte, irá procurar colmatar o enorme “défice de debate ideológico”, particularmente acerca do ideal comunista, e responder à “profunda crise da ciência M-L” (*Esquerda*, 1996: 3, 26).

O XI Congresso, em 1995, reconhece que, entre 1991 e 1993, o PC(R)/UDP tinham estado mergulhados numa profunda crise. Embora os comunistas tivessem denunciado a Perestroika e Gorbatchov, não tinham “explicações consistentes sobre a capitulação da Albânia”. Quer na campanha presidencial de Carlos Marques – sob o lema “A coragem de ser solidário” –, quer nas legislativas do mesmo ano de 1991, o partido ficara na defensiva, sem qualquer propaganda do ideal socialista. Tanto no PC(R), como na UDP, “a dissolução por desmobilização, que já vinha de trás, acelerou-se a alta velocidade”. Procurando estancar essa sangria e “resolver a contradição PCR/UDP”, foi criada, em 1992, a CDP, e integrada na UDP. Mas, de acordo com as conclusões do congresso de 1995, o quadro agravou-se. Em junho de 1993, o Secretariado da CDP “entra em crise total... uma crise de identidade”. E são eleitos outro Secretariado e outro 1º-secretário, que será Luís Fazenda.

Durante 1994, a CDP realiza dois congressos. Neles é analisada a nova situação internacional, saída do triénio 1989-91, assim como as implicações, para Portugal, do aprofundamento da integração europeia. Segundo a CDP, Portugal deixara de ser um “país dependente e subalterno”, para passar a ser “uma ‘região’ do imperialismo europeu, que avança sob a capa da EU”. Afirmando então que o “renascimento do socialismo tem de assentar no combate à mundialização do capital, ao neoliberalismo e às novas formas” do imperialismo, os comunistas vão reconhecer que a vitória do socialismo em Portugal tem de se ligar “a uma vitória internacional do proletariado, pelo menos à escala da Península Ibérica, para a qual é decisiva a solidariedade do proletariado francês, alemão e inglês, entre outros” (*Esquerda*, 1996: 9, 12, 20, 24-26). O último programa do PC(R), de 1986, é deste modo criticado por

assentar na ideia de revolução feita “isoladamente e muito apoiada no exemplo albanês do ‘apoio nas próprias forças’ levado ao extremo”. A entrada na CEE, verificada em 1986, deslocara o quadro da revolução num só país para a “interligação das revoluções socialistas na Europa” (*Política*, 1995: 22-23; *Esquerda*, 1996: 24). A postura do PC(R) em relação à Albânia é também criticada. Ao contrapor ao modelo soviético o socialismo albanês, sem compreender que “a contrarrevolução revisionista na URSS (...) tinha sido incubada pela burocratização do socialismo”, o partido não compreendia que a pequena Albânia sofria também dos mesmos males. Por isso, reconhecia-se agora, a propaganda da Albânia “já não atraía vanguarda nem na juventude, nem na intelectualidade e muito menos no operariado” (*Esquerda*, 1996: 23-24).

No II Congresso da CDP, em novembro de 1994, são lançados os fundamentos da fusão entre a CDP e a UDP. Essa fusão irá ter lugar após o X Congresso da UDP, em fevereiro de 1995, ter adotado os “princípios do socialismo científico de Marx e Lenine e normas de organização de um partido de classe, de massas, estruturado pelo centralismo democrático” (*Projeto*, 1995).

Tanto os dois congressos da CDP, como o X Congresso da UDP, vão procurar explicar a derrocada do “socialismo real” no Leste europeu e na Albânia socialista – “referência original e permanente da nossa corrente”. Concluem então que estas sociedades falharam porque “o poder dos trabalhadores” foi substituído pelo poder de “uma nova burguesia burocrática” que as levou à “estagnação económica” e à “restrição dos direitos individuais e da participação dos cidadãos”. O legado de Stáline e de Hoxha começa assim a ser reavaliado. No II Congresso da CDP criticam-se os “erros da União Soviética no tempo de Stáline, que se vieram a transportar para a Albânia, e que criaram as condições internas de burocratização para os golpes dos oportunistas do tipo de Kruschov ou Ramiz Alia”. Os erros de Hoxha são também apontados. A nova UDP partia assim armada para enfrentar um contexto hostil a todas as experiências socialistas. E procurava reafirmar a diferença entre o seu projeto e o projeto do PCP: “o socialismo que defendemos é democracia do povo, é uma sociedade que caminha para a extinção do Estado” (*Política*, 1995: 19-20; *Esquerda*, 1996: 26). Todavia, numa época onde abundavam os títulos da literatura de denúncia dos “crimes do comunismo”, este assunto será completamente esquivado.

O X Congresso da UDP, em fevereiro de 1995, foi o congresso da fusão da CDP com a UDP, definidas como “duas organizações separadas artificialmente”. Coube-lhe assumir a UDP, como “partido revolucionário de ideal comunista”, configurando-a “como um partido de classe orientado para a tomada do poder pelo proletariado através da revolução social e política”. O objetivo dessa revolução era a “construção do socialismo, entendido como

sociedade de transição para... a sociedade sem classes.” (*Esquerda*, 1996: 3, 20). Nesta espécie de “UDP-ML” passava a vigorar o centralismo democrático, onde a “liberdade de opinião nos coletivos, assembleias e jornais”, coexistia com o dever de aplicação das resoluções emanadas superiormente e onde a “existência de tendências” não era admitida. Também o hino “A Internacional”, afastado pela UDP em 1976, pelo seu caráter “esquerdista” num partido democrata-popular (cf. 2.5.), voltava a ser adotado (*Política*, 1995: 25-27, 33, 35). Consumada a fusão, o “nosso Partido (UDP-PCR)” deparava-se agora com uma situação jamais vivida. Todos os membros da UDP e da CDP tinham transitado para a nova formação. Apesar disto, os primeiros, ao contrário dos segundos, “não tinham uma participação organizada na atividade política”. Era necessário dignificar portanto o “militante”, distinguindo-o do simples “filiado”, que apenas assegurava a existência institucional do partido (o mínimo eram 4.000 inscritos) e se reconhecia nos seus programa e estatutos (*Esquerda*, 1996: 22, 33). Esta UDP “a duas velocidades” (expressão minha) não era afinal muito diferente do que ela sempre fora desde 1975: um núcleo de militantes M-L e um pequeno conjunto de democratas-populares dinamizando toda a atividade, rodeados por uma massa de aderentes, mobilizados pontualmente para comícios e campanhas.

As orientações adotadas pela UDP, a partir de 1995/96, eram o prolongamento da reflexão iniciada na 7ª Conferência do PC(R), quando o partido rompera com o PTA. Continuava-se a examinar o fracasso das experiências do chamado “socialismo real”, englobando a URSS, a Europa do Leste e a Albânia, agora sem qualquer distinção. A experiência chinesa não merecia grandes considerações, para além de se recordar que também ela degenerara, pelas mesmas razões, e “após a morte de Mao-Tsé-Tung” (*Esquerda*, 1996: 13). Isto representava um afastamento das teses de Enver Hoxha (cf. 2.4). Basta recordar, que quando o BV condenou, em 1989, o Massacre de Tiananmen, o período anterior a 1976 não ficara isento de críticas. Recorrendo ao *Imperialismo e a Revolução*, o “pensamento Mao Tsé Tung” era então descrito como “um sistema de ideias eclético e antimarxista que se opõe à conceção leninista de partido, à hegemonia do proletariado e à teoria M-L da revolução” (“De Mao”, 1989).

Em 1995, a UDP continuava a lutar pelo “poder popular”, pelo socialismo, pela ditadura do proletariado e pela “hegemonia do proletariado com a direção do Partido Comunista”. Mas as inovações não tardavam a aparecer. (1ª) A conquista desse poder popular seria “obra da força do povo”. Mas, se esta se mantinha no enquadramento nacional, encontrava-se interdependente “da luta dos povos europeus”, como já assinalámos. (2ª) O exercício desse poder passava pela eleição de uma Assembleia Constituinte, donde resultaria uma Constituição consagrando “as

conquistas económico-sociais do socialismo”, um “estado de direito socialista”, as liberdades individuais e o “direito eleitoral multipartidário”. No socialismo futuro, todos os partidos seriam bem-vindos desde que respeitassem a Constituição. Esta não devia, sequer, impor a “hegemonia do partido revolucionário de vanguarda”. O partido teria de justificar através das eleições, na disputa com os outros partidos, o seu papel condutor. E com o pensamento posto nas lições colhidas no fracasso da experiência albanesa, em que o PTA era acusado de ter acelerado o processo de transição para além dos limites adequados à harmonia social, escrevia-se que a “defesa dos interesses futuros do proletariado não pode ser feita contra a vontade imediata do proletariado e dos seus aliados” (*Esquerda*, 1996: 14-15). Algumas destas ideias estavam em germinação desde a 7ª e última conferência do PC(R). Outras eram uma inovação.

Todavia, a UDP iria registar nas eleições seguintes os piores resultados da sua história. Segundo o XI Congresso, o partido pagara aí “a fatura da crise do socialismo, das dúvidas no seu posicionamento revolucionário, do seu desligamento da juventude, do apagamento e desmobilização do Partido” (*Esquerda*, 1996: 26). Contudo, a “crise do socialismo” não parece ter afetado nem o PSR que registou nesse ano o seu segundo resultado mais elevado, nem o MRPP, que registou o terceiro melhor, até então. Quanto ao PCP, praticamente segurou os resultados de 1991 (cf. Tabela 2). É porém, possível que a diluição da UDP nas listas da CDU, em 1991, tivesse prejudicado o “posicionamento revolucionário” do partido – tal como tinha sucedido em 1983. As eleições de 1995 iriam ser as últimas a que a UDP se apresentou sozinha. Em entrevista, Eduardo Pires (2023) achou que o caminho para a diluição da UDP, naquilo que viria a ser o Bloco de Esquerda, parece ter começado após o IX Congresso do PCdoB, em 1997, onde Luís Fazenda e Mário Tomé estiveram a representar os M-L portugueses. É verdade que o partido brasileiro defendia então terem as ideias socialistas entrado numa fase “defensiva estratégica”, sendo necessária a acumulação de forças antes de se avançar para uma etapa ofensiva. O lema do congresso dos comunistas brasileiros era exatamente “União do povo contra o neoliberalismo”. Pires (2023) é da opinião de que a hipótese, levantada por Amazonas, em 1990, em Lisboa, de ser necessário “formar um partido que unisse todos os que se reivindicassem do comunismo, no quadro da maior crise da corrente M-L de todo o século XX”, começou a materializar-se cerca de oito anos depois. E aqui está claramente a pensar na proposta, avançada pela UDP, da formação de um novo partido, que viria a ser o BE. Sendo este partido uma união de organizações que se diziam comunistas (e/ou marxistas), não era, porém, um partido comunista, como era a UDP. Tal política, segundo Pires (2023), “levou à liquidação do partido comunista”, ao mesmo tempo que esvaziou “a UDP de qualquer acção política.” Esta mudança dataria do IX Congresso do PCdoB, onde a UDP esteve representada

por Luís Fazenda. Começa então, segundo o antigo dirigente do PCP-R, "o período da lenta degradação e liquidação da UDP. O que é certo é que pelos finais de 1998, UDP e PSR compreenderam que a representação política, nos parlamentos nacional e europeu, lhe estava praticamente vedada. Decidiram então, em conjunto com a Política XXI, dar um passo em direção à criação de um novo partido, capaz de se “tornar uma força política com expressão eleitoral” (Dinis, 2014). O Bloco de Esquerda iria eleger dois deputados em 1999 e três nas eleições antecipadas de 2002. Convergindo no Bloco, UDP e PSR mantiveram, contudo, a sua existência enquanto partidos.

No seu XVI Congresso, em 2002, a UDP irá reformular-se mais uma vez. Afirmando-se “uma tendência política e ideológica” no seio do BE, ela apresenta-se como “um pequeno partido ideológico de vanguarda”, que visa organizar “a nova vanguarda comunista”, e simultaneamente ser “uma base para a construção em Portugal de um grande partido de trabalhadores”. Reivindicando-se das ideias de Marx e de Lenine, a UDP considera que o marxismo tem estado a ser bloqueado pelo dogmatismo. O que se reflete na conceção de partido. No contexto das profundas transformações na composição das sociedades, o “partido proletário tem de ser um partido de trabalhadores”, caracterizados por viver do seu trabalho e não possuir propriedade<sup>60</sup>. O critério para definir o universo que a UDP tem por alvo é “o lugar ocupado na produção, se detém ou não capital, se desempenham funções de chefia e confiança direta do patronato”, isto é, se fazem parte do “aparelho parasitário de enquadramento, controle e repressão dos trabalhadores” – era a consagrada tese da identificação dos “revisionistas” com a aristocracia operária (Cf. 2.2). Quanto à organização partidária, o XVI Congresso sustenta que o centralismo democrático, inventado por Lenine, foi alterado por Stáline, durante o V Congresso da Internacional Comunista. Assim, a organização da UDP passa a assentar no “acatamento das decisões da maioria e no respeito pela(s) minoria(s)”. A estas não será mais exigida uma aplicação entusiasta das decisões maioritárias, comprometendo-se apenas a “não atacar publicamente a posição oficial do partido.” Era o fim do centralismo democrático – conservado, até hoje, pelo PCP nos seus estatutos (*Estatutos*, art.º 16º). Neste quadro, o PC(R) é criticado por ter elegido Stáline “como bandeira de demarcação do revisionismo moderno. Condenar a deturpação estalinista do pensamento de Lenine é absolutamente necessário”. Uma última mudança respeitava ao juízo acerca da cisão sino-soviética, de que a UDP – via grupos M-L – era originária. Essa cisão “traduziu, para todo o mundo, uma crise no comunismo e no

---

<sup>60</sup> Em Portugal, o setor primário passou de 50% na década de 50, para 33,0% no Censo de 1971, 10,7% no de 1991 e 12,5% segundo dados de 2002. Ao mesmo tempo, o setor terciário passou de 26% para 33,8%, depois 51,3% e finalmente 53,9%. Cf. *Marx*, 2004: II

marxismo”, de que resultou a “proliferação de partidos, grupos e seitas”. Provava-se hoje que “nenhuma resposta foi acertada”. Sobretudo, a cisão não correspondeu aos interesses do proletariado, mas “aos interesses das nomenklaturas dirigentes nos diferentes países”, já transformadas “em nova classe burguesa, pela posse do poder de Estado fundido e dominado pelo Partido Comunista” (*Marx*, 2004: II). A rutura com o legado ideológico e político do PCP(R) estava consumada.

No congresso seguinte, a UDP decidiu a sua transformação em associação política, com apenas duas abstenções. A nova lei dos partidos determinava a extinção daqueles que estivessem mais de seis anos sem concorrer a eleições (“XVII congresso”, 2005). A dinâmica criada pelo BE matara o partido UDP





## Conclusão

Fundado no final de 1975, o PCP(R) foi um partido de extrema-esquerda, M-L, só brevemente tocado pelo maoísmo, e que poderia também corretamente chamar-se neo-estalinista e hoxhaísta. De facto, o legado de Stáline continuou a ser reverenciado até à dissolução do partido, o mesmo sucedendo com o de Hoxha. Outra fonte muito importante na construção da utensilagem política do partido (mas presente no movimento M-L em Portugal, desde a FAP/CMLP) foi o dimitrovismo, patente sobretudo na importância concedida à criação de uma frente popular enquanto instrumento indispensável para mobilizar as amplas massas para a tomada do poder e depois para a construção da sociedade socialista. Tudo isto não deve, porém, escamotear o facto de que foram sobretudo os escritos de Lenine que forneceram tanto o modelo de partido como o modelo de revolução. Quando muito, os dissidentes sustentaram – e a história final do partido veio dar-lhes razão – que o modelo organizativo seguido, debaixo do rótulo leninista, fora, de facto, concebido nos tempos de Stáline.

Durante a sua existência, o PCP(R) manteve intactas as seguintes crenças. (1<sup>a</sup>) A de que era o representante da vanguarda do proletariado, entendida como a única classe decididamente revolucionária até ao fim. Daí a ênfase colocada em assegurar maiorias operárias no CC, à frente dos Comités Regionais e nos Congressos. (2<sup>a</sup>) A de que o partido consubstanciava uma elite revolucionária, cuja dedicação à causa implicava, se necessário, o sacrifício da própria vida. Daí a centralidade da questão do “bom porte” na cadeia. (3<sup>a</sup>) A de que o centralismo democrático era a trave-mestra na construção e manutenção de um partido revolucionário e disciplinado. Embora todas as cisões que sacudiram o partido fossem acusadas de ter violado o centralismo democrático – nomeadamente, através da constituição de facções – nenhuma delas pôs em causa o princípio leninista, antes dirigiram as suas críticas contra o deturpação estalinista desse princípio. (4<sup>a</sup>) A de que a missão do partido era a de conduzir a classe operária, arrastando atrás de si as grandes massas do campesinato e dos trabalhadores urbanos pobres, à conquista do poder de Estado por meios violentos. Daí que o partido, pelo menos, nos primeiros 9-10 anos de existência, desprezasse a democracia “burguesa”, embora procurasse extrair dela todos os benefícios de uma representação parlamentar.

Estas crenças eram também perfilhadas pelo PCP, sobretudo as três primeiras, já que o PCP se acomodou mais depressa do que o PCP(R) à democracia parlamentar. Mas o facto de partilhar com o PCP as mesmas crenças, foi uma fonte de crescente ansiedade para o jovem partido. Por um lado, ele precisava subtrair aos “revisionistas” a vanguarda do proletariado; por outro, para o fazer, tinha de se mostrar inflexível no combate ideológico e prático ao

“revisionismo”, em geral, e aos dirigentes “revisionistas”, em particular. As duas primeiras cisões do PCP(R) tiveram exatamente por base a tensão entre uma minoria, que pretendia uma aproximação ao PCP, como forma de cumprir essa tarefa, e a maioria, que receava que uma tal aproximação tática colocasse em risco a pureza doutrinária. Na base da última cisão estiveram razões distintas, conquanto o anseio da pureza doutrinária fosse idêntico, se não, mais intenso. Note-se, por último, que todas as cisões deram origem a movimentos que pretendiam o regresso à autenticidade do leninismo e, nas suas fases iniciais, aspirando mesmo a constituir-se em embrião de um futuro verdadeiro partido comunista. Este é um dos traços que distingue a história do PCP(R) da do PCP, onde apenas a última cisão – a Renovação Comunista – se manteve fiel à matriz comunista.

Na existência do PCP(R) podemos distinguir quatro fases. Uma primeira, caracterizada por uma certa euforia, nascia da crença de que o mundo atravessava uma época revolucionária e de que a revolução em Portugal poderia ter lugar a curto prazo, desde que o partido estivesse à altura de cumprir essa missão. Sucede-lhe uma segunda fase, onde essa crença numa revolução ao “virar da esquina” esmorece, ao mesmo tempo que se esvanece o propósito da construção de uma ampla frente popular. Esta fase é caracterizada por intensos debates internos, dissidências, cisões e muitos abandonos individuais. Uma terceira fase caracteriza-se por uma certa pacificação interna, onde é encontrada uma base operativa suficientemente mobilizadora para manter em atividade uma pequena massa de militantes, que, na segunda metade da década de 80, pouco deveria ultrapassar um décimo da militância do partido nos seus tempos áureos. Apesar dessa redução no número de militantes M-L, a performance eleitoral da UDP não se degradou na mesma proporção (cf. Tabela 2). A última fase inicia-se com o colapso da Albânia socialista – foi este o grande divisor de águas na história do PCP(R).

Embalado por uma certa *Shadenfreude* durante a Perestroika, que se manteve após a queda do Muro de Berlim, o partido entra, em 1991, mergulhado numa profunda crise. Com o colapso da URSS e do “farol do socialismo” na Terra, o PCP(R) não demorou, porém, a adaptar-se à matriz pós-Guerra Fria, como mostra a tímida aproximação ao PCP, em 1991. Tal aproximação não teve porém continuidade, pois a UDP (agora comunista) sentiu que perderia a sua individualidade e a sua razão de ser se persistisse nessa via, que a transformaria em mais um ingrediente das coligações hegemônicas pelo PCP. Uma primeira consequência estrutural desta crise de 1991, foi o recuo do estatuto legal de partido para o de associação política. Esta natureza, mais flexível que a do dissolvido PCP(R), permitia que todos os militantes M-L transferissem a sua atividade para as fileiras da UDP. A escassez de recursos para alimentar duas máquinas partidárias ficava desse modo atenuada. Na transição do PCP(R) para a CDP,

praticamente tudo permanece, menos – e isto deve ser realçado – o símbolo da foice e do martelo. Note-se, porém, que nem o PCP, nem o MRPP, nem o PCdoB abdicaram da marca por excelência dos comunistas. Uma outra consequência desta primeira metamorfose consistiu no fim da CDP por fusão com a UDP, depois desta ter trocado a matriz democrata-popular pela comunista, passando a reivindicar-se do pensamento de Marx, dos contributos de Lenine, e voltando gradualmente as costas aos legados de Stáline e de Hoxha. Ao contrário, porém, do antigo PCP(R), ou do PCP, a UDP nunca mais usou o hífen, mas somente Marx e Lenine. A última metamorfose ocorre após a criação do BE. A UDP – ainda antes da sua passagem a associação política – repudia por completo o estalinismo, acusa todas as experiências de construção do Socialismo de terem degenerado (URSS, RPC, Albânia) e abandona definitivamente o centralismo democrático.

Também o PCP abanou fortemente com o triénio 1989-91, registando dissidências e cisões como nunca tinha experimentado, embora, sobrevivendo (Pinto, 2018). Tal como o PCP, também a existência do PCP(R) estava ancorada num "paraíso na Terra". Todavia, o fim do "farol do socialismo na Europa" abriu as portas a uma deriva no partido que haveria de conduzir à sua extinção definitiva. Há, contudo, uma diferença substancial no timing. O PCP(R) vinha conhecendo dissidências coletivas desde 1979, enquanto o PCP só as conheceu após a queda do Muro. É interessante que na extrema-esquerda os abandonos principiasses muito mais cedo do que no PCP, onde só começam a ser visíveis a partir da queda do Muro de Berlim. José Lamego, que fora militante do MRPP, reconhecia, em entrevista, que os militantes da extrema-esquerda abandonaram os seus partidos muito mais depressa do que os do PCP. E explicava: “As pessoas do PC dificilmente fazem uma rutura radical como a nossa [a dos M-L / Maoístas]. Existe um complexo de culpa que permanece nos militantes comunistas que saem”. E continuava: “A nossa ideologia era menos aderente à realidade que a do PC, que tinha uma outra implantação, mais pesada” (Viana, 2004). Talvez esta perspetiva seja particularmente apropriada ao MRPP – que não conheceu uma única cisão coletiva de vulto – apenas abandonos individuais. Mas não estará longe do que se passava no PCP(R).

Uma questão que valerá a pena indagar é das razões que levaram o PCP(R) a dissolver-se, mas o MRPP, não. É interessante notar que dos três partidos da extrema-esquerda portuguesa, sobreviventes à vaga de extinções ocorrida por volta de 1980, dois estivessem conectados a uma rede internacional: o PCP(R) e o PSR. Essas ligações podem ter servido de barreira protetora contra o desânimo. Contudo, o caso muda de figura após o triénio 1989-91. O MRPP pôde sobreviver-lhe, porque repudiara já, no seu II Congresso, em 1980, quer a experiência albanesa, quer a experiência chinesa depois que Deng Xiao Ping subir ao poder (cf.

2.4.). O colapso do socialismo na Albânia não lhe causou por isso perturbação. Uma segunda razão pode residir no facto de os militantes do PCP(R) puderem transferir-se para a UDP, como fizeram, extinguindo não só o seu partido como a associação política criada para lhe suceder. Já a dissolução do MRPP significaria o fim do próprio movimento, pois não existia nada mais para além dele.

Existem outros exemplos de caminhos que o PCP(R) poderia ter tomado, vindos de “partidos irmãos”, mais concretamente o PCdoB e o PCE-ML. Do lado espanhol temos o expoente “trágico” do espectro, com o PCE-ML a dissolver-se após a queda do regime albanês. Este partido, que estava ideologicamente muito dependente do PTA, sofreu duros golpes nos anos 80, após o reconhecimento albanês da revolução islâmica no Irão, em detrimento do Partido Comunista Iraniano, e a aproximação do governo albanês aos países ocidentais, mais exatamente à monarquia espanhola. Esta passa então a ter mais influência na censura das emissões da Radio Tirana (Serrano, 2018; Cucó i Giner, 2007). O PCE-ML, que nunca tivera tanta expressão com o “partido irmão” português, dissolve-se no seu VI Congresso, no início de 1992.

O PCdoB está no lado oposto desse espectro. Sempre intimamente ligado ao PTA, quando a Albânia Socialista deixa de existir, o Secretário-Geral, João Amazonas, reconhece, no VIII Congresso partidário, em 1992, que o marxismo estava afinal em crise desde a década de 50. Ao reunir com as delegações dos partidos comunistas e operários estrangeiros, esse dirigente faz um discurso que ficou conhecido como “Pela unidade do movimento comunista”. Nele afirmou que a queda do socialismo não se tinha iniciado nos anos 80, antes estava em andamento desde a crise de 1956-57: “A verdade é que vivemos uma crise do marxismo que já dura mais de trinta anos”. E o site oficial do partido remata: “Para as circunstâncias, essa foi uma afirmação corajosa que só um quadro como João Amazonas teria autoridade para pronunciar” (*O Socialismo*, 1992). Neste mesmo congresso – três meses antes do último congresso do “partido irmão” português – o PCdoB estende a mão a partidos com quem se tinha inimizado no passado, como o PC de Cuba ou o PCC, que assistiram ao conclave (o segundo apenas ao comício final). Sabemos também que os M-L portugueses foram sendo relegados para segundo plano. Recorde-se que, no mesmo ano de 1992, o Partido Comunista Brasileiro, que ficou fiel à URSS, aquando da cisão de 1962, se dissolveu no termo de um processo turbulento, tendo mais tarde sido reorganizado. A médio prazo, a estratégia do PCdoB parece ter funcionado. O partido perdeu militantes com esta nova orientação abrangente, mas ganhou outros, anulando basicamente a diferença. Nas eleições de 1994, passou de cinco para dez deputados federais. Ainda hoje é um dos jogadores na cena política brasileira (Ridenti, 1995/95;

Figueiredo, 2013). Em comparação com os dois antigos “partidos irmãos”, o PCP(R) situa-se um pouco entre ambos. Não teve a experiência traumática do PCE-ML, mas também não conseguiu renascer para a vida política nacional, como fez o PCdoB. No nosso século, o PCB reorganizado, que não elege deputados desde as eleições de outubro de 1990, acusa o PCdoB de ser direitista (*As Diferenças*, 2007)

Deixamos para último, uma reflexão em torno da relação muito especial do PCP(R) com a UDP. Apesar de várias vozes, no interior do PCP(R), reclamarem que a UDP retirava visibilidade ao partido, propondo mesmo a sua lenta desativação, com integração dos ativistas mais dedicados nos núcleos de simpatizantes do PCP(R), feito o balanço, parece claro que a UDP (o "partido dos pobres") permitiu levar a mensagem do PCP(R) a uma razoável audiência. Possivelmente, mais vasta do que aquela que seria expectável para um partido intitulado comunista num país onde o Partido Comunista pró-soviético gozava de um elevado prestígio, tanto pelos anos de resistência à ditadura, como pela implantação eleitoral, o controle da maioria dos sindicatos, sobretudo os sindicatos operários, e tendo um líder carismático, como Álvaro Cunhal. Foram muito raros, no mundo desenvolvido, os casos em que um partido M-L conseguiu suplantar um PC pró-soviético. Segundo Robert Alexander (2001: 44-46), isso terá ocorrido apenas com o Partido Comunista do Canadá (M-L). Mas quer este partido quer o partido pró-soviético gozavam de uma implantação bastante reduzida.



## Glossário

CARP-ML = Comité de Apoio à Reconstrução do Partido ML  
CC = Comité Central  
CCRML = Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas  
CDP = Comunistas pela Democracia e Progresso  
CMLP = Comité Marxista-Leninista Português  
FAP = Frente de Ação Popular  
FEC-ML = Frente Eleitoral de Comunistas ML  
FSP = Frente Socialista Popular  
MCI = Movimento Comunista Internacional  
MCO = Movimento Comunista Operário  
MES = Movimento de Esquerda Socialista  
MRPP, depois PCTP/MRPP = Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, depois, Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses  
MUP = Movimento de Unidade Popular  
OCMLP = Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa  
OCPO = Organização Comunista Política Operária  
ORPC-ML = Organização para a Reconstrução do Partido Comunista ML  
PCC = Partido Comunista Chinês  
PCdoB = Partido Comunista do Brasil  
PCE-ML = Partido Comunista de Espanha ML  
PCP = Partido Comunista Português  
PCP-ML = Partido Comunista de Portugal ML  
PCP(R), depois PC(R) = Partido Comunista Português (Reconstruído)  
PSR = Partido Socialista Revolucionário  
PTA = Partido do Trabalho da Albânia  
PUP = Partido de Unidade Popular  
RPC = República Popular da China  
UC = Unidade Comunista  
UDP = União Democrática Popular  
URML = Unidade Revolucionária Marxista-Leninista





## Fontes e Bibliografia

### 1. Estudos

#### 1.1 - Movimento Comunista Internacional, com alguma ênfase nas duas cisões e no pós-1989

BACKES, Uwe & Patrick Moreau (eds.) (2008). *Communist and Post-Communist Parties in Europe*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

BIBERAJ, Elez (1986). *Albania and China. A Study of an Unequal Alliance*, Washington DC: Westview Press.

BOURSEILLER, Christophe (2008). *Les maoïstes, la folle histoire des gardes rouges français*, Paris: Points.

BROWN, Archie (2010). *Ascensão e Queda do Comunismo*, Alfragide: Publicações Dom Quixote.

COURTOIS, Stéphane (dir.) (2009). *Du passé faisons table rase! Histoire et mémoire du communisme en Europe*, Paris: Robert Laffont.

FURET, François (1995). *Le Passé d'une illusion: Essai sur l'idée du communisme au xxe siècle*, Paris: Robert Laffont.

IDRIZI, Idris (2021). “Enver Hoxha’s Last Purge: Inside the Ruling Circle of Communist Albania (1981–1983)”, *East European Politics and Societies*, VI. 36 (4), p. 1091–1110. (<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/08883254211036184>)

LEWIS, John Wilson & Xue Litai (1988). *China Builds the Bomb*, Stanford: Stanford University Press.

LÜTHI, Lorenz M. (2008). *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*, Princeton, Princeton University Press.

MARCH, Luke (2007). “From vanguard of the proletariat to Vox Populi: Left-populism as a 'shadow' of contemporary socialism”, *The SAIS Review of International Affairs*, Vol. 27 (Winter), p. 63-77.

MARKU, Ylber (2017). *Sino-Albanian relations during the Cold War, 1949-1978: An Albanian perspective*, Hong Kong: Lingnan University, Doctor’s thesis.

- MOREAU, Patrick & Stéphane COURTOIS (dir.) (2014). *Communisme. En Europe, l'éternel retour des communistes, 1989-2014*, Vendémiaire.
- PRADO, Carlos (2017). *Bolchevização ou stalinização? As transformações no regime interno a partir do V Congresso da IC* in Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo  
(<https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC17/mc173.pdf>)
- RADCHENKO, Sergey (2009). *Two Suns in the Heavens: The Sino-Soviet Struggle for Supremacy, 1962-1967*, Washington DC: Woodrow Wilson Center & Stanford University Press.
- RIEBER, Alfred J. (2009). “Popular democracy: an illusion?” in Vladimir Tismaneanu (ed.), *Stalism Revisited, The Establishment of Communist Regimes in East-Central Europe*, Budapest: Central European University Press, p. 103-128.

## **1.2 – Portugal, com particular destaque para o Movimento marxista-leninista / maoísta**

- CARDINA, Miguel (2008). “Notas sobre o maoísmo em Portugal (1964-1974)” in blogue *Caminhos da Memória* ([https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/11/24/notas-sobre-o-maoismo-em-portugal-1964-1974/#\\_ftnref1](https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/11/24/notas-sobre-o-maoismo-em-portugal-1964-1974/#_ftnref1)).
- CARDINA, Miguel (2010). *Margem de Certa Maneira: o Maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009). “‘Ao Serviço do Povo Venceremos’ – a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)”, *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, série III, nº 5, p. 119-158.
- COUTINHO, Anna (2015). *O Cartaz é uma Arma! Um estudo da produção cartazística do MRPP entre 1974 e 1976*, Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.
- MADEIRA, João (2004). “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda” in Fernando Rosas (ed.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo*, Lisboa: Ed. Notícias, p. 91-135.
- MADEIRA, João (2020). “‘Em frente pela reconstrução do Partido!’ – A unificação dos grupos ‘marxistas-leninistas’ e o processo revolucionário em Portugal”, in Ana Sofia

Ferreira & João Madeira (eds.), *As Esquerdas Radicais Ibéricas entre a Ditadura e a Democracia. Percursos cruzados*, Lisboa: Colibri, p. 41-56.

PEREIRA, José Pacheco (1988). “El Partido Comunista Portugués y la izquierda revolucionaria”, *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Época), Nº. 60-61. Abril-Septiembre, p. 69-100. Republicado em Mário Baptista Coelho (Coord.) (1989), *Portugal: o Sistema Político e Constitucional. 1974-1987*, Lisboa: ICS, p. 79-110.

PEREIRA, José Pacheco (2008). *O “Um Dividiu-se em Dois”. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960 – 65)*, Lisboa: Alêtheia.

PEREIRA, José Pacheco (2013). *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963–1974)*, Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

POÇAS, Nuno Gonçalo (2021). *Presos por um Fio – Portugal e as FP-25 de Abril*, Lisboa: Casa das Letras.

### **1.3. - O Movimento marxista-leninista / maoísta nos países desenvolvidos. Os casos do Brasil e de Espanha**

ALEXANDER, Robert J. (2001). *Maoism in the Developed World*. Westport, CT: Praeger.

CUCÓ I GINER, Josepa (2007). “La izquierda de la izquierda. Un estudio de antropología política en España y Portugal”. *Papeles del CEIC*, Vol. 1 (29), p. 1-33.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo (2013). *O impacto da Crise do Socialismo nos Partidos Comunistas do Brasil*. Porto Alegre, Tese de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOVELL, Julia (2019). *Maoism: A Global History*. London: Bodley Head.

RIDENTI, Marcelo Sequeira (1994/1995). “O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992”. *Perspectivas*, nº 17-18, p. 75-94.

SERRANO, Júlio Pérez (2018). “Radical left in Portugal and Spain (1960-2010)” in Beltrán Roca, Emma Martín-Díaz and Ibán Díaz-Parra (eds.), *Challenging Austerity Radical*

*Left and Social Movements in the South of Europe*, London – New York: Routledge, p. 17-47.

#### **1.4. - A Perestroika no PCP**

CUNHA, Carlos (2008). “Few, but pure and good members, are preferred to a mass party.

The Portuguese Communist Party’s continued orthodoxy” in Uwe Backes & Patrick Moreau (eds.), *Communist and Post-Communist Parties in Europe*.

PATRÍCIO, Maria Teresa & Alan David Stoleroff (1994). “The Portuguese Communist Party: Perestroika and its aftermath” in Bull M.J., Heywood P. (eds) *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989*. London: Palgrave Macmillan, p. 90-118.

PINTO, Pedro (2018). *O PCP e a Desagregação da URSS (1985-2007)*. Lisboa: ISCTE, Tese de Mestrado.

#### **1.5. - Estudos não-académicos e outros materiais**

BUONICORE, Augusto (2009). “Diógenes Arruda: O guerreiro sem repouso”, *Vermelho* (<https://vermelho.org.br/coluna/diogenes-arruda-o-guerreiro-sem-repouso-1/>)

DÓRDIO, Pedro (2015). “Quando a noite caía, o PREC renascia”, *O Observador*, 5.09.2015 (<https://observador.pt/especiais/quando-a-noite-caia-o-prec-renascia/>)

FIGUEIREDO, Leonor (2017). “Era uma luta impossível, como de uma formiga com um elefante”, *Sol*, 16.08.2017 (<https://sol.sapo.pt/artigo/576499/leonor-figueiredo-era-uma-luta-impossivel-como-de-uma-formiga-com-um-elefante->)

MARTINS, José Manuel (2008)., “In Memoriam de Francisco Martins Rodrigues”, *Almanaque Republicano*, 7 Partes (<http://arepublicano.blogspot.com/search/label/Francisco%20Martins%20Rodrigues>)

MARUJO, Miguel (2018). *Morte aos Traidores! A História Improvável do mais Controverso Partido Político Português*, Lisboa, Matéria Prima, 232 p.

MESQUITA, João (2005). “UDP – Retrospectiva. Era uma vez a revolução”, Grande Reportagem, 2.04.2005, Ano 16, 3ª série, nº 221, p. 44-51.

MOURA, Paulo (2009). "As massas não queriam fazer a revolução", *Público*, 27.09.2009.

- PEREIRA, José Pacheco (2019), “Arnaldo Matos encontra a ceifeira”, *Público*, 23.02.2019. (<https://www.publico.pt/2019/02/23/politica/opiniao/arnaldo-matos-encontra-ceifeira-1863077>)
- “Pontos essenciais Reforma Agrária: Datas e números” (2017). *Diário de Notícias*, 20.07.2017. (<https://www.dn.pt/lusa/pontos-essenciais-reforma-agraria-datas-e-numeros-8650622.html>)
- SOARES, Manuela Goucha & Maria João Bourbon (2016). “A candidata fora do sistema”, *Expresso*, 22.01.2016 (<https://expresso.pt/presidenciais2016/2016-01-22-A-candidata-fora-do-sistema>)
- VIANA, Clara (2004). “Ex-maoístas. Felizmente, não tomámos o poder”, *Público*, 15.08.2004.
- As diferenças entre PCB e PCdoB* (2007) (<https://pcb.org.br/portal2/580>)
- O Socialismo vive! 8º Congresso do PCdoB* (1992) (<https://pcdob.org.br/noticias/o-socialismo-vive-8o-congresso-do-pcdob-1992/>)

## 2. Fontes

- I Congresso do Partido Comunista Português (Reconstruído)* (1976). Lisboa: Ed. Bandeira Vermelha.
- “1º de Maio Vermelho” (1974). *O Tempo e o Modo*, nº 103, Suplemento, Março/Abril.
- “3ª Conferência do PC(R). Não há lugar para partidos portugueses” (1981). *O Jornal*, 18.06.1981, p.5.
- “V Congresso da UDP: Nova direção eleita formaliza a hegemonia da linha do PC(R)” (1982). *Diário de Lisboa*, 1.03.1982, p. 20.
- “7ª Conferência Nacional do PC(R)” (1991). *BV - Suplemento*, nº 700, Agosto, 1991
- 10 razões para um voto socialista sem alianças com a direita* (1983) [EPH]
- "XVII Congresso do partido. Dissolução da UDP aprovada ontem" (2005). *Público*, 3.04.2005 (<https://www.publico.pt/2005/04/03/politica/noticia/dissolucao-da-udp-aprovada-ontem-1219774>).

- A., A. (1981), “Contestada a legitimidade do V Congresso da UDP” (1981). *O Jornal*, 23.12.1981, p. 50.
- “A propósito da demissão de Acácio Barreiros: Origem e evolução das divergências” (1979). *Voz do Povo*, 17.08.1979, p. 9.
- “Acácio Barreiros falou na abertura do III Congresso da UDP: ‘Povo exige unidade das forças de esquerda’” (1977). *Diário de Lisboa*, 19.11.1977, p. 5.
- “Acácio Barreiros a ‘O Jornal?': ‘Não voltarei ao parlamento se as acusações não forem retiradas’” (1979), *O Jornal*, 10.08.1979, p. 2-3.
- “Acácio Barreiros: ‘O PS cometeu um erro bastante grande’” (1980), *O Jornal*, 8.08.1980, p. 9.
- “Albânia a diferença; Um Casamento cujo padrinho é o Capital. ‘Processo de Democratização do país não foi importado’” (1990). *BV*, Junho, 1990, p. 1, 9 e 12.
- “Albânia está em festa” (1989). *BV*, 11.1989, p. 1.
- “Albânia Socialista” (1990). *BV*, Outubro, 1990, p. 4-7.
- “Alberto Martins (FUP/ Porto): O grande objetivo é derrotar a AD” (1980). *O Jornal*, 23.05.1980, p. 6.
- ALMEIDA, São José (1992). "Congresso começa hoje. UDP pode deixar ‘Por Lisboa’", *Público*, 12.12.1992, p. 10.
- “Álvaro Cunhal a ‘O Jornal’: ‘É previsível o reforço do número de deputados da APU’”, *O Jornal*, 23.09.1890, p. 8.
- “Américo Duarte, uma ‘formiga’ na Constituinte. Entrevista de Regina Louro” (1975). *Flama*, nº 1433, 22 de agosto, p. 12-18.
- “Amadeu Ferreira a ‘O Jornal’: Se o movimento da ‘UDP Nova’ não parar levará à divisão da própria UDP. Entrevista de Rogério Fernandes” (1981). *O Jornal*, 28.05.1981, p. 9.
- ANTA, Manuel (1982). “De dedo em riste: Por causa do PC(R), UDP está moribunda” [Entrevista a Amadeu Ferreira], *Diário de Lisboa*, 8.09.1982, p.1 e 4.
- “António Matos e João de Sousa: ‘A nossa bandeira é a da unidade dos comunistas no seu Partido’” (1979). *Voz do Povo*, 25.04.1979, p. 7.



- “Após expulsão de quatro membros do CC. Consumada cisão no PCP(R)” (1979). *Voz do Povo*, 19.04.1979, p. 7.
- “Após reunião plenária do Conselho Nacional: Congresso da UDP convocado para Outubro” (1979). *Voz do Povo*, 11.05.1979, p. 5.
- Aprender com Diógenes Arruda* (1979). Lisboa: Ed. Bandeira Vermelha.
- Ata da reunião das delegações dos CC's do CMLP, da OCML e ORPC (m-l)* (1975). [1969-R-R]
- “A atual situação política em Portugal” (1975). *Foice e Martelo*, nº 2, p. 23-45. [AHS-ICS]
- "Autocrítica da Comissão Diretiva" in *Documentos da III Conferência do CMLP* (1975). Lisboa; Edições A Verdade, 2 Vols. [AHS-ICS]
- C, J.P. (1979), “Congresso do MES marca autocrítica e viragem”, *O Jornal*, 13.07.1979, p. 9.
- “Candidato único das oposições contra os candidatos da reação” (1985). *Unir o Povo*, nº 13, Abril, páginas centrais.
- “Capitalismo Perestroika” (1988). *BV*, 09.06.1988, Suplemento
- “Comício de encerramento da Promoção Stáline. Resultados nacionais” (1980). *BV*, 27.02.1980, p. 4.
- “Comunicado do Secretariado do CN da UDP: Zenha não ganha nem deixa ganhar” (1986). *Unir o Povo*, nº 13, Abril, páginas centrais.
- “Conclusões do 3º congresso em conferência de imprensa” (1979). *BV*, 13.06.1979, p. 6
- “Congresso da UDP. Dirigentes fazem autocrítica e reafirmam linha programática” (1976). *Diário de Lisboa*, 22.03.1976, p. 2.
- “Congresso do MES marca autocrítica e viragem” (1979). *O Jornal*, 13.07.1979, p. 9.
- Conquistemos o 25 de Abril do Povo. Documento político da 10ª Reunião Plenária do CC aprovado no II Congresso* (1977) [CD25A]
- “A corrente M-L. Para a reconstrução do partido e as divergências existentes” (1975). *Foice e Martelo*, nº 2, p. 49-75. [AHS-ICS]
- COSTA, Belino (1979). “A surpresa UDP. Uma força em ascensão embalada para 1980?”, *O Jornal*, 7.12.1979, p. 11.
- “Crise na UDP” (1982). *O Jornal*, 26.11.1982, p. 48.

“A crise nos países de Leste. Revisionismo é o que está em causa” (1989). *BV*, 12.05.1989, p. 8.

“Cronologia: dois meses decisivos para a unidade” (1979). *VP*, 17.08.1979, p. 12.

CUNHAL, Álvaro (2013 [1971]). *O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, 5ª ed., Lisboa: Ed. Avante!

“Dar mais vida à vida do socialismo” (1990). *BV*, Maio, 1990, p. 1.

“Delegação da ORPC-ML regressa da República Popular da Albânia” (1975). *A Causa Operária*, 31.07.1975, p. 1.

“Demissão de Acácio Barreiros da UDP” (1979). Noticiário da RTP-1, em 13.08.1979. (<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/demissao-de-acacio-barreiros-da-udp/>)

*Democracia Solidária: Esquerda na Ação. 9º Congresso da UDP* (1993). s.l.: s.ed.

DIMITROV, Jorge (1977). *A Luta contra o Fascismo. Relatório e Discursos ao VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa: Ed. Bandeira Vermelha.

DINIS, Rita (2014), “O que está a dividir o Bloco de Esquerda”, *O Observador*, 29.08.2014 (<https://observador.pt/explicadores/bloco-de-esquerda/>)

“Dirigente do PC(R) adere ao PCP” (1985). *O Jornal*, 6.06.1985, p. 16.

“Dirigente partidário troca PC(R) pelo PCP” (1985), *Diário de Lisboa*, 5.06.1985, p. 24.

“Dirigentes da UDP pedem retificação da linha política” (1979). *Diário de Lisboa*, 4.05.1979, p. 7.

“Dirigentes do PCP(R) acusam: ‘Fracionistas’ queriam extinção da UDP” (1979). *O Jornal*, 11.05.1979.

“Dissidência no PC(R)” (1982). *O Jornal*, 13.08.1982, p. 6

“Durante a semana passada agravou-se a situação no PCP(R)” (1979). *Voz do Povo*, 25.04.1979, p. 7.

“Editorial: Esta voz não se calará” (1979). *Voz do Povo*, 25.04.1979, p. 3-4.

“Editorial: o Partido segue o seu caminho” (1979). *BV*, 25.04.1979, p. 3.

“Eduardo Pires ao ‘Expresso’: O PCP mudou muito mas não tem consciência disso” (1991). *Expresso*, 25.05.1991, p.7.

“Ele defende o marxismo-leninismo. Deputado da UDP abandona o PC(R)” (1982). *Diário de Lisboa*, 11.08.1982, p. 5.

Entrevista de Heduíno Gomes à RTP (<https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/deslocacoes-a-china/>)

*Esquerda a valer! Teses. 11º Congresso Nacional da UDP* (1996). s.l.: s.ed.

*Estatutos do Partido Comunista Português* (<https://www.pcp.pt/estatutos-do-pcp>)

“Expulsão do PCP(R) de António ‘Matos’ (Sousa) e João Espada (Lima), caciques do grupelho fracionista e provocador anti-PCP(R)” (1979). *BV*, 18.07.1979, Suplemento.

“Expulsos quatro membros do CC do PCP(R) e diversos militantes da UDP” (1979). *Diário de Lisboa*, 16.04.1979, p. 24.

FERREIRA, Amadeu (1980). “4º Congresso da UDP, acontecimento importante para todos os revolucionários”, *BV*, 30.04.1980, p. 4.

GDUPs (1976). *Otelo: a força da Unidade Popular*, Coord. Serafim Ferreira, Lisboa: Fronteira. (<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1976/gdups/gdups.htm#artistas>)

GOMES, Acácio (1985a). “Após adesão de ideólogo: UDP vai integrar-se no PCP?”, *Expresso*, 8.06.1985, p. 4.

GOMES, Acácio (1985b). “A herança de Enver Hoxha”, *Expresso*, 20.04.1985, p. 28-R-29-R.

“Grande comício popular reúne partidos comunistas de todo o mundo” (1979). *BV*, 5.07.1979, p. 1-3.

“Guerra aberta aos ‘dissidentes’ da UDP. ‘Propostas dos cinco são de direita’ – afirmam os maioritários” (1982). *Diário de Lisboa*, 24.08.1982, p. 4.

HOXHA, Enver (1978). *O Imperialismo e a Revolução*, Lisboa: Ed. Bandeira Vermelha.

HOXHA, Enver (1979). *Reflections on China*. Tirana: 8 Nëntori Publishing House, Vol. 2. ([https://www.marxists.org/reference/archive/hoxha/works/ebooks/reflections\\_on\\_china\\_volume\\_2.pdf](https://www.marxists.org/reference/archive/hoxha/works/ebooks/reflections_on_china_volume_2.pdf))

“A invasão social-imperialista do Afeganistão” (1980). *BV*, 10.01.1980, p. 11.

“João Espada e Mariano Castro: ‘O CC respondeu ao fraccionismo com o cisionismo’” (1979). *Voz do Povo*, 19.04.1979, p. 9.

- “João Moreira e José Ferreira Pinto à Voz do Povo: ‘III Congresso não deve ser a confirmação da cisão’” (1979). *Voz do Povo*, 19.04.1979, p. 8.
- “José Alcobia fala sobre a crise da UDP: ‘Conferência confirmará que a maioria está connosco’” (1979). *O Jornal*, 24.08.1979, p. 7.
- “Leste a leste do socialismo” (1990). *BV - Suplemento*, Janeiro.1990, p. 1.
- Letter of the CC of the Party of Labour and the Government of Albania to the CC of the Communist Party and the Government of China* (1978). Tirana: 8 Nëntori Publishing House. (<https://www.revolutionarydemocracy.org/archive/LtrPLACPC.htm>)
- “Lisbon Conference Against the Threat of Russian Imperialism” (1978). In *Encyclopedia of Anti-Revisionism On-Line*. (<https://www.marxists.org/history/erol/portugal/lisbon-conference.pdf>)
- A Luta pelo Marxismo-Leninismo nos CCRML. Fevereiro* (1975). [1969-R-R]
- “Madeira: PC(R) contra Muro de Berlim” (1989). *BV*, 13.12.1989, p. 8.
- “Manifesto eleitoral do PC(R)” (1983). *BV*, 31.03.1983, p. 6-7.
- “Manifesto para as intercalares: Para uma candidatura unitária” (1979). *Voz do Povo*, 3.08.1979, p. 9.
- MAO TSÉ-TUNG (1940). “On New Democracy” in *Selected Works of Mao Tse-Tung*, Vol. 2 ([https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2\\_26.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_26.htm))
- MAO TSÉ-TUNG (1956). “O lugar de Stáline na história”. (<https://www.marxists.org/portugues/mao/1956/04/05.htm>)
- “Mário Tomé: ‘Otelo? Uma coisa triste, trágica, dramática’”, *O Jornal*, 8.08.1890, p. 8.
- Marx, Moderno no Século XXI. XVI Congresso da UDP* (2004), 2 Vols. s.l.: s.ed.
- MATOS, Arnaldo (1975). *A Revolução tem de avançar a todo o vapor*, Lisboa: Ed. Bandeira Vermelha/MRPP.
- MELRO, Francisco (1982). “A cisão no PC(R)”, *O Ponto*, 2.09.1982, p. 6.
- “Mentiras não escondem agressão” (1980). *BV*, 17.01.1980, p. 1.
- “O MES e um grupo de independentes abandonaram o MUP. Declaração conjunta do PCP(R) e UDP” (1977). *BV*, 18.04.1977, p. 3 e 5.

- “Minoria, maioria, centralismo” (1979). *BV*, 18.04.1979, p. 9.
- MIRANDA, Avelino (1976). “Portugal: a imaturidade da extrema-esquerda”, *Opinião* [São Paulo], 17.12.1976, p. 14.
- MONTEIRO, Manuel (1982). *Perder a esperança, Porquê? Um operário fala do seu tempo*, Coimbra: Centelha.
- MONTEIRO, Manuel (1983). “O que se passa na Albânia?”, *O Jornal*, 18.11.1983, p. 32.
- [MOREIRA, João] (1979 [1978]). “Carta de Ricardo ao CC – Fevereiro de 1978”, *Tribuna do Congresso*, nº 1, p. 2-8, nº 2, p. 20.
- Movimento Comunista Operário – Manifesto* (1982). [Ephemera]
- N., C. (1979). “Frente da esquerda socialista e revolucionária falha nas negociações”, *O Jornal*, 10.08.1979, p. 4.
- Não ao congresso de cisão! Em frente pelo congresso do partido!* (1975). [1969-R-R]
- No Caminho do 25 de Abril do Povo, da Democracia Popular e do Socialismo. Resolução Política e Estatutos aprovados no II Congresso* (1982). Lisboa: Edições Bandeira Vermelha.
- “As nossas tarefas na fase de reconstrução do partido. Análise do desvio espontaneísta da URML. Informe Político ao I Congresso” (1975). *Revolução Proletária*, Número especial, janeiro/fevereiro. [1969-R-R]
- “Nova vitória do marxismo-leninismo. Declaração conjunta do CC do PCP(R) e do CC da OCMLP”(1976). *BV*, 15.04.1976, p. 4.
- “Novas teses para o congresso” (1983). *Tribuna do Congresso*, 15.01.1983, p. 1.
- Num Mundo em Mudança o Socialismo é mais necessário. 6º Congresso do PC(R)* (1992). Lisboa: s. ed.
- OMARI, Luan & Stefanaq Pollo (1988). *The History of the Socialist Construction of Albania (1944-1975)*, Tirana: 8 Nëntori  
(<https://archive.org/details/TheHistoryOfTheSocialistConstructionOfAlbania/page/n3/mode/2up>).
- “Onde todos falharam a Albânia venceu” (1990). *BV - Suplemento*, Janeiro.1990, p. 8.

*O que é a UDP? A situação política, programa e estatutos* (1976).

(<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/udp/07.htm>)

“Organização popular de luta” (1978). *BV*, 21.06.1978, p. 4.

“Otelo a ‘O Jornal’: Sou capaz de me lançar sozinho na campanha eleitoral” (1980). *O Jornal*, 23.05.1980, p.5.

“Otelo e UDP conseguem compromisso” (1980). *O Jornal*, 1.02.1980, p.4.

“PC(R): ‘Exemplo da Albânia’” (1983). *O Jornal*, 22.04.1983, p. 14.

*Pela unidade do partido e dos comunistas* (1979) [AHS-ICS]

“Perestroika’: Afinal o pai foi Tito’” (1988). *BV*, 24.03.1988, p. 1.

“Perestroika é a restauração completa e aberta do capitalismo na URSS” (1988). *BV*, 02.06.1988, p. 3.

*Política de Mudança, Alternativa de Esquerda. Resoluções do 10º Congresso da UDP* (1995). s.l.: s.ed.

“Povos soviéticos vítimas do chauvinismo grão-russo. Editorial do Zeri i Popullit” (1988). *BV*, 7.04.1988, p. 1.

PIRES, Eduardo (1985). *Anti-Dimitrov é anticomunismo*, Lisboa: S. ed.

PIRES, Eduardo (1989b). *Reflexões sobre o Revisionismo em Portugal. Alocução apresentada à 6ª Conferência Nacional do PC (R)*, Lisboa: S. ed.

PIRES, Eduardo (1991). “Eduardo Pires ao ‘Expresso’: O PCP mudou muito mas não tem consciência disso”, *Expresso*, 25.05.1991, p. A7.

“Pleno êxito do 6º Congresso” (1992). *BV*, Julho, 1992, p. 1.

*Por um Portugal independente: a CEE em Questão. Documentos aprovados na 6ª Conferência Nacional do PC (R)* (1989). Lisboa: S. ed.

*Por uma Ampla Frente Antifascista e Patriótica. Caminho para a república popular* (documento do CC da ORPC-ML) (1975). [1969-R-R]

*Projeto de resolução do 3º Congresso da CDP (9º do Partido)* (1995) [EPH]

“Reagir energicamente à cisão antipartido” (1982). *BV*, 12.08.1982, p. 1 e 3.

“Recrutar na medida das necessidades e não na medida das dificuldades” (1979). *BV*, 25.07.1979, p. 9

*Relatório de Atividade do CC ao II Congresso do PCP(R)* (1977). [CD25A]

*Relatório sobre o Desenvolvimento da UDP* (1975). [AHS-ICS, Coleção A.C. Pinto, Pasta 112]

“Reorganizar o partido revolucionário do proletariado – Necessidade histórica e tarefa central dos comunistas portugueses” (1970). *Bandeira Vermelha*, nº 1, Dezembro.

“Resolução sobre a proletarização do Partido” (1983). *BV*, 24.03.1983, p. 9.

“Resolução sobre a situação atual da luta de classes no mundo” (1980). *Luta Popular*, 19.06.1980, p. 7.

*Resoluções do Comité Central do Partido Comunista (Reconstruído) do I ao II Congresso: Janeiro de 1976 a Março de 1977* (1977). Lisboa: *Bandeira Vermelha*. [1969-R-R]

“Retirada imediata das tropas da URSS do Afeganistão” (1980). *BV*, 27.02.1980, p. 3.

“Reunião nacional de quadros proletários do partido. Acontecimento novo na vida dos comunistas portugueses” (1976). *BV*, 27.05.1976, p. 1.

“Revisionismo é o que está em causa” (1989). *BV*, 11.1989, p. 8.

“O revisionismo em Portugal e a Perestroika. Extratos da intervenção do camarada Eduardo Pires, no encerramento da 6ª Conferência Nacional” (1989). *BV*, 2.02.1989, Suplemento.

RODRIGUES, Francisco Martins (1982). “‘Caminho do 25 de Abril do Povo’ – O germe do oportunismo”, *Tribuna do Congresso*, 4.10.1982  
(<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1982/10/04.htm>)

RODRIGUES, Francisco Martins (1983a). “A batalha ainda não está ganha”, *Tribuna do Congresso*, 30.01.1983  
(<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1983/01/30.htm>)

RODRIGUES, Francisco Martins (1983b). “Derrotar o centrismo”, *Tribuna do Congresso*, 28.02.1983 (<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1983/02/centrismo.htm>)

RODRIGUES, Francisco Martins (1984). “Intervenção a 8 de dezembro de 1984”.  
(<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1984/12/08.htm>)



- RODRIGUES, Francisco Martins (1986). “PC(R): a decadência do centrismo”, *Política Operária*, nº 3, Jan-Fev, 1986  
(<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1986/02/centrismo.htm>)
- RODRIGUES, Francisco Martins (1985). *Anti-Dimitrov 1935-1985. Meio Século de Derrotas da Revolução*, Lisboa: Edições Dinossauro / Galiza: Abrente Editora.
- RODRIGUES, Rogério (1981). “UDP: um deputado, algumas sedes e uma bandeira?”, *O Jornal*, 28.05.1981, p.8.
- R[ODRIGUES], R[ogério] (1982a). “Cisões são ‘golpe de morte’ no PC (R)”, *O Jornal*, 24.09.1982, p. 12.
- RODRIGUES, Rogério (1982b). “Congresso da UDP. Da idade de ouro ao tempo da cinza”, *Diário de Lisboa*, 27.02.1982, p. 1 e 5.
- S., G. (1982), “Brochado Coelho abandona a UDP” (1982). *O Jornal*, 11.02.1982, p. 39..
- “Saída popular, saída revolucionária” (1983). *BV*, 24.03.1983, p. 4.
- SIMÕES, Wilson (1982). “A evolução do fraccionismo para o cisionismo anti-Partido”, *Tribuna do Congresso*, nº 4, 25.09.1982, p. 3.
- “Sob a bandeira de luta contra o oportunismo e o cisionismo: realizou-se a III Conferência do CM-LP” (1975). *A Verdade*, 1.05.1975. [1969-R-R]
- “Sobre as manobras da NATO. Nota da Comissão Política do CC do PCP” (1975).  
(<https://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19750204.html>)
- “Somos o Partido do Futuro” (1977). *BV*, 20.04.1977, p. 1.
- “Stáline: um nome e uma obra a defender pelos autênticos comunistas. Declaração conjunta sobre o Ano Stáline” (1979). *BV*, 1.08.1979, p. 12.
- Tarefas e Objetivos dos Comunistas em Portugal. Resoluções do 5º Congresso do PC(R)* (1986). S.l.: s.ed. [CD25A]
- “Teórico da Perestroika defende Salazar. Protestos operários na Jugoslávia” (1988). *BV*, 07.07.1988, p. 2.
- “The Three Worlds Concept: Chinese and Albanian Versions” (1978). *China Report*, [Delhi], 14 (1), p. 54–96.
- Tribunal Constitucional. Autos de Registo de Partido Político. Proc. Nº 6/PP.

Tribunal Constitucional. Autos de Registo de Partido Político. Proc. Nº 27/PP.

“UDP aumenta em 66,6%” (1985). *BV*, 10.10.1985, p. 1.

“UDP: corte total com a direita” (1983). *O Jornal*, 22.04.1983, p. 14.

“UDP: dirigentes afastados, mas a crise ainda vai no adro” (1982), *O Jornal*, 27.08.1982, p. 10.

“UDP lança-se à conquista de um grupo parlamentar” (1979). *B.V.*, 10.10.1979.

UDP-Porto (1975). *A solução não é andar para trás, mas sim andar para a frente*. [EPH]

“UDP quer ‘cartão vermelho’ para Cavaco. Congresso alargou órgãos nacionais e elegeu Tomé para secretário-geral” (1987). *Diário de Lisboa*, 1.06.1987, p. 4.

“UDP recusa três lugares nas listas da APU” (1980). *O Jornal*, 11.07.1980, p. 39.

Um Ano de Edificação do Partido. Documento da 10ª Reunião Plenária do CC sobre a edificação do Partido aprovado pelo II Congresso do PCP(R) (1977).

(<http://www.marxists.info/portugues/tematica/livros/pcpr/pcpr.htm>)

“Um Congresso proletário” (1983). *BV*, 24.03.1983, p. 3.

“Um retrato do país: Percorrer o caminho do NÃO à CEE” (1989). *BV*, 2.02.1989, p. 2.-3.

“Uma delegação do nosso partido visitou a República Popular da Albânia” (1976). *BV*, 5.03.1976, p. 1.

Unidade Comunista (1980). *1ª Conferência Nacional – Resoluções*. S.l.: s.ed.

“Unidade, tarefa central do partido” (1964). *O Militante. Boletim o CC do PCP*, nº 131, Novembro.

“Vencer o desvio de direita e o centrismo, afirmar a hegemonia do proletariado” (1983). *BV*, 24.03.1983, p. 9.

“A verdade dos factos” (1979). *BV*, 3.05.1979, p. 5.

“A via da revolução e do socialismo contra a via da capitulação” (1977). *BV*, 20.07.1977, p. 3.

“Viva o II Congresso Nacional do PCTP/MRPP” (1980). *Luta Popular*, 11.06.1980, p. 3.

“Vivemos numa época de avanço da revolução” (1978). *BV*, 22.11.1978, p. 12.

“Vozes que estremecem o coro da Perestroika” (1989), *BV*, 20.07.1989, p.

### **3. Textos memorialísticos:**

“Américo Duarte: Só ficava chateado por ter de atacar o Cunhal daquela maneira” (Entrevista conduzida por Isabel Nery) (2022). *Público*, 20.03.2022

(<https://www.publico.pt/2022/03/20/politica/entrevista/americo-duarte-so-ficava-chateado-atacar-cunhal-daquela-maneira-1999031>)

BAPTISTA, Pedro (2014). *Da Revolução Gorada aos Desafios do Presente*, Porto: Afrontamento.

CORREIA, José Manuel (2008 [1999]). “Mitos do esquerdismo marxista-leninista-maoísta”, *Aparências do Real*, 2.05.2008. (<http://aparenciasdoreal.blogspot.com/2008/05/mitos-do-esquerdismo-comunista-marxista.html>)

CORREIA, José Manuel (2008). “Francisco Martins Rodrigues: o marxismo-leninismo para além do estado puro”, *Aparências do real*, 25.04.2008  
(<https://aparenciasdoreal.blogspot.com/2008/04/francisco-martins-rodrigues-o-marxismo.html>)

COSTA, Luís (2019). *Uma Vida com Muitas Vidas. Retratos da vida como ela hoje parece que foi*, s.l: Edição do Autor.

FERNANDES, José Manuel (2012). *Era uma Vez... a Revolução*, Lisboa: Alêtheia.

MARQUES, Teresa Martins (2015). *O Fio das Lembranças – Biografia de Amadeu Ferreira*, Lisboa: Âncora Editora.

MELRO, Francisco (2015). “Amadeu Ferreira” in Teresa Martins Marques, *O Fio das Lembranças – Biografia de Amadeu Ferreira*, p. 548-553.

RODRIGUES, Francisco Martins (2004). *Entrevista a Carlos Morais*.  
(<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/2004/08/25.htm>)

#### **4. Entrevista**

Entrevista com Eduardo da Silva Pires (2023). Realizada em 12.01.2023.

#### **Nota biográfica sobre Eduardo Pires:**

Nascido na Baixa da Banheira, em 1947, Eduardo da Silva Pires entrou no IST em 1967, no curso de Engenharia Mecânica. A crise académica leva ao encerramento do IST em 1972. Eduardo Pires, com outros estudantes, são detidos pela PIDE e levados à Rua António Maria Cardoso, onde são identificados após algumas horas de detenção. Decide então suspender os estudos, regressar à Baixa da Banheira, e envolver-se na atividade cultural, no ensino para operários no Ginásio Atlético Clube e no movimento de oposição democrática.

Em finais de 1972, ingressa nos estaleiros da Lisnave, enquanto monitor da sua escola profissional. Entretanto, junto com o Padre Albino Lopes, operário eletricista na CUF, e José Manuel Caiado Galego fundam um centro da oposição (república) onde passam a viver. Essa república funcionará também como escola alternativa e centro de discussão e elaboração de teses para o Congresso da Oposição Democrática em Aveiro (Abril 1973). Tendo em vista as eleições para a Assembleia Nacional, funcionará ainda como centro de recenseamento eleitoral. Mais tarde, juntam-se à república, Acácio Barreiros e Manuela Pires.

Em abril de 1973 participa no Congresso de Aveiro e no dia 30 desse mês é preso pela PIDE. Em agosto de 1973 sai da prisão de Caxias, com caução. Casa em 8 de setembro. É recrutado para os CCR(m-l) em Novembro de 1973, junto com Wilson Simões, José Caiado e José da Costa. Antes de reingressar na Lisnave, trabalha em fábricas e empresas no Seixal, Palmela e Coina. Em janeiro de 1974 é formada a célula clandestina dos estaleiros da Lisnave dos CCR(m-l), onde participam Artur Palácios, Manuel Hall e Eduardo Pires. Os sucessivos cursos na Lisnave permitem-lhe um contacto e laços de cumplicidade com centenas de operários das diferentes secções dos estaleiros, quer na Margueira quer na Rocha.

Após o 25 de Abril participa nos piquetes de greve de maio de 1974. Intervém na 1ª Assembleia Geral na Lisnave. Eleito para a Comissão de Trabalhadores, faz parte da Comissão Coordenadora e de Saneamento. Teve um papel preponderante na organização e direção da manifestação de 12 de setembro dos operários da Lisnave, que cruzou o Tejo e atravessou Lisboa, a caminho do Ministério do Trabalho. Trabalhou com as comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa e de Setúbal até ser constituída a Intercomissões de Trabalhadores. Este organismo teve um papel de relevo na dinamização da luta independente pelas reivindicações operárias, na qual se destaca a grande manifestação de 7 de fevereiro de 1975, contra a NATO e o desemprego. Pertenceu à comissão promotora para a legalização da União Democrática Popular. No 1º Congresso foi eleito para a sua Comissão Política.

Em 25 de Abril de 1975, os três grupos que fundaram a UDP, uniram-se na ORPC-ML. Eduardo Pires sai da Lisnave, com licença sem vencimento, e vai desenvolver trabalho político

no Alto Alentejo para a eleição de delegados ao Congresso de Reconstrução do Partido Comunista, que viria a iniciar os seus trabalhos a 27 de Dezembro de 1975.

No verão de 1975 faz parte da delegação da ORPC(ml) que vai a Tirana estabelecer relações com o Partido do Trabalho da Albânia. Dessa delegação, chefiada por Francisco Martins Rodrigues, fazem também parte Vladimiro Guinot e Mariana Charrua.

No Congresso de Fundação do PCP(R) foi o segundo delegado mais votado para o CC, tendo feito parte dos seus órgãos executivos. Na 5ª RPACC, em Maio de 1976, foi escolhido para 1º Secretário. No 2º (1977), no 4º (1983), no 5º (1986) e no 6º (1992) congressos foi eleito para os respetivos CCs e sempre eleito 1º Secretário. No 3º Congresso foi eleito apenas na qualidade de suplente, tendo sido novamente destacado para o Alto Alentejo. Porém, em 1981, voltou a ser membro efetivo do CC e a ascender ao Comité Executivo.

De 1975 a 1991, Eduardo Pires foi o militante que mais vezes esteve na Albânia, onde chefiou a delegação portuguesa ao VII e ao IX Congressos do PTA. Em abril de 1985, esteve presente no funeral de Enver Hoxha, juntamente com Mário Tomé, representando a UDP. Uma vez criada a associação política CDP (Comunistas pela Democracia e o Progresso) assumiu a sua direção. Veio porém a afastar-se de cargos executivos em 1993, permanecendo na direção.

Na UDP fez parte da Comissão Central / Conselho Nacional, entre 1975 e 1980. Só com a passagem do PC(R) a Associação Política, voltou a ocupar um lugar na direção da UDP, em 1992, desta vez, no Secretariado Permanente.

Discordou do modo como a UDP passou a Associação Política, em 2005. Sendo membro desta associação até hoje, nunca militou no Bloco de Esquerda.

Passados 26 anos da suspensão dos estudos, regressa ao IST para, em 2005, defender a sua tese final de curso em Termodinâmica Aplicada, com o primeiro estudo, feito em Portugal, sobre a produção de energia anaeróbica em aterro.

Durante este período foi eleito Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Estudantes do IST. Foi membro da Assembleia de Representantes do IST e da Mesa do Senado da Universidade Técnica de Lisboa.

Em 2016, com 68 anos, é eleito delegado ao 12º Congresso da FENPROF onde fez aprovar uma moção de homenagem a Ruy D`Epiney, fundador da corrente M-L em Portugal e notável pedagogo em cerca de 40 anos de ensino, falecido no dia da abertura desse Congresso.





# **Anexos**



**TABELA 1** – Distribuição por distrito das percentagens do voto da UDP, entre 1975 e 1995. Em 1975, indica-se também o somatório dos votos da UDP, FEC-ML e PUP (as frentes eleitorais que convergiram depois nela). Nas eleições de 1983 apresentam-se os votos da UDP nos distritos onde concorreu sozinha e os obtidos em **coligação**. Sendo o objetivo deste quadro avaliar a capacidade de penetração eleitoral do campo político PCP(R) / UDP, os votos de ambos os partidos aparecem somados nas eleições de 1985 e 1987. FONTE: Comissão Nacional de Eleições in dados.gov.pt (Portal de dados abertos da administração pública).

	UDP	FEC	PUP	1975	1976	1979	1980	1983	1985 (+)	1987 (+)	1995 = UDP
AÇORES	-	-	-	-	-	1,7	1,3	UDP+PSR 0,6	1,2	0,5	1,2
Aveiro	-	0,6	0,5	1,1	0,9	1,2	0,7	0,5	1,0	0,6	0,8
Beja	1,4	-	1,2	2,6	2,2	1,8	1,3	0,9	1,8	1,8	1,3
Braga	-	0,8	0,9	1,7	1,0	1,4	0,9	0,8	1,1	0,9	0,8
Bragança	-	-	-	-	0,8	1,9	1,0	0,5	1,4	1,3	0,9
Castelo Branco	0,8	1,0	-	1,8	1,1	1,9	0,7	1,0	1,5	1,5	1,0
Coimbra	-	0,8	-	0,8	1,2	1,3	0,8	0,7	1,1	0,9	0,8
Évora	0,9	-	0,6	1,5	2,6	1,7	0,9	0,8	1,4	1,0	1,1
Faro	1,1	0,8	1,1	3,0	2,6	3,2	1,9	1,2	1,9	1,8	1,6
Guarda	-	-	-	-	1,1	0,9	0,7	0,4	1,1	0,7	0,8
Leiria	1,1	0,8	-	1,9	1,0	1,5	1,0	0,7	1,1	1,0	0,9
Lisboa	1,7	0,5	IMP	2,2	2,6	2,8	1,7	1,3	1,6	1,4	1,6
MADEIRA	-	1,2	-	1,2	1,3	6,6	4,5	2,7	5,0	3,5	5,0
Portalegre	1,2	-	-	1,2	1,0	1,7	0,7	0,5	1,4	1,3	1,0
Porto	0,6	0,9	-	1,5	1,5	1,9	1,4	0,8	1,2	1,1	1,1
Santarém	1,0	-	0,4	1,4	1,7	2,2	1,2	1,0	1,2	1,5	1,1
Setúbal	1,3	0,5	-	1,8	2,8	4,0	2,8	1,7	2,2	1,8	1,9
Viana Castelo	-	1,1	0,3	1,4	0,9	0,9	0,7	0,4	1,4	0,8	1,0
Vila Real	-	2,3	-	2,3	0,9	1,5	0,8	0,6	0,9	1,0	0,8
Viseu	-	-	-	-	0,9	1,4	0,6	0,5	1,1	0,7	0,7
<b>NACIONAL</b>	<b>0,79</b>	<b>0,58</b>	<b>0,23</b>	<b>1,6</b>	<b>1,7</b>	<b>2,2</b>	<b>1,4</b>	<b>0,5 + 0,4</b>	<b>1,3 + 0,2</b>	<b>0,9 + 0,3</b>	<b>1,3</b>

**TABELA 2** – Resultados nas eleições parlamentares dos partidos de extrema-esquerda e das coligações do PCP (1975-1999). Votação do campo político UDP/ PCP(R) em percentagem da votação nestas coligações. FONTE: Comissão Nacional de Eleições in dados.gov.pt (Portal de dados abertos da administração pública).

Partido	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999
AOC / PT	Impedido	0,58	n.c. <small>vacc.</small>	0,65						
BE										2,44
FEC / OCMLP	0,58		0,06	0,06	0,11					
FSP	1,16	0,77								
LCI	0,19	0,30								
LST / FER					0,20	n.c. <small>vacc.</small>	n.c. <small>vacc.</small>	0,12		
MES	1,02	0,57								
MRPP	Impedido	0,66	0,89	0,59	0,37	0,34	0,37	0,85	0,70	0,74
PC (R)					0,00	0,22	0,33			
POUS			0,21	1,38 (+PST)	0,34	0,33	0,16	n.c. <small>vacc.</small>	0,04	0,06
PRT		0,09								
PSR			0,62	1,00	0,23	0,61	0,58	1,12	0,64	
PUP	0,23									
UDP	0,79	1,67	2,18	1,38	0,48	1,27	0,89	Listas CDU	0,57	
UDP - PSR					0,44					
TOTAL	3,97	4,64	3,96	4,41	2,17	2,77	2,33	2,09	1,95	3,24
PCP, APU, CDU	12,46 + 4,14 (MDP)	14,39	18,80	16,75	18,07	15,49	12,14	8,80	8,57	8,99
Votação UDP / PCP(R) em % da votação no PCP	6,3%	11,6%	11,6%	7,6%	-----	9,6%	10,0%	-----	6,7%	-----

Partido mais votado por ano

## SIGLAS:

AOC = Aliança Operária-Camponesa (+ PCP-ML em 1976). Depois Partido Trabalhista

BE = Bloco de Esquerda

FEC-ML = Frente Eleitoral de Comunistas M-L (depois Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa)

FSP = Frente Socialista Popular

LCI = Liga Comunista Internacionalista

LST = Liga Socialista dos Trabalhadores (depois Frente de Esquerda Revolucionária)

MES = Movimento de Esquerda Socialista

MRPP = Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (depois PCTP/MRPP)

PCP = Partido Comunista Português. Concorre sozinho em 1975 e 1976, entre 1979 e 1985 concorre coligado com o MDP/CDE e (após 1983) com o PEV na APU. A partir de 1987, concorre com o PEV na CDU.

PC(R) = Partido Comunista (Reconstruído)

POUS = Partido Operário de Unidade Socialista

PRT = Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSR = Partido Socialista Revolucionário

PUP = Partido de Unidade Popular

UDP = União Democrática Popular

**TABELA 3** - Resultados das eleições para a Presidência da República em 1976

Verde = 1º lugar no distrito

Castanho = 2º lugar no distrito

	<b>Ramalho Eanes</b>	<b>Otelo Saraiva de Carvalho</b>	<b>Pinheiro de Azevedo</b>	<b>Octávio Pato (PCP)</b>
AÇORES	<b>71,1</b>	2,3	<b>22,4</b>	4,2
AVEIRO	<b>74,5</b>	7,0	<b>15,9</b>	2,7
BEJA	34,6	<b>32,8</b>	7,0	25,6
BRAGA	<b>70,2</b>	8,1	<b>19,0</b>	2,8
BRAGANÇA	<b>82,6</b>	3,3	<b>11,4</b>	2,7
CASTELO BRANCO	<b>76,3</b>	<b>11,3</b>	8,6	3,8
COIMBRA	<b>71,9</b>	9,6	<b>14,1</b>	4,3
ÉVORA	36,0	<b>34,8</b>	9,5	19,7
FARO	<b>52,9</b>	<b>24,8</b>	14,7	7,7
GUARDA	<b>82,9</b>	4,2	<b>10,5</b>	2,4
LEIRIA	<b>76,6</b>	9,2	<b>9,9</b>	4,4
LISBOA	<b>53,4</b>	<b>23,9</b>	12,2	10,3
MADEIRA	<b>72,4</b>	9,0	<b>16,2</b>	2,4
PORTALEGRE	<b>56,1</b>	<b>16,6</b>	12,8	14,4
PORTO	<b>60,4</b>	11,6	<b>22,8</b>	5,2
SANTARÉM	<b>56,7</b>	<b>20,1</b>	13,1	8,2
SETÚBAL	<b>29,9</b>	<b>41,8</b>	9,6	18,7
VIANA DO CASTELO	<b>74,6</b>	6,9	<b>14,7</b>	3,7
VILA REAL	<b>81,6</b>	4,1	<b>11,3</b>	3,1
VISEU	<b>81,2</b>	3,9	<b>13,1</b>	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>61,6</b>	<b>16,5</b>	<b>14,4</b>	<b>7,6</b>

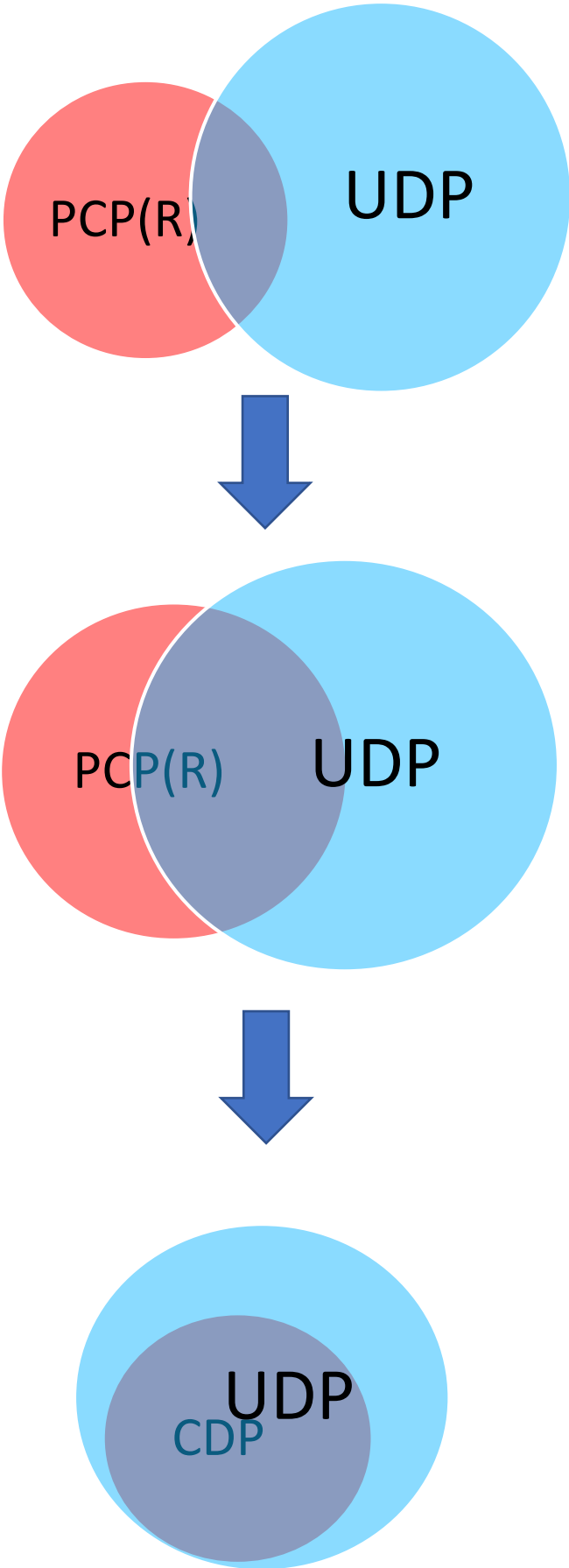
A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho obteve o apoio, com o correspondente envolvimento militante, da Frente Socialista Popular (FSP), do Movimento de Esquerda Socialista (MES), do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) e da União Democrática Popular (UDP). A candidatura de António Ramalho Eanes obteve o apoio do PS, PSD, CDS e MRPP.

**TABELA 4:** Dados sobre a composição social do PCP(R) e dos delegados aos congressos, com indicação das fontes.

<b>ANO</b>	<b>COMPOSIÇÃO SOCIAL</b>	<b>FONTE</b>
<b>1975</b>	1º CONGRESSO: “No total de 163 delegados, 57% são proletários, 30% são estudantes e intelectuais, 12% empregados pobres e apenas 1% são camponeses.” A média de idade dos delegados é de 26 anos. Apenas 10% são mulheres.	<i>Resoluções do Congresso de Constituição do Partido, 1976, p. 18</i>
<b>1976</b>	CC: Em junho de 76, na “5ª Reunião Plenária do Comité Central alargada aos principais quadros proletários... decidiu-se a alteração do Comité Central que foi ampliado e onde passaram a estar representados, em esmagadora maioria, os dirigentes proletários.”	<i>Um Ano de Edificação do Partido. Documento... aprovado pelo II Congresso do PCP(R), 1977</i>
<b>1977</b>	PARTIDO: “47% dos seus membros são operários, 13% semiproletários e 40% de camadas da pequeno-burguesia.” As mulheres representam 20% da militância. A média de idades do partido é de 25 anos. “Atualmente são proletários cerca de 70% dos membros das direções regionais e 80% dos seus primeiros-secretários.”	“Somos o partido do futuro”, <i>BV</i> , 30.03.1977, p. 3
<b>1977</b>	2º CONGRESSO: “A composição social dos delegados era a seguinte: 66% vinham do proletariado, 2% eram camponeses, 5% vinham de setores semiproletários, 8% eram empregados, 5,5% eram estudantes, 13,5% vinham de vários setores de atividades. A média de idades dos delegados era de 27 anos. 9% dos delegados eram camaradas mulheres.”	“Os delegados ao Congresso”, <i>BV</i> , 30.03.1977, p. 3
<b>1979</b>	PARTIDO: “... a composição social do Partido não tem progredido desde o II Congresso. Os militantes operários ainda não atingem 50% do total dos membros. Em vários comités de zona e regionais houve mesmo um recuo: diminuiu o número de camaradas operários, aumentou o de intelectuais, empregados e de outras camadas não-proletárias.”	“Mais operários em todos os escalões do partido”, <i>BV</i> , 14.02.1979, p.9
<b>1979</b>	3º CONGRESSO: “53,7% dos delegados ao congresso eram operários, 3,2% proletários rurais e camponeses, 11,8% semiproletários, 31,3% de profissões diversas. A média de idade era de 28 anos. 10% eram mulheres (...). São operários 63,6% dos membros do CC e 70% dos membros do Comité Executivo.”	“Conclusões do 3º congresso em conferência de imprensa”, <i>BV</i> , 13.06.1979, p. 6

- 1983** 4º CONGRESSO:  
Presentes 148 delegados.  
Composição do CC: 54,1% operários, 12,5%  
semiproletários. Média de idades do CC: 33 anos.
- 1992** 6º CONGRESSO:  
110 delegados.  
“a composição dos delegados foi a seguinte: 51%  
proletários, 19% semiproletários e 30% de condição  
pequeno-burguesa. (...) mulheres eleitas representavam  
19%.”
- BV, 24.02.1983, p. 5-8*  
*BV, 17.03.1983, p. 3-5*  
*BV, 24.03.1983*
- Tribunal  
Constitucional, Proc.  
nº 27/PP, fl. 67  
*Num Mundo em*  
*Mudança o Socialismo*  
*é mais necessário,*  
1992, p. 5

TABELA 5: Diagrama de Venn ilustrativo da evolução da relação PCP(R)/UDP





*Figura 1 - Primeiro comício da UDP, no Pavilhão dos Desportos, no dia 10 de janeiro de 1975. Fonte: Mesquita, 2005: 47. A partir da descrição do evento, no *Diário de Lisboa* (11.01.1975), e da Comissão Promotora da UDP é possível avançar na identificação dos presentes na mesa. Agradeço também ao meu orientador a ajuda prestada.*

- 1: Uma "operária do Porto"
- 2: Frederico Carvalho (CCRML)
- 3: Francisco Martins Rodrigues (CARP-ML)
- 4: José Pisco (CARP-ML)
- 5: Dionísio da Silva Lopes-?
- 6: Vladimiro Guinot (URML)
- 7: João Pulido Valente (CARP-ML) – Diretor da *Voz do Povo*
- 8: Ângelo Rodrigues (CCRML)
- 9: Eduardo Pires (CCRML)
- 10: José Andrade Luz (URML)
- 11: Francisco Bronze-? (URML) – Diretor da *Folha Comunista*
- 12: Rui Teives (CCRML)
- 13: Acácio Barreiros (CCRML) – Diretor de *A Causa Operária*





Figura 2 – “Somos o Partido do Futuro” – Capa do BV noticiando o encerramento do II Congresso do PCP(R) (Abril de 1977)



Figura 3 - Cartaz da UDP "Os Ricos que paguem a crise" (1977)



*Figura 4 - Comité Executivo do PCP(R), juntamente com dois dos principais dirigentes do PCdoB. Foto tirada, em Lisboa, pouco antes da partida de Diógenes Arruda para o Brasil, onde viria a falecer em 25 de novembro de 1979. Diógenes Arruda participou algumas vezes das reuniões da cúpula do partido. João Amazonas, só algumas vezes. A foto é testemunho da forte ligação existente entre os dois partidos.*

Da esquerda para a direita:

Sentados: Diógenes Arruda, Luís Costa, José Alves, João Amazonas, Manuel Rodrigues.

Em pé: Carlos Ribeiro, Frederico de Carvalho, Amadeu Ferreira, Diamantino Ruivinho, “Gomes”, José Borrvalho, Francisco Melro.

Agradeço ao meu orientador a ajuda prestada.

**Bandeira Vermelha**  
 U.E.P. 1.166  
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA (RECONSTRUIDO)  
 DIRECTOR: PAULO DE SOUSA ANO XII 4 DE AGOSTO DE 1988 25500 Nº 655

---

**PERESTROIKA É ANTI-SOCIALISMO**

— Denúncia contundente do “Zeri i Popullit” (Voz do Povo), órgão central do Partido do Trabalho da Albânia

---

As reformas empreendidas por Gorbachev na União Soviética e que são actualmente conhecidas pelo nome perestroika, suscitaram um largo eco e provocaram numerosos debates e discussões tanto no interior do país como por todo o mundo.

uma reforma, não do sistema socialista, mas da ordem revisionista, segundo um novo modelo capitalista.

Gorbachev procura dotar a estratégia da consolidação do social-imperialismo soviético dumha base teórica que tenha como objectivo construir um novo modelo de socia-

Mas a vida confirmou o malogro total do sistema d'autogestão, que encontrou pela primeira vez a sua aplicação na Jugoslávia. A realidade da Jugoslávia, com um divida de vinte milhões de dólares, com uma grave crise económica, política, nacional e a inflação galopante,

**Exclusivo em Portugal**

**postagem em causa**

Em suplemento deste **Bandeira Vermelha** publica-se, pela primeira vez no nosso país, a carta da universitária Nina Andreieva, que critica a Perestroika de Gorbachev.

Pese embora algumas noções menos correctas, este documento assume um importante significado, pois representa o esforço de alguns sectores da URSS em defender o Marxismo-Leninismo, em polémica aberta com as teses capitalistas da nova direcção revisionista do PCUS.

Este suplemento do **Bandeira Vermelha** não pode ser vendido separado.

- Lógica da UOP eleitoral da UDP
- Conclusões do 11º Reunião do CO do PC(R)
- Página 6
- Brasil: últimas das presidenciais
- Reunião entre PC(EML) e PC(R)
- Kazava: repressão continua
- Página 7
- China: as razões do Terceirismo
- Página 8
- Furo da situação nas autarquias

**Bandeira Vermelha**  
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA (RECONSTRUIDO)

**Vozes que estremeçam o coro da Perestroika**

*Professora soviética denuncia em carta silenciada por Gorbachev, o rumo anti-socialista em curso na URSS*

Escrita nas condições concretas da União Soviética, publicada em primeira mão fora deste país, na revista **Principios**, do Partido Comunista do Brasil, e agora divulgada no nosso país, a carta da professora universitária Nina Andreieva dificilmente terá posição de destaque nos grandes órgãos de informação. E não será, naturalmente, por desconhecimento. Um jornal como o “Sovetskaja Rossia” é mencionado amudada vez quando se trata de enaltecer o actual curso político da URSS e de alabar as conquistas do socialismo de Lenine e Staline.

A verdade é que esta carta veio publicada naquele jornal. Só que tem uma particularidade: põe em causa a Perestroika, desmonta muitos dos seus argumentos, denuncia a base social retrógrada e reaccionária que sustenta Gorbachev, acusa o desenvolvimento das mais variadas correntes anti-socialistas no país da Revolução de Outubro.

E estranho como um fio de diatama parece ligar os dois países: como a coincidência de atitudes faz levantar, num espírito mais vigilante e arguto, interrogações sobre as verdadeiras intenções de cada um dos dois países.

Na realidade, se a carta de Nina Andreieva foi silenciada por ordens expressas de Gorbachev, assim como toda a polémica que ela gerou, também os órgãos de informação ocidentais e em particular a imprensa portuguesa permaneceram num obstinado silêncio. Facto tanto mais grave quanto mais silencioso.

os camponeses” opõem actuação sobre a filosofia religio-mítica, sobre os conceitos cristãos sobre a história nacional, o não reconhecimento da diferenciação pós-revolucionária do campesinato, do papel revolucionário da classe operária.

No que se refere à luta de classes no campo, por exemplo, são raramente eles mencionam os camponeses “do campo”, os que “enfiam a faca nas costas do campesinato médio”. Em todo este grande país, onde estodia a revolução, havia seguramente camponeses de todos os tipos, mas o caminho principal de nossa vida foi a socialização dos camponeses.

Desse problema-chave da concepção sócio-histórica emanam também a questão do papel da ideologia socialista no desenvolvimento espiritual da sociedade socialista. Por falar nisso, está querendo ser enfatizada desde o final do ano de 1917 por Kautsky, que declarou numa de suas brochuras dedicadas a

trabalhos conjunturais em defesa da “pátria” moral e espiritual nos termos as “fontes” e os critérios da ideologia científica manipulando a ideologia difundem o pluralismo excessivo, que objectivamente enfraquece a retribuição na consciência social. De maneira especialmente óbvia, isto se reflete na juventude, cuja que, rppro, sentença profundamente não, pedagogos, das universidades, profissões das escolas e todos os problemas da juventude. Como disse M. S. Gorbachev no primeiro de fevereiro do Comité Central do PCUS, não devemos agir também na vida espiritual e, portanto, proclamarmente, no primeiro lugar, agir

**Principios**  
 O SOCIALISMO TRABO  
**PERESTROIKA**

**Principios**  
 O SOCIALISMO TRABO  
**PERESTROIKA**

**ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA (RECONSTRUIDO)**

**CONGRESSO PC do B**

**7º Congresso do Partido Comunista do Brasil**

**PÁGINA MEMORÁVEL NA LUTA DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO DO BRASIL**

Em 11 horas em ponto de quarta-feira do passado dia 11 de Maio, quando o Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, chegou a bordo a ilha de Itaipava e deu início a abertura do 7º Congresso do Partido. Esteve para começar uma sessão com o propósito de estabelecer o quadro de trabalho, mas que não ocorreu exactamente nos termos previstos.

Após o discurso de abertura do Congresso, o presidente do Conselho Nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, declarou: “Este Congresso do Partido Comunista do Brasil é um acontecimento histórico. Ele representa o primeiro congresso do Partido Comunista do Brasil em 40 anos de existência. É um momento de grande importância para o nosso povo e para o nosso país. Não há dúvida de que este Congresso será um marco na história do nosso Partido e do nosso país. Vamos trabalhar para que este Congresso seja um sucesso e que o Partido Comunista do Brasil seja fortalecido e capaz de cumprir plenamente o seu papel histórico de lutar pela libertação da nossa pátria e pela construção do socialismo no Brasil.”

**ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA (RECONSTRUIDO)**

**PERESTROIKA**

— Extractos do Informe ao 7º Congresso do PC do B apresentado pelo camarada João Amazonas

Este documento contém os extractos do Informe ao 7º Congresso do PC do B apresentado pelo camarada João Amazonas. O texto aborda a situação política e económica da URSS e da Europa Oriental, bem como a posição do Partido Comunista do Brasil face a estas mudanças. O autor critica a Perestroika de Gorbachev, afirmando que se trata de uma reforma revisionista que não altera a natureza imperialista do sistema soviético. O texto também discute a situação da América Latina e o papel do Partido Comunista do Brasil na defesa do socialismo e da luta de classes.

Figura 5 - Colagem de publicações e suplementos do **Bandeira Vermelha** entre 1988 e 1991 – parte 1



**Bandeira Vermelha** 

Composição, Montagem e Impressão: Gráfico Coop. de Artes Gráficas, C.R.L. Galiz dos Barbadeiros, 114-A, 1100 LISBOA. Telefone: 37 25 02

# Processo de democratização do país não foi importado, nem imposto

— Extractos do discurso do camarada Ramiz Alia, na 11.ª Reunião Plenária do CC do PTA

As acções de alguns indivíduos albaneses, entrando em algumas embaixadas estrangeiras e exigindo passaportes, mereceram a mais viva condenação e repúdio do povo albanês, que se sentiu ferido no seu amor patriótico e no brío com que se empenha na construção do socialismo.

Elas foram também motivo para uma acção concertada de diversos países da Europa, e uma grossa

da que temos dificuldades e necessidades. Mas as nossas preocupações, as preocupações dos albaneses nunca foram solucionadas pelos estrangeiros. Só nós, povo albanês, e nenhum outro, pode e deve construir e fazer avançar o nosso país.

de economia, a decisão que tomarmos amanhã, para a organização e aperfeiçoamento dos serviços e do artesanato, contribuirá uma verdadeira revolução neste campo. Agora está-se a trabalhar na preparação da nova lei eleitoral para a Assembleia Popular, sua ul-



## Onde todos falharam a Albânia venceu

— Delegação do PC(R) esteve presente nas comemorações e leu a saudação que dirigimos ao Iugrija

da Questão Central do Partido do Trabalho da Albânia

Quem nos lembra o passado não nos profunde e calmo felicitações ao Partido do Trabalho da Albânia e a todos os albaneses, para o aniversário do nascimento de Nova Albânia.

O dia 28 de Novembro de 1946, sancionou a partir do alto mar, a república e o primeiro passo da revolução socialista, a construção de um novo mundo que marca a história universal da luta pela libertação, emancipação e progresso social. É, no entanto, e sem dúvida, o mais grande passo que o povo albanês realizou e realizou no caminho da sua própria libertação e progresso social. É, no entanto, e sem dúvida, o mais grande passo que o povo albanês realizou e realizou no caminho da sua própria libertação e progresso social.

A Albânia tornou-se assim um país de irradiação de verdadeira paz e de socialismo. Por isso, exemplo revolucionário para todos os povos do mundo, assim como para os povos que vivem em países capitalistas dependentes ou em desenvolvimento, imperialistas ou dependentes.

Faço o Povo e o País que assim vive, trabalha e luta.

Tudo este brilhante e importante sucesso no caminho da construção do socialismo só poderia ter lugar porque este maravilhoso povo surgiu no seu país, em Novembro de 41, um Partido guiado para moralizar o pensamento albanês, o Partido proletário, profundamente internacionalista, da construção de um mundo iluminado pelo programa de Libertação Nacional, da construção de um mundo popular e do socialismo.

O Partido Comunista Reconstituído do Portugal deu-nos mais uma vez os mais ardentes e calorosos saudosos e homenagens ao 40.º aniversário do seu Novo Albânia, Livre, Independente e Socialista.

Viva o 40.º Aniversário da Nova Albânia!

Viva o Partido do Trabalho da Albânia, que dirige entusiasmado e Socialista na Albânia!

# Leste, a leste do Socialismo

O Socialismo morreu? Mário Soares diz que sim, os actuais dirigentes dos países de Leste confirmam, um pouco por toda a parte diversos analistas corroboram da mesma afirmação.

Aparentemente os tempos que se passam no mundo, em particular a crise nos países ocidentais, parecem confirmar esta análise. Tal não é o ponto de vista do nosso Partido.

Confirmando a vitalidade do socialismo está a realidade pujante de Albânia, que comemorou recentemente o 45.º Aniversário de sua Libertação.

A experiência específica da construção socialista é, pois, analisada em artigo neste suplemento do jornal.

Mas igualmente a crise dos países de leste — que na essência é a crise do revisionismo — é abordada, através da divulgação dos aspectos essenciais do discurso proferido pelo camarada Eduardo Pires, num jantar comemorativo do 14.º aniversário do PC(R).

Discorso de Eduardo Pires, 1.º Secretário do Comité Central do PC(R), em Lisboa, no jantar comemorativo do 14.º aniversário do PC(R).



# ALBÂNIA a diferença

AO COMITÉ CENTRAL DO PTA AO CAMARADA RAMIZ ALIA

O Comité Central do Partido Comunista (Reconstituído) em Reunião Plenária ampliou aos secretários de todos os Comités Regionais do Partido, assim como a todos os quadros das Comités Auxiliares do Comité Central, enviando-lhes as mais calorosas saudações pela forma serena, sagaz e determinada como o Partido do Trabalho, o Estado, a Assembleia Popular e o povo albanês responderam aos perigos, às ameaças, às chantagens criadas pelos inimigos externos e internos em torno do caso das ocupações das embaixadas.

As medidas progressistas, inovadoras e criadoras desencadeadas pelas reformas de democratização das últimas reuniões plenárias do Comité Central, que vieram dar mais vida à vida do Socialismo, perante a forma como o PTA e o Estado albanês responderam a esta situação, saliram reforçadas e prestigiadas garantindo um grande sucesso para a Albânia de hoje.

O nosso Comité Central sente-se também orgulhoso com esta extraordinária vitória política e diplomática do Partido do Trabalho e do Estado Albanês. Ela só é possível pela unidade inamovível do povo albanês com o Partido do Trabalho, só é possível pela experiência e sabedoria do Partido do Trabalho para responder aos actuais desafios que o mundo em transformação verginhosa coloca a todas as sociedades e nações.

O exemplo impar que o Estado Albanês apresentou e está a enfrentar a situação dos "refugiados" nas embaixadas em Tirana, revelou aos olhos do mundo, que a Albânia Socialista tem hoje um papel destacado e insubstituível no concerto das Nações, para a defesa da democracia, da soberania, da liberdade e dos direitos dos cidadãos e Nações do mundo inteiro.

Expressamos mais uma vez, a nossa grande confiança e total solidariedade internacionalista no prosseguimento de novas e maiores sucessos na construção da via do Socialismo escolhida pelo seu próprio povo.

VIVA A ALBÂNIA SOCIALISTA!

# ALBÂNIA SOCIALISTA UMA REALIDADE ÚNICA NO MUNDO

Entrevista com Eduardo Pires, 1.º Secretário do Comité Central do PC(R), num jantar comemorativo do 14.º aniversário do PC(R).

Intervenção de Ramiz Alia, 1.º Secretário do Comité Central do Partido do Trabalho da Albânia




Figura 6 - Colagem de publicações e suplementos do Bandeira Vermelha entre 1988 e 1991 – parte 2

**Madeira**

## **PC(R) contra Muro de Berlim**

O grupo parlamentar do PS/Madeira apresentou um voto de saudação à destruição do Muro de Berlim. Artur Andrade, deputado do PC(R) eleito na lista da UDP, proferiu uma breve declaração de que transcrevemos alguns extractos.

"A UDP vota favoravelmente este voto de congratulação apresentado pelo PS e permitam-me evocar a V. Ex<sup>as</sup> alguns factos históricos acerca da construção do muro de Berlim.

Foi essa figura anti-estalinista, profundamente anti-estalinista, saudada pela Coca Cola e pela ITT, essa figura chamada Kruchov que, em 1961, procede à construção do muro de Berlim.

Alguns têm a memória muito curta e desconhecem alguns factos inéditos que é necessário lembrar.

E será importante lembrar isto porque as pressões para a construção do muro de Berlim apareceram logo nos finais de 1945, na altura em que Estaline, o estratega da derrota do nazi-fascismo, saudado por Churchill e Roosevelt, à frente dos destinos da União Soviética, que se opunha ferozmente à construção desse muro.

É após a morte de Estaline que o seu sucessor, o anti-estalinista Kruchov e Brejnev construíram e consolidaram o muro de Berlim.

É nossa opinião que o socialismo tem uma clara superioridade sobre o capitalismo e que não necessita desse tipo de muros. Prova-o a Albânia Socialista e só a transformação da União Soviética e dos países de Leste em ditadura do tipo social-fascista necessitavam desses muros. E só por isso que nós saudamos a queda do muro".

**De seguida Artur Andrade falou de outros muros, os da exploração e da perseguição política existente na Madeira e no sistema opressor capitalista.**

*Figura 7 - Intervenção do Deputado Madeirense da UDP Artur Andrade no Parlamento da Madeira (Nº692 do BV, Novembro de 1989)*

# CRONOLOGIA (1974 – 2005)

## 1974:

**6 AGOSTO 1974:** *Voz do Povo*, nº 1. Diretor: João Pulido Valente. Semanário apartidário, mas desde o início de orientação M-L. Lançado pelo CARP-ML, foi herdado pela ORPC-ML e, finalmente, passou para o controlo do PCP(R). Com o lançamento da UDP, em 16 de dezembro de 1974, passou a apoiá-la, tornando-se uma espécie de órgão oficioso. J.P. Valente abandona a direção no nº 69 (2.12.1975), assumindo Mariano Castro o cargo de diretor interino.

*12 de Setembro* – Manifestação dos trabalhadores da Lisnave, onde perto de 5.000 operários, em fato de macaco e capacete de segurança, desfilaram, em filas cerradas, dos estaleiros da Margueira até ao Ministério do Trabalho, forçando a passagem ao dispositivo militar que cercava os estaleiros. Reivindicando o saneamento dos “lacaio dos patrões” e contestando as leis da greve e do lock-out, acabadas de sair, a manifestação foi impulsionada pelo núcleo organizado em torno do jornal “A Voz do Estaleiro” (URML e CCRML), e criticada pela célula do PCP na Lisnave. Irá tornar-se um modelo para as manifestações do PREC e, ainda na atualidade, o seu aniversário é comemorado pelos organizadores.

*28 de Setembro* – Proibida a manifestação, intitulada da “Maioria Silenciosa”, de apoio ao General Spínola, Presidente da República nomeado após o 25 de Abril. O evento tinha sido convocado por setores conservadores, defensores da continuação dos laços entre Portugal e o Ultramar, e ligados ao Partido Liberal, ao Partido do Progresso (depois ilegalizados) e ao Partido da Democracia Cristã (extinto em 2004). Na véspera do evento, o COPCON montara uma operação visando a detenção de antigos membros da Legião Portuguesa e também de elementos envolvidos na preparação da manifestação. Piquetes ligados aos partidos de esquerda saem para a rua bloqueando os acessos a Lisboa. O Presidente da República tenta decretar o estado de sítio. Derrotado, demite-se a 30 de setembro, sendo substituído pelo General Costa Gomes.

## 1975:

**10 JANEIRO:** Comício de apresentação da UDP no Pav. Desportos. Discursam: Eduardo Pires (CCRML), João Pulido Valente (CARP-ML), Vladimiro Guinot (URML) e José Pisco.

*12 de Fevereiro* – Manifestação, convocada pela comissão Interempresas, contra o desemprego e contra a presença dos navios da NATO no Tejo. Convocada por cerca de 20 CT's, onde era forte a presença de militantes M-L, do PRP e do MES, a manifestação saiu do Terreiro de Paço, passou pela Embaixada dos Estados Unidos da América, num momento de grande tensão, e terminou no Ministério do Trabalho. O PCP e a União dos Sindicatos do Sul condenaram a manifestação.

**9 MARÇO:** I Congresso da UDP (Montijo) aprova os Estatutos e elege a Comissão Central com 22 membros. Participaram mais de 400 delegados e cerca de 2.000 convidados.

*11 de Março* – Uma alegada operação militar, organizada pelo PCP e o COPCON, com o apoio da URSS, conhecida como “Matança da Páscoa” e que visaria eliminar Spínola, algumas dezenas de oficiais próximos e centenas de civis ligadas à direita, empurra estes para uma ação militar preventiva. Esta tentativa de golpe de estado, que envolve alguns meios da Força Aérea, fracassa em poucas horas. Spínola foge para Espanha, de onde só regressará em agosto de 1976. Em consequência, o país “vira à esquerda”, com a nacionalização dos setores bancário e segurador, a que se segue a CUF e a Lisnave. No dia 14 de março, a Assembleia do MFA extingue a Junta de Salvação Nacional, criada no 25 de Abril, substituindo-a pelo Conselho da Revolução.

*11 de Abril* – Oficializado o Pacto MFA-Partidos (CDS, FSP, MDP, PCP, PS, PSD), consagrando “a continuação da revolução política, económica e social iniciada a 25 de abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante”, e reservando para o Conselho da Revolução o papel central de direção do país.

**23-25 ABRIL:** Conferência de fusão, entre o CARP-ML, CCRML e URML, donde resulta a ORPC-ML (Lisboa).

**25 ABRIL:** A UDP é o único partido da extrema-esquerda a eleger um deputado para a Assembleia Constituinte.

**26-28 ABRIL:** III Conferência do CMLP (Lisboa) proclama a dissolução do PCP-ML e o regresso à anterior designação. Esta decisão afetará apenas a facção “Mendes”, continuando a facção “Vilar” a fazer uso do título.

**1 MAIO:** Manifestação unitária do 1º Maio, alternativa à da CGTP-IN, desde o Terreiro de Paço até à Alameda D. Afonso Henriques. Foi convocada pelas cinco organizações M-L que, entretanto, passaram a três: CMLP, OCMLP e ORPC-ML. Palavras de ordem: *Fora a NATO! Fora a CIA! Independência nacional! Nem imperialismo, nem social-imperialismo! Morte ao fascismo e a quem o apoiar! Operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos! Morte ao capitalismo! Democracia popular!*

**25 MAIO:** Manifestação em Lisboa, sob o lema *Fora a NATO, for a CIA, Independência Nacional*, organizada pelo CMLP, OCMLP e ORPC-ML.

**JUNHO-JULHO:** A convite do PTA, uma delegação da ORPC-ML visita a Albânia, durante um mês.

*19 de Julho* – O PS realiza, em Lisboa, o Comício “da Fonte Luminosa”. A partir daí, a polarização da sociedade portuguesa foi em crescendo, com o PS, o PSD, o CDS e as forças mais conservadoras, de um lado, e o PCP e a extrema-esquerda (com exceção dos partidos M-L que denunciavam a escalada “social-fascista”), do outro.

*8 de Agosto* – No dia em que tomou posse o V Governo Provisório, presidido pelo general Vasco Gonçalves e rodeado de ministros afetos ao PCP, MDP-CDE e independentes, foi publicado na imprensa um documento que ficou conhecido por “Documento dos Nove” ou “Documento Melo Antunes”. Era assinado por nove membros da ala moderada do



Conselho da Revolução, entre os quais: Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Franco Charais, Vítor Alves e Vítor Crespo. O documento opunha-se às teses do Documento-Guia da Aliança Povo/MFA, aprovado na Assembleia do MFA, em 8 de julho. Entre o modelo socialista da Europa de Leste e o modelo das social-democracias ocidentais, o texto defendia uma “terceira via”, com base num projeto socialista alternativo, respeitando a democracia política e pluralista e as liberdades, direitos e garantias fundamentais. Simultaneamente, o Grupo dos Nove encarrega Ramalho Eanes de preparar os planos operacionais para fazer frente a uma eventual tentativa de golpe, quer da “esquerda militar”, formada em torno do primeiro-ministro Vasco Gonçalves e do PCP, quer dos “militares revolucionários” que faziam parte do grupo liderado pelo comandante do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho.

*12 de Agosto* – É divulgada a *Autocrítica revolucionária do COPCON e proposta de trabalho para um programa político*. Este documento – conhecido como “Documento do COPCON”, produzido em resposta ao Documento dos Nove – foi redigido pelos capitães Álvaro Fernandes, João Sobral Costa, Rosado Luz e pelos majores Mário Tomé, Leal Tomé e José Maria Azevedo. Teve ainda a participação de Carlos Antunes e Isabel do Carmo (do PRP) e, na fase final, de Rui d’Espiney (da ORPC-ML). O documento propunha um modelo assente no poder popular de base e viria a ter o apoio do PRP, do MES e da UDP.

**10-12 AGOSTO:** Por proposta da ORPC-ML, começam os encontros com o CMLP e a OCMLP tendo em vista a realização de um congresso de unificação e fundação do novo partido. É constituída uma Comissão Organizadora do Congresso (tripartida) e decidida a publicação de uma *Tribuna do Congresso* para publicar e debater os projetos de teses entre os militantes das três organizações.

*19 de Agosto* – O Presidente da República, general Costa Gomes reúne com os subscritores do “Documento dos Nove” e com Otelo Saraiva de Carvalho (graduado em general “de três estrelas”), para chegarem a um entendimento. No dia seguinte, Otelo Saraiva de Carvalho consome a rutura com o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves.

**20 AGOSTO:** Manifestação convocada por Comissões de Moradores e Comissões de Trabalhadores até à Assembleia da República, para apoiar o Documento do COPCON, exigir a dissolução da Constituinte e o desenvolvimento dos órgãos de vontade popular. Mobilizando cerca de 100.000 pessoas (onde se destacavam algumas centenas de soldados e marinheiros) foi a maior manifestação de massas impulsionada pela ORPC-ML e a UDP. O CMLP também mobilizou as suas bases, a OCMLP, não.

*25 de Agosto* – Constituição da FUP (Frente de Unidade Popular), com o PCP, MDP-CDE, MES, PRP-BR, FSP, LUAR e LCI. Esta plataforma tinha por base o apoio ao Documento do COPCON e ao V Governo Provisório e a defesa do poder popular. Contudo, três dias depois, o PCP abandonou a Frente, que mudou o nome para FUR (Frente de Unidade Revolucionária). No dia 12 de Setembro, a FUR realizou um comício no Campo Pequeno onde defendeu o reforço do poder popular e a necessidade de armar os trabalhadores. Nem a UDP, nem nenhuma organização M-L, fizeram parte da FUR.



*6 de Outubro* – Manifestação realizada no Porto organizada pelos Soldados Unidos Vencerão (SUV), estrutura clandestina de soldados, criada pelo PRP, dois meses antes, com o objetivo de promover a auto-organização política dos militares. A manifestação foi apoiada pelas seis organizações constantes da FUR e pela UDP.

*25 de Novembro* – Iniciado com a sublevação dos para-quedistas, que ocupam as Bases Aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo, termina quando o destacamento de Comandos da Amadora cerca a Polícia Militar, na Ajuda. Segue-se a dissolução do COPCON, comandado pelo major Oteló Saraiva de Carvalho. Estes acontecimentos põem termo ao PREC. O major Mário Tomé, um dos subscritores do Documento do COPCON, é preso e libertado cinco meses depois. Também Oteló Saraiva de Carvalho irá estar preso entre janeiro e abril de 1976.

**13-14 DEZEMBRO:** 1ª Sessão da II Conferência Nacional da OCMLP (Nazaré).

**27 DEZEMBRO - 5 JANEIRO:** Congresso (clandestino) de fundação do PCP(R), em Lisboa. Participaram 163 delegados.

## **1976:**

**22 JANEIRO:** *Bandeira Vermelha*, nº 1. Diretor: Manuel Monteiro.

**JANEIRO:** 2ª Sessão da II Conferência Nacional da OCMLP (Porto), conduzindo à destituição dos seus dirigentes.

**2 FEVEREIRO (2º quinzena):** Uma delegação do PCP(R) visita a Albânia, tendo sido recebida por Ramiz Alia, do Secretariado do CC, e Piro Bitia, do Departamento das Relações Exteriores. Em visitas subsequentes, Ramiz Alia seria um interlocutor frequente.

**20-21 MARÇO:** II Congresso da UDP, no Coliseu dos Recreios, sob o lema “Unir o povo contra a miséria, o fascismo e o imperialismo.” Aprova novos Estatutos e o Programa Político. Foi eleito um Conselho Nacional com 31 membros. “Alerta” substitui “A Internacional” enquanto hino do partido. Participaram 800 delegados, 700 observadores e 3000 convidados.

*2 de Abril* – Aprovação pela Assembleia Constituinte da Constituição da República Portuguesa, com o voto favorável de todos os partidos, à exceção do CDS.

*25 de Abril* – Eleições para a Assembleia Legislativa. Resultados dos partidos com representação parlamentar: PS - 35%; PPD - 24%; CDS - 15,9%; PCP - 14,6%; UDP - 1,7%. O PS forma o I Governo Constitucional, minoritário.

**ABRIL (2ª metade):** III Conferência da OCMLP (Porto) aprova a sua dissolução e integração no PCP(R).

**MAIO (2ª metade):** 1ª Reunião Nacional de Quadros Proletários, para tratar do processo de revolucionarização e proletarização em curso no PCP(R).

*27 de Junho* – Eleições para a Presidência da República onde o campo político PCP(R) / UDP, juntamente com o MES, FSP, PRP e LCI promovem a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho. O general António Ramalho Eanes é eleito, à primeira volta, com 61,59% dos votos. Otelo é o segundo candidato mais votado, com 16.46%.

**3 JULHO:** Primeiro número do jornal *25 de Abril do Povo*. Este projeto, impulsionado pelo PCP(R), pretendia passar a diário, mas nunca o conseguiu, terminando a 11.09.1976.

**1-7 NOVEMBRO:** VII Congresso do PTA. A delegação do PCP(R) era chefiada por Eduardo Pires.

*11 a 14 de Novembro* – VIII Congresso do PCP, sob o lema “Com a Democracia para o Socialismo”. O Congresso defendeu que a consolidação da democracia e a solução dos problemas económicos e financeiros atravessados exigiam uma política baseada no respeito pelas transformações económicas e sociais realizadas pela revolução, não uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Apontou ainda os meios de luta que permitiriam aos trabalhadores e ao povo consolidar as suas conquistas e impulsionar a revolução rumo ao socialismo. Participaram 1282 delegados.

*19 a 21 de Novembro* – Congresso dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, reunindo 1.800 delegados, na Amadora, do qual saiu o Movimento de Unidade Popular. Os GDUPs tinham sido criados enquanto frente eleitoral de apoio à candidatura presidencial de Otelo. Na Comissão Nacional do MUP figuravam nomes independentes (como Luís Moita, que foi eleito presidente) e outros ligados a partidos, como Mário Brochado Coelho, Eduardo Pires ou José Manuel Esperto (à UDP) e Afonso de Barros, Catalina Pestana ou Francisco Cordovil (ao MES). O PRP abandonou os trabalhos antes da eleição. A fraca prestação do MUP nas eleições autárquicas de 12 de dezembro (2,5%) acabou por ditar a sua extinção.

**17 DEZEMBRO:** Comício do PCP(R), no Pav. Desportos, por ocasião da morte de Mao Tsé-Tung.

## **1977:**

**MARÇO (finais):** II Congresso do PCP(R) (clandestino), algures na Margem Sul. Aprova novos Estatutos e a Resolução Política *Pelo Caminho do 25 de Abril do Povo, da Democracia Popular e do Socialismo*, apontando “a luta por um Governo do 25 de Abril do Povo como a única plataforma capaz de unir as massas trabalhadoras e as forças democráticas, isolar os renegados revisionistas, barrar o caminho à recuperação capitalista e reacionária, e aproximar a Revolução Democrático-Popular, em marcha para o Socialismo.” Este congresso decide criar uma associação política, também designada PCP(R).

*22 de Junho* – Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a República Popular Socialista da Albânia.

*22 de Julho* – Na Assembleia da República, o PS, o PSD e o CDS votam favoravelmente a nova lei da reforma agrária, conhecida como Lei Barreto, com a oposição do PCP e da UDP. Em 17 de setembro, o Conselho da Revolução aprovará a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, a Lei do Arrendamento Rural e a Lei das Indemnizações.

**19-20 NOVEMBRO:** III Congresso da UDP (Amadora) sob o lema “Pelo 25 de Abril do povo: na unidade popular em defesa das conquistas de Abril”. Foi eleito um Conselho Nacional com 46 membros. Participaram 1.500 delegados e estiveram presentes vários milhares de convidados.

*8 de Dezembro* – É rejeitada, no parlamento, a moção de confiança apresentada pelo governo, obrigando à demissão do executivo dirigido por Mário Soares.

## **1978:**

*30 de Janeiro* – O Presidente da República dá posse ao II Governo Constitucional, formado por PS e CDS, e presidido por Mário Soares.

*Março* – O Governo reinicia as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) procurando a celebração de um acordo que permita a concessão de um empréstimo a Portugal.

*8-9 de Abril* – É fundada em congresso, na Marinha Grande, a Organização Unitária dos Trabalhadores, onde se viriam a destacar Otelo Saraiva de Carvalho, José Mouta Liz e Pedro Goulart. Os três seriam fundadores, em 1980, da organização armada Forças Populares – 25 de Abril (FP-25).

**25 ABRIL:** O semanário *Voz do Povo* é remodelado deixando de ser uma espécie de “boletim da UDP”. O diretor passa a ser João Carlos Espada e o chefe de redação, Manuel Falcão, depois substituído por José Manuel Fernandes.

*27-28 de Maio* – Primeira sessão pública do Tribunal Cívico Humberto Delgado, iniciativa unitária impulsionada pelo campo político PCP(R) / UDP.

**22 JUNHO:** Manifestação contra o regresso do Presidente da República deposto, Almirante Américo Tomás, impulsionada pelo campo político PCP(R) / UDP.

*24 de Julho* – Diogo Freitas do Amaral retira formalmente o apoio ao governo PS-CDS, precipitando o seu fim.

**9 JULHO:** Conferência Nacional da UDP, convocada pelo Conselho Nacional, propõe a unidade das forças antifascistas e patrióticas, como o PCP(R), a UEDS, ou o MES, para lutar pela defesa das liberdades, da Constituição, da Reforma Agrária, das condições de vida dos trabalhadores e pela salvaguarda da independência nacional.

*29 de Agosto* – Toma posse o III Governo Constitucional, chefiado por Alfredo Nobre da Costa. Seria o primeiro dos três executivos de iniciativa presidencial. Foi derrubado por uma moção de rejeição, apresentada pelo PS, que contou com os votos do CDS, da UDP e com a abstenção do PCP.

*22 de Novembro* – Toma posse o IV Governo Constitucional, chefiado por Carlos Alberto da Mota Pinto.

*1 de Dezembro* – Manifestações por todo o país contra o aumento do custo de vida.

**DEZEMBRO (finais):** 1ª Conferência Nacional do PCP(R) (Nazaré).

## **1979:**

*6 de Fevereiro* – Chega a Lisboa uma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI), para negociar com o governo um novo Acordo de Estabilização.

*10 e 17 de Março* – Realizam-se manifestações no Porto, Lisboa e Braga contra o IV Governo Constitucional, cuja demissão é exigida.

**16 ABRIL:** A expulsão, pelo PCP(R), de quatro membros do CC dá início ao abandono de várias centenas de militantes em protesto. A redação da *Voz do Povo* decide tornar-se autónoma do partido. O deputado Acácio Barreiros é um dos que se demite, mas mantém a confiança do PCP(R). Uma parte dos ex-militantes irá fundar a Unidade Comunista, no dia 13 de maio.

*31 de Maio a 3 de Junho* – IX Congresso do PCP, realizado no Barreiro, sob o lema “Com Portugal, pela Democracia.” O congresso aprovou um conjunto de linhas de ação direcionadas para defender a democracia, melhorar as condições de vida, promover o desenvolvimento de Portugal com base nas conquistas de Abril, assegurando a independência nacional. Participaram 1749 delegados.

**MAIO (final):** III Congresso do PCP(R) (clandestino) numa herdade no Alentejo. Documentos aprovados: “Para derrotar a ofensiva reacionária e alcançar uma viragem na situação nacional”, “O aprofundamento da luta contra o revisionismo, necessidade do momento presente” e “Crítica do congresso ao CC e autocrítica do CC.” Reagindo à cisão de abril, o Congresso propõe uma campanha de recrutamentos, que será a Promoção Stáline. O CC eleito é formado por 33 membros (25 efetivos e 8 suplentes).

*6 de Junho* – Após a rejeição parlamentar das Grandes Opções do Plano, Mota Pinto apresenta ao Presidente da República o seu pedido de demissão, que é aceite.

*5 de Julho* – PSD, CDS e PPM assinam um compromisso pré-eleitoral de governo. Nasce a Aliança Democrática.

*13 de Julho* – O Presidente da República decide dissolver a Assembleia da República e convocar eleições intercalares para 2 de Dezembro. Seis dias depois, nomeia Maria de Lurdes Pintasilgo para chefiar o V Governo Constitucional.

**13 AGOSTO:** Por decisão da Comissão Permanente da UDP, onde o PCP(R) detinha a maioria, Acácio Barreiros abandona o parlamento. O diretor do *Bandeira Vermelha*, Manuel Monteiro, ocupará o seu lugar.

*21 de Setembro* – O PCP e o MDP constituem uma coligação eleitoral para as eleições intercalares, sob a sigla Aliança Povo Unido (APU).

**2 NOVEMBRO:** Inicia a sua publicação o boletim da UDP, *Em Marcha*, procurando substituir o papel da *Voz do Povo* enquanto jornal não-oficioso deste partido.

*2 de Dezembro* – Eleições intercalares para a Assembleia da República. Resultados dos partidos com representação parlamentar: AD – 45,3%; PS – 27,3%; APU – 19,8%; UDP – 2,2%. Dotada de maioria absoluta, a AD forma o VI Governo Constitucional. Será o primeiro executivo de direita no Portugal do pós-25 de Abril.

*1979* – Dissolução da FSP.

## **1980:**

*3 de Janeiro* – Toma posse o novo governo, com Francisco Sá Carneiro (PSD) como primeiro-ministro e Diogo Freitas do Amaral (CDS) como vice-primeiro-ministro.

**JANEIRO:** I Conferência Nacional da Unidade Comunista (Lisboa). É reafirmada a posição de que os comunistas portugueses não deveriam tomar partido face à cisão sino-albanesa e o empenhamento da UC em definir um novo rumo para os comunistas portugueses.

*30 de Janeiro* – Otelo Saraiva de Carvalho anuncia o lançamento da Frente de Unidade Popular, com o objetivo de participar nas eleições legislativas de Outubro. O acordo constitutivo será subscrito pelo MES, OUT, PC(ML)P, PC(R), UDP, Unidade Comunista e quatro independentes. Mas após alguns meses de negociações o projeto malogrou-se (20.05.1980), com vários dos partidos participantes a acusar a OUT, próxima de Otelo, de querer hegemonizar o movimento. Em resultado, a FUP decidiu não concorrer às legislativas, limitando-se a apoiar a candidatura presidencial de Otelo, no final do ano. Também o MES desistiu de se apresentar às urnas.

**18-20 ABRIL:** IV Congresso da UDP (Lisboa), sob o lema “Na unidade popular, para derrotar a direita e mudar o país.” No projeto de luta imediata, este congresso afirma a defesa da reforma agrária, das nacionalizações e da Constituição, e a luta contra a NATO e a entrada na CEE. Relativamente à FUP, considera-a o mais importante instrumento para unir o campo revolucionário e lutar contra a direita e as forças reformistas, mas não deixa de fazer críticas às restantes forças e independentes desse movimento. No domínio estratégico, a UDP propõe-se lutar por uma República Popular. Foi eleito um Conselho Nacional com 79 membros. Participaram 1.100 delegados.

*20 de Abril* – As Forças Populares 25 (FP-25), consideradas o braço armado da FUP, fazem-se anunciar pela distribuição de um Manifesto ao Povo Trabalhador. Neste, fazem apelo ao “derrube do regime, instauração da ditadura do proletariado, criação do Exército

Popular e implantação do socialismo". No dia 5 de maio tem lugar a primeira ação violenta do grupo.

*24 Maio a 5 de Junho* – No III Congresso do PRP, a facção de Pedro Goulart obtém a sua dissolução. Muitos militantes e o armamento do partido viriam a passar para as FP-25.

*9 de Junho* – É constituída a Frente Republicana e Socialista, constituída pelo PS, UEDS, ASDI, reclamando-se do socialismo democrático e da social-democracia. No verão, Acácio Barreiros chegou a receber luz verde de Mário Soares para integrar a lista de candidatos dessa frente, mas foi vetado pela ASDI.

**4-6 JUNHO:** 2ª Conferência Nacional do PCP(R) (Lisboa) reúne para preparar a batalha eleitoral.

*8 de Outubro* – Eleições para a Assembleia da República. Resultados dos partidos com representação parlamentar: AD – 47,6%; FRS – 27,8%; APU – 16,8%; UDP – 1,4%. Francisco Sá Carneiro foi reconduzido como primeiro-ministro à frente de um governo de maioria absoluta.

*7 de Dezembro* – Eleições Presidenciais: o candidato Ramalho Eanes vence, à primeira volta, com 56,4% dos votos. O candidato da AD, Soares Carneiro, obtém 40,2%. O candidato do PCP, Carlos Brito, desistiu a favor de Ramalho Eanes, que assim concorreu com o apoio do PS, PCP e MRPP. Otelo Saraiva de Carvalho obteve apenas 1,5% os votos.

*22 de Dezembro* – Na sequência da trágica morte de Sá Carneiro, a 4 de dezembro, o Presidente da República indigita Francisco Pinto Balsemão para o cargo de primeiro-ministro do VII Governo Constitucional.

## **1981:**

**16 FEVEREIRO:** Após mudança de designação e sigla e do acréscimo de uma roda dentada e uma espiga ao símbolo, o Supremo Tribunal de Justiça legaliza o Partido Comunista (Reconstruído), com a sigla PC(R).

**18-21 JUNHO:** III Conferência Nacional do PC(R) (Lisboa), com a participação de 250 delegados e observadores.

*11 de Agosto* – Pinto Balsemão apresenta a sua demissão a Ramalho Eanes. Mas é empossado à frente do VIII Governo a 4 de setembro, com Diogo Freitas do Amaral como vice primeiro-ministro.

*1 de Novembro* – Chega a Lisboa uma delegação do FMI para negociar um novo empréstimo com o governo português.

**1-7 NOVEMBRO:** VIII Congresso do PTA. A delegação do PC(R) era chefiada por José Alves.

*7 de Novembro* – O Movimento de Esquerda Socialista dissolve-se formalmente. Muitos dos seus dirigentes e militantes viriam a integrar-se no Partido Socialista.

## **1982:**

*12 de Fevereiro* – Decorre a greve geral de 24 horas marcada pela CGTP, contra a política do governo da AD. Foi a primeira greve geral da democracia. Esta greve foi proposta pelos sindicatos afetos ao PCP(R) /UDP no seio da CGTP.

**26-28 FEVEREIRO:** Tem lugar o V Congresso da UDP (Lisboa). Lema: "Por uma UDP forte para unir o povo, derrotar a AD e mudar o país". Foi eleito um Conselho Nacional com 41 membros efetivos e 6 suplentes. Participaram 310 delegados.

*28 de Março a 3 de Abril* – Partindo do Porto e de Évora, rumo a Lisboa, inicia-se a "Marcha contra o desemprego", promovida pela CGTP.

*16-18 de Abril* – Encontro Nacional Defesa das Liberdades, no Cinema Europa, em Lisboa. Este encontro apoiado pelo PC(R), decidiu constituir um Tribunal de Opinião. Aderiram à iniciativa o Marechal Costa Gomes, Ruy Luís Gomes, Alcina Bastos, Maria Lamas, Coronel Varela Gomes, Major Mário Tomé.

*11 de Maio* – Decorre a greve geral, convocada pela CGTP, solicitando a demissão do governo da AD e a dissolução da Polícia de Intervenção.

**9 AGOSTO:** Abandonam o PC(R) algumas centenas de militantes, alguns deles membros do CC, outros dos CR de Lisboa e de Coimbra. Desta segunda cisão no partido, onde sobressaem os nomes de Amadeu Ferreira e Francisco Melro, resultará a constituição do Movimento Comunista Operário.

*12 de Agosto* – A Assembleia da República aprova a primeira revisão da Constituição, extinguindo o Conselho da Revolução, criando o Tribunal Constitucional, flexibilizando o sistema económico, pelo reconhecimento a economia mista, e limitando o poder de dissolução do parlamento por parte do Presidente da República, conferindo maior relevo ao parlamento. Reafirma, porém, as nacionalizações e a reforma agrária. A revisão foi aprovada com os 195 votos a favor dos deputados do PSD, CDS, PS, PPM, Ação Social-Democrata Independente e União de Esquerda para a Democracia Socialista. O PCP e a UDP votaram contra.

**18-19 SETEMBRO:** Reunião Nacional do Movimento Comunista Operário, formado por militantes que romperam com o PC(R). Este movimento explicita as razões por detrás da rutura e afirma-se empenhado na reconstrução do partido dos comunistas.

*14 de Outubro* – Jornada de luta no sector das empresas nacionalizadas, com uma greve de 24 horas, convocada pela CGTP. Adeririam cerca de 250 mil trabalhadores.

**27-28 NOVEMBRO:** Reunião do Movimento Comunista Operário, em Lisboa, para debater as possibilidades de uma futura intervenção política e sindical.



*20 de Dezembro* – O primeiro-ministro vai a Belém apresentar formalmente a demissão ao Presidente da República.

*23 de Dezembro* – Concentração de milhares de trabalhadores em várias localidades do país, para exigirem a dissolução da Assembleia da República, a nomeação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas.

## **1983:**

*4 de Fevereiro* – A Assembleia da República é dissolvida e fixadas as eleições para o dia 25 de abril. O fim da legislatura implica a extinção da AD.

**14-19 MARÇO:** IV Congresso do PC(R), no Pav. do Grupo Desportivo dos Ferroviários, no Barreiro. A data de abertura coincide com o centenário da morte de Karl Marx. Aprovadas as resoluções sob o título *O Proletariado e a Revolução em Portugal*. É o primeiro congresso na legalidade. O comício de encerramento terá lugar, no dia 20, no Cinema Europa, em Lisboa. Participaram no congresso 148 delegados.

**8 ABRIL:** Comício da Frente Eleitoral UDP-PSR, na Voz do Operário. Esta coligação concorre apenas a Lisboa, Porto, Coimbra, Europa e Resto do Mundo. Cabeças de lista: Mário Tomé (Lisboa), Heitor Sousa e Castro (Porto) e Adelino Guimarães (Coimbra).

*25 de Abril* – Eleições para a Assembleia da República. Resultados dos partidos com representação parlamentar: PS (36%), PSD (27,2%), APU (18,1%) e CDS (12,6%). A UDP, concorrendo coligada com o PSR, em cinco círculos, recolhe 25.222 votos (0,44%) e 27.260 votos (0,48%) onde concorre sozinha, não elegendo qualquer deputado. O PC(R) apresenta-se pela primeira vez às urnas e recolhe apenas 86 votos.

*1 de Maio* – Organizam-se 66 concentrações e manifestações. Aponta-se o resultado da inflação, na ordem dos 33 %, para organizar o combate à política do governo em formação PS-PSD.

*9 de Junho* – Toma posse o IX Governo Constitucional, dito do “Bloco Central”, onde participam PS e PSD, sob a chefia de Mário Soares.

*9 de Agosto* – Uma delegação do FMI celebra um novo acordo financeiro com as autoridades portuguesas.

*15 a 18 de Dezembro* – VIII Congresso do PCP, no Porto, sob o lema “Com o PCP continuar Abril”. Perante a crise económica e a degradação das condições de vida, o congresso apontou para a necessidade da construção dum governo democrático de salvação nacional. Participaram 2114 delegados.

**DEZEMBRO (finais):** IV Conferência Nacional do PC (R). Participaram 60 delegados (50% operários, 15% ‘semiproletários’, 35% ‘de origem pequeno-burguesa’) e 11 convidados. Critica-se o ‘desvio de direita’ e o ‘centrismo’ existentes no trabalho nas Frentes, em particular a linha do ‘25 de Abril do Povo’. Defende-se o programa da República Popular.

## 1984:

*10 de Fevereiro* – Trabalhadores da Lisnave, filiados na UGT, abandonam as instalações da empresa, como protesto pela violência, terror e agressões físicas, desenvolvidas pelas estruturas próximas do PCP, após a intervenção da Guarda Nacional Republicana contra a ocupação da ponte sobre o Rio Tejo.

*14 de Fevereiro* – A Assembleia da República aprova o texto final da Lei de Despenalização do Aborto.

**25-26 FEVEREIRO:** VI Congresso da UDP, na Voz do Operário, sob o lema “Pela República Popular”. Foi eleito um Conselho Nacional composto por 26 membros efetivos e 9 suplentes.

*19 de Junho* – A Polícia Judiciária lança uma operação contra as FP25. A sede Nacional da FUP é revistada e selada. No dia seguinte, Otelo Saraiva de Carvalho é detido e colocado em Caxias, em regime de incomunicabilidade e à ordem do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa. A prisão é efetuada no âmbito da operação contra as FP25, que originou 42 detenções.

**21 NOVEMBRO:** Francisco Martins Rodrigues abandona o PC(R). A cisão por ele encabeçada abrange cerca de 40 militantes e dará origem à organização Comunista “Política Operária”.

*Unir o Povo* é o novo boletim mensal da UDP, dirigido por Carlos Santos, que se publicará até 1995.

## 1985:

*11 de Março* – Mikhail Gorbachev é eleito Secretário-geral do PCUS pelo Politburo. Em 1 de outubro de 1988 assume o cargo de Presidente da União Soviética.

**MARÇO:** Fundação da Organização Comunista “Política Operária” com cerca de 40 militantes que abandonaram o PC(R). Define como objetivo a elaboração das bases do programa, da estratégia, da tática e dos estatutos de um futuro partido comunista a reconstruir em Portugal.

*15 de Abril* – No funeral de Enver Hoxa, que morreu a 11 de abril, estiveram presentes Eduardo Pires, em representação do PC(R), e Mário Tomé, em representação da UDP.

**MAIO (início):** Frederico Carvalho, membro do CC do PCP(R) desde a sua fundação e chefe de redação do *Bandeira Vermelha*, abandona o partido, aderindo ao PCP.

*13 de Junho* – Os 13 membros do IX Governo Constitucional filiados no PSD apresentam a sua demissão, consumando-se assim a rutura do "bloco central". A Assembleia da República é dissolvida em 11 de julho.

*21 de Junho* – Chega a Lisboa uma delegação do Partido Comunista da China, a convite do PCP. É o primeiro contacto entre os dois partidos, após o "cisma sino-soviético" ocorrido nos anos 60.

**JUNHO:** Francisco Martins Rodrigues, *Anti-Dimitrov 1935/1985 – Meio-Século de Derrotas da Revolução*, Lisboa: Ed. do Autor.

**JUNHO:** Demissão coletiva de 37 membros da UDP do Porto, quase todos operários. O seu núcleo central, encabeçado por um antigo membro do CC do PC(R), vai aderir à OCPO.

**JULHO:** V Conferência Nacional do PC(R). O partido decide concorrer às eleições, exceto em Lisboa e Madeira, para não obstaculizar as perspectivas eleitorais da UDP.

**JULHO:** Eduardo Pires, *Anti-Dimitrov é anti-comunismo*, Lisboa: s.ed., 1985.

*6 de Outubro* – Eleições para a Assembleia da República. Resultados dos partidos com representação parlamentar: PSD (29,8%), PS (20,8%), PRD (18,0%), APU (15,6%) e CDS (9,7%). O candidato da UDP, Mário Tomé, ficou a apenas 238 votos de ser eleito por Lisboa.

*6 de Novembro* – Toma posse o X Governo Constitucional, chefiado por Aníbal Cavaco Silva. É um governo minoritário.

## **1986:**

*1 de Janeiro* – Portugal passa a fazer formalmente parte das Comunidades Europeias.

*16 de Janeiro* – Eleições Presidenciais. Na 1ª volta, o candidato Freitas do Amaral, apoiado pelo PSD e o CDS, obteve 46,3% dos votos; Mário Soares, apoiado pelo PS, obteve 25,4%; Salgado Zenha, com o apoio inicial do PRD (mas beneficiando da desistência do candidato próprio do PCP), obteve 20,9% e Maria de Lourdes Pintasilgo, candidata independente, apenas apoiada pela UDP, obteve 7,4%. Na 2ª volta, a 16 de fevereiro, Mário Soares venceu com 51,8% dos votos, contra Freitas do Amaral, com 48,8%. O PCP teve de reunir em congresso extraordinário para deliberar sobre a 2ª volta, tendo-se decidido o voto em Soares. A UDP também apoiou Soares. A esquerda unira-se para derrotar o projeto de Cavaco Silva: “uma maioria, um governo, um presidente.”

*2 de Fevereiro* – XI Congresso (extraordinário) do PCP, realizado na Amadora, teve como único objetivo definir a atitude do PCP na 2ª volta das eleições presidenciais. No congresso de 1983, tinha-se decidido excluir qualquer apoio a Mário Soares se ele se fosse candidato. Participaram 944 delegados.

**12-13 ABRIL:** Conferência Nacional da UDP, realizada na Voz do Operário, propõe aos partidos da oposição um programa de luta em três pontos: Não ao pacote laboral, Revogação da lei das rendas, Não à Lei da Segurança.

*8 de Novembro* – Divergências políticas entre o MDP e o PCP levam a direção do primeiro a romper a coligação eleitoral APU.

*3-8 de Novembro* – Decorre, em Tirana, o IX Congresso do PTA, onde o PC(R) se fez representar por Eduardo Pires. Outras delegações estrangeiras presentes: PCdoB, PC Revolucionário Grã-Bretanha, PC (m-l) Canadá, PC Chileno (Ação Proletária), PC Daomé, PC (ML) Equador, PC Espanha (m-l), PC Nova Zelândia, PC Peruano ML, PC(R), PC Suécia, PC Trabalho Republicana Dominicana.

**27 NOVEMBRO – 1 DEZEMBRO:** O V Congresso do PC(R), realizado em Lisboa, reafirma o apoio à Albânia.

**14 DEZEMBRO:** Comício-Festa do encerramento do V Congresso do PC(R), no Pav. da Amadora. Delegações presentes: PTA, PCdoB, PCE-ML, PC (ml) Dinamarca, PC (ml) Canadá, PC Revolucionário da Grã-Bretanha (ML) e PC Suriname.

## **1987:**

*3 de Abril* – A aprovação de uma moção de censura, por iniciativa do PRD, na Assembleia da República, leva ao derrube do X Governo Constitucional.

**30-31 MAIO:** VII Congresso da UDP, na Voz do Operário, sob a palavra de ordem “Liberdade e Bem-estar somente num país livre”. Preconiza um governo que tenha força para suspender os encargos com a dívida externa e revogar os acordos com a CEE. O Conselho Nacional passa de 31 para 79 membros e a Comissão Política de 12 para 16. Participam cerca de 400 delegados. Mário Tomé é eleito secretário-geral, cargo até então inexistente.

*19 de Julho* – Eleições para a Assembleia da República, tendo o PSD conquistado a primeira maioria absoluta do regime democrático. Resultados dos partidos com representação parlamentar: PSD (50,2%), PS (22,3%), CDU (12,2%), PRD (4,9%) e CDS (4,3%).

*17 de agosto* – Toma posse o XI Governo Constitucional, chefiado por Aníbal Cavaco Silva. Terminou o seu mandato a 31 de outubro de 1991, com o termo da legislatura.

## **1988:**

*16 de Janeiro* – O PCP reage a uma proposta, apresentada por um grupo de destacados militantes, sobre a regulamentação do próximo congresso do partido. O Comité Central condena o chamado "Documento dos Seis", em que os seus subscritores teciam severas críticas à orientação do partido. O “Grupo dos Seis” era formado por Veiga de Oliveira, Vital Moreira, Dulce Martins, Victor Louro, Silva Graça e Sousa Marques. Em abril e em novembro, o “Grupo dos Seis” apresenta novos documentos, aumentando a distância entre eles e a direção.

*28 de Março* – As duas centrais sindicais convocam uma greve geral de protesto contra o "pacote laboral" do Governo de Cavaco Silva. Pela primeira vez desde a sua coexistência, UGT e CGTP promovem uma ação concertada de luta.

*6 de Maio* – Zita Seabra, deputada do PCP, é afastada da Comissão Política por ter manifestado o seu desacordo relativamente à orientação política do partido. Será afastada do CC em novembro.

*Junho* – Quinhentos militantes do PCP, entre os quais José Saramago e Gomes Canotilho, entregam um documento que apela à necessidade de debate interno. Fica conhecido como “Terceira Via”.

*1 a 4 de Dezembro* – XII Congresso do PCP, no Porto, sob o lema “Com o PCP por uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI.” Realizado no termo de um ano em que vozes críticas no interior do PCP tinham ganho projeção mediática, o congresso aprovou um novo programa e debateu aspetos da construção do socialismo. Este conclave trouxe modificações importantes, como o afastamento da Revolução Democrática e Nacional, teorizada por Cunhal em 1964. Isto significava que o PCP deixava de ver a revolução como algo inacabado, passando a aceitar que a “democracia política” era um valor em si, ainda que fosse necessário completá-la com “a democracia económica, social e cultural”. A democracia passava a ser concebida como parte integrante do socialismo. O congresso considerou ainda particularmente nocivas as consequências do processo de integração de Portugal na CEE. Participaram 2090 delegados.

## **1989:**

**28-29 JANEIRO:** 6ª Conferência Nacional do PC(R), com a participação de 160 delegados, e sob o lema: “Por um Portugal independente. A CEE em questão”. Teve lugar em Lisboa.

**8-9 ABRIL:** VIII Congresso da UDP, em Lisboa, sob o lema “Sim a Portugal”. Esse era também o título de uma das moções aprovadas, sendo a outra intitulada “Bruxelas nova Meca”. Foi aprovada uma nova Declaração de Princípios e novos Estatutos e eleito um Conselho Nacional com 59 membros efetivos e 17 suplentes. Participaram 250 delegados.

*1 de Junho* – A Assembleia da República aprovou a 2ª Revisão Constitucional conferindo maior abertura ao sistema económico, nomeadamente abolindo o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, efetuadas em 1974-75, e substituindo a reforma agrária pelo objetivo da eliminação do latifúndio. Votaram a favor (com diversas abstenções) o PSD, PS, CDS e PRD. Votaram contra o PCP e Os Verdes.

*9 de Novembro* – Queda do Muro de Berlim.

*17 de Dezembro de 1989* – Eleições autárquicas. O PS é o partido vencedor, ao conquistar o maior número de câmaras e as mais importantes do país. Jorge Sampaio é eleito para a CM Lisboa, à frente da coligação “Por Lisboa”, onde, para além do PS, participam o PCP, Os Verdes, a UDP e o PSR. Foi a primeira vez que o PS realizou uma coligação com partidos à sua esquerda (e vice-versa). Nestas eleições, a UDP elegeu pela primeira vez um Presidente de Câmara, tendo passado de três para quatro vereadores.

## 1990:

*3 de Janeiro* – O PCP expulsa Zita Seabra, após a publicação de um artigo, no *Diário de Notícias*, onde, no quadro da recente evolução a Leste, ela indica, como condição de renovação do PCP, a mudança de nome, o abandono do marxismo-leninismo, do centralismo democrático e do MCI.

*18 a 20 de Maio* – XIII Congresso (extraordinário) do PCP realizado em Loures, sob o lema “Um Partido para o Nosso Tempo”. Convocado para analisar as mudanças na Europa de Leste e na URSS e afirmar o ideal comunista e a identidade do PCP. Participaram 2061 delegados.

*6 de Dezembro* – O partido ecologista Os Verdes, acusado por um número considerável de dirigentes de ser uma “manipulação genética” do PCP, vê 118 militantes pedirem a demissão.

*12 de Dezembro* – Após manifestações exigindo reformas, em Tirana, o Primeiro-Ministro, Ramiz Alia, publica uma lei reconhecendo o pluralismo político.

## 1991:

*13 de Janeiro* – Eleições Presidenciais. Mário Soares é reeleito Presidente com 70,35% dos votos, com o apoio do PS e a desistência discreta do PSD, que não apresentou candidato. Basílio Horta é o segundo candidato mais votado (14,16%). Carlos Carvalhas, apoiado pelo PCP, é o terceiro, com 12,92%. O fundador da UDP, e membro do CC do PC(R), Carlos Marques, obteve 126.581 votos (2,57%), a marca mais elevada registada por algum candidato deste campo político.

*31 de Março* – Na Albânia, as eleições para uma Assembleia Constituinte dão a vitória ao PTA, com 57% dos votos. O Partido Democrático obtém 39%. Pouco depois, no seu último congresso (a que o PC(R) já não assiste), o PTA transforma-se em Partido Socialista da Albânia. Nas eleições seguintes, em 22 de março de 1992, o Partido Democrático vence, com 58% dos votos, ficando o Partido Socialista com 24% dos votos.

*11-13 de Junho* – No seu X Congresso, o PTA transforma-se em Partido Socialista da Albânia. Dos 13 membros do anterior Bureau Político, 10 são reconduzidos no Bureau do novo partido. Ramiz Alia, 1º secretário desde a morte de Enver Hoxha, substitui Adil Çarçani à frente do Bureau.

**JULHO:** 7ª Conferência Nacional do PC(R), em Lisboa, aprova por unanimidade uma resolução sobre a situação política e outra sobre o socialismo. É formalizado o corte de relações com o PTA (doravante convertido em partido social-democrata). Perante a desagregação da URSS, o PC(R) entende que a estratégia do PCP tornara-se inviável. Decide então entrar em negociações com ele no sentido da criação de uma coligação eleitoral PCP-UDP-MDP. Com a rejeição da proposta, por Álvaro Cunhal, a UDP teve de aceitar a integração na listas da CDU para as legislativas.



*13 de Agosto* – Tentativa de golpe militar, em Moscovo, promovido pela linha dura do PCUS contra Mikhail Gorbachev e as reformas em curso.

*28 de Agosto* – Um grupo de militantes do PCP condena o apoio dos dirigentes do partido ao golpe fracassado em Moscovo. No decorrer do ano, muitos dos críticos internos do partido serão expulsos ou irão desfiliar-se.

*6 de Outubro* – Eleições para a Assembleia da República, tendo o PSD renovado a maioria absoluta. Resultados dos partidos com representação parlamentar: PSD (50,6%), PS (29,1%), CDU (8,8%), CDS (4,4%) e PSN (1,7%). Na sequência do acordo, entre UDP e PCP, Mário Tomé é eleito como deputado independente nas listas da CDU.

*31 de Outubro* – Toma posse o XII Governo Constitucional, chefiado por Aníbal Cavaco Silva, que terminará o seu mandato a 28 de outubro de 1995, com o fim da legislatura.

*19 de Novembro* - O PCP expulsa Barros Moura, Raimundo Narciso e Mário Lino, por "atividades fracionistas". Dias depois, o historiador Borges Coelho demite-se do partido.

*26 de Dezembro* – Com o fracasso do golpe de 13 de agosto, todas as repúblicas constituintes da URSS começam a separar-se da União, sendo esta formalmente dissolvida no final do ano.

## **1992:**

*3 a 8 de Fevereiro* – O PCdoB realiza o seu 8º Congresso, sob o lema “O tempo não para! O socialismo vive!” Nesse congresso estiveram representados 30 partidos comunistas e operários de todo o mundo. O PC de Cuba assistiu a todo o congresso. O PC Chinês esteve no comício final, enquanto convidado. Eduardo Pires foi escolhido para apresentar uma saudação em nome de todos estes partidos.

*28 a 29 de Março* – O PCE-ML dissolve-se, no seu VI Congresso, em Madrid. Uns meses antes, o dirigente histórico, Raúl Marco, tinha-se afastado, vindo a fundar a Organização Comunista Outubro. Ao cabo de um percurso complexo, o movimento que daí resultou viria a proclamar a refundação do PCE (m-l), em outubro de 2006. O novo partido recuperou o símbolo anterior, adotou uma orientação hoxhaísta e continua a lutar por uma república popular e federativa.

*Maio* – Fundação da Plataforma de Esquerda, congregando ex-militantes do PCP. Quando, em 1994, a PE assinou um acordo eleitoral autárquico com o PS, vários dirigentes na ala esquerda deste movimento demitiram-se.

**5-7 JUNHO:** Por 104 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções, o VI Congresso do PC(R) vota a “passagem jurídica do Partido a Associação Política”, adotando a denominação Comunistas pela Democracia e o Progresso. Todas as estruturas do PC(R) transitam para os CDP. “A Internacional” mantém-se enquanto hino, mas o símbolo da foice e martelo é substituído por uma estrela de cinco pontas, evocando o internacionalismo proletário. As resoluções serão publicadas em *Num Mundo em Mudança, o Socialismo é mais Necessário*. Participaram 110 delegados.



4 a 6 de Dezembro – XIV Congresso do PCP, realizado em Almada, sob o lema “Democracia e Socialismo - o Futuro de Portugal.” O congresso analisou as derrotas ocorridas no campo socialista e as transformações verificadas em inúmeros partidos comunistas, mas considerou que tais revezes não colocavam em causa a superioridade do socialismo face ao capitalismo. Alargou, todavia, a clássica aliança operário-camponesa aos intelectuais e outras camadas intermédias. Elegeram Carlos Carvalhas para o cargo de secretário-geral, ficando Álvaro Cunhal com a presidência do Conselho Nacional, cargo a lhe permitir manter o papel de árbitro. Participaram 1737 delegados.

**12-13 DEZEMBRO:** IX Congresso da UDP, em Lisboa. São definidos três novos órgãos: Comissão Política Nacional, Conselho Geral e Comissão de Ética. A C.P.N. é dirigida por um Secretariado composto por Carlos Marques, Eduardo Pires, Luís Fazenda e Mário Tomé. As teses foram publicadas em: *Democracia Solidária: Esquerda na Ação*. Participaram 292 delegados.

## **1994:**

**10-20 JANEIRO:** 1º Congresso dos Comunistas pela Democracia e o Progresso.

**29 OUTUBRO – 1 NOVEMBRO:** 2º Congresso dos Comunistas pela Democracia e o Progresso. Este congresso assistiu à saída dos militantes do CDP da Madeira, para formar o Grupo de Comunistas da Madeira. O GCM viria a repensar a sua posição e a concordar com as decisões do 3º Congresso.

*16 de Dezembro* – A partir de dissidentes da Plataforma de Esquerda e de outros do MDP/CDE é fundada a Política XXI. Será um dos três partidos fundadores do Bloco de Esquerda.

## **1995:**

**4-5 FEVEREIRO:** X Congresso da UDP, em Lisboa, sob o lema “Política de Mudança, Alternativa de Esquerda”. Participaram 316 delegados.

**FEVEREIRO:** No 3º Congresso dos Comunistas pela Democracia e Progresso (também chamado “IX Congresso do Partido”), após constatar a transformação operada no X Congresso da UDP, no sentido da adoção dos “princípios do socialismo científico de Marx e Lenine” e de uma estrutura baseada no centralismo democrático, a associação política CDP decide aceitar “a fusão dos seus membros num só Partido, a UDP.”

## **1996:**

**24-26 MAIO:** XI Congresso da UDP, em Lisboa, sob o lema “Esquerda a Valer!”. Aprova, para hino da UDP, “A Internacional.” Participaram 305 delegados.

*6 a 8 de Dezembro* – XV Congresso do PCP, realizado no Porto, sob o lema “Um Partido mais Forte. Novo Rumo para Portugal”. Participaram 1665 delegados.

## **1997:**

*Outubro* – No IX Congresso do PCdoB irão estar presentes Luís Fazenda e Mário Tomé em representação da UDP.

## **1998:**

*Fevereiro* – O CC do PCP aprova o documento "O Novo Impulso", procedendo a algumas remodelações internas no partido, como o fim do sistema dos "controleiros". Mas até ao congresso de 2000 esta renovação seria derrotada pelo setor mais ortodoxo, com o apoio de Álvaro Cunhal.

## **1999:**

**16-17 JANEIRO:** XII Congresso da UDP, em Lisboa. Participaram 294 delegados.

*28 de Fevereiro* – Assembleia fundadora do Bloco de Esquerda. Na base da nova formação política encontra-se a UDP, o PSR e a Política XXI, que não se dissolvem enquanto partidos. Francisco Louçã, Luís Fazenda, Miguel Portas e Fernando Rosas são os rostos mais conhecidos do novo partido, que conseguirá eleger dois deputados nas eleições legislativas de 10 de outubro seguinte.

## **2000:**

**8-9 OUTUBRO:** XIII Congresso da UDP, em Lisboa. Participaram 287 delegados.

*8 a 10 de Dezembro* – Realiza-se o XVI Congresso do PCP, em Lisboa. Por motivos de saúde, Álvaro Cunhal não estará presente, mas envia uma mensagem, em que apela à manutenção da ideologia marxista-leninista, da natureza de classe proletária do partido e do centralismo democrático. Participaram 1546 delegados.

## **2002:**

**26-27 OUTUBRO:** XV Congresso da UDP, em Lisboa. Participaram 211 delegados.

*26 a 29 de Novembro* – XVII Congresso do PCP, realizado em Almada, sob o lema “Com o PCP – Democracia e Socialismo. Um Portugal com futuro”. Participaram 1304 delegados.

**14-15 DEZEMBRO:** XVI Congresso da UDP, em Lisboa. As teses foram publicadas, em dois volumes sob o título *Marx, Moderno no Século XXI*. Participaram 214 delegados.

## **2005:**

**2 ABRIL:** XVII Congresso da UDP, em Lisboa, aprova o documento “Os comunistas da UDP organizam-se em associação política. Projeto de resolução sobre a passagem da UDP a Associação Política.” Participaram 127 delegados. A média de idades era de 49 anos.

**NOTA:** Na elaboração desta cronologia revelou-se útil a informação disponibilizada por:

Portal do Governo contendo todos os Governos da República Portuguesa

(<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/governo/governos-anteriores>).

Centro de Documentação do Movimento Operário e Popular do Porto (<https://cdi.upp.pt/>).

Site do PCP com um resumo da história dos respetivos Congressos (<https://www.pcp.pt/breve-historia-dos-congressos>).

Tribunal Constitucional. Autos de Registo de Partido Político. Proc. N° 6/PP [UDP].